

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO PÚBLICA

SUEANNE OLIVEIRA EVANGELISTA

**A RECUPERAÇÃO PARALELA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM:
DESAFIOS DA COORDENADORIA ADJUNTA PEDAGÓGICA DA
COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 3/SEDUC-AM**

JUIZ DE FORA

2016

SUEANNE OLIVEIRA EVANGELISTA

**A RECUPERAÇÃO PARALELA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM:
DESAFIOS DA COORDENADORIA ADJUNTA PEDAGÓGICA DA
COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 3/SEDUC-AM**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Chibebe Nicolella

JUIZ DE FORA

2016

SUEANNE OLIVEIRA EVANGELISTA

**A RECUPERAÇÃO PARALELA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM:
DESAFIOS DA COORDENADORIA ADJUNTA PEDAGÓGICA DA
COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 3/SEDUC-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em: 24 de novembro de 2016.

Prof. Dr. Alexandre Chibebe Nicolella (Orientador)
Universidade de São Paulo (USP)

Profº. Dr. Tufi Machado Soares
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prfª Dra. Jane do Carmo Machado
Universidade Católica de Petrópolis (UCP)

Aos meus filhos Filipe e Guilherme, pelo sentido que dão à minha vida; aos meus pais, Auxiliadora e Waldir (*in memoriam*), aos quais devo todo amor e educação; ao meu esposo Hélio, que sempre acreditou em mim; aos meus irmãos, Christian e Suzanne, pelo carinho e apoio; aos amigos que trouxe para essa caminhada, e aos que nela fiz e que juntos lutamos, sorrimos, choramos e vencemos; em especial ao colega Amim Haddad, que teve sua vida ceifada brutalmente pouco antes de realizar o sonho de tornar-se Mestre.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre me capacitou em todas as minhas escolhas dando-me saúde, discernimento, paciência e sabedoria. Sem Ele não teria chegado à concretização de mais este sonho.

À minha família, Auxiliadora Maria (mãe); Filipe e Guilherme (filhos); Hélio (esposo); Christian e Suzanne (irmãos); cunhados e sobrinhos que sempre estiveram ao meu lado, compreendendo minhas ausências e dando todo o suporte indispensável para que eu chegasse até o final dessa caminhada.

À Secretaria de Estado de Educação do Amazonas – SEDUC/AM, - pela iniciativa e credibilidade, por investir no crescimento profissional e intelectual dos educadores da rede pública de ensino proporcionando a realização desse sonho.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, pela acolhida e compromisso com a qualidade do programa de pós-graduação que nos proporcionou não somente a construção de novos saberes, mas também nos permitiu a vivência e a troca de experiências acadêmicas, regionais e humanas, com pessoas que, como eu, estavam a buscar a realização de um sonho.

Em especial agradeço a todos os meus colegas do Amazonas e os da turma B (2014), dentre esses os mais próximos: Jesseane; Eliamara; Elenilce; Ronny; Alcinete(Nety); Libânio; Socorro (Kola); Silmar; Samara; Algiza; Aline; Diná; Lafrankia; Wagner; Bethinha; Moacyr; Eudeilane; Marjory; Cecília; Leonardo; Abner; Carla Valentim; Débora; Rose; Marcelle (Carioca da turma D muito querida por todos e adotada pela turma B); e ainda aos que partilharam comigo madrugadas estudando e discutindo os trabalhos das Wikis: Dulci; Giovanna; Ivanildo; Jucilene; Aneloria e Elionay; Por fim, os não tão próximos, mas que também estiveram comigo nessa caminhada. Com vocês vivi momentos inesquecíveis e inimagináveis de solidariedade, união e companheirismo, não permitindo que nenhum de nós ficasse para trás. Fomos guerreiros e nos tornamos amigos de vida.

Aos professores, Agentes de Suporte Acadêmico, mestres e doutores, pelo compromisso e dedicação, e por não medirem esforços para nos direcionar e nos proporcionar a construção do conhecimento.

Ao meu orientador Prof. Dr. Alexandre Chibebe Nicolella e às Agentes de Suporte Acadêmico, Mayanna Auxiliadora Martins Santos e Juliana de Carvalho Barros, pela paciência, parceria, confiança, orientações e direcionamentos muito importantes para conclusão desta dissertação. Até mesmo nos momentos de maiores turbulências pessoais e emocionais, nunca deixaram de acreditar em mim.

Aos Prof^{os} Drs. Eduardo Magrone e Márcio Fagundes Alves que participaram da minha banca de qualificação e contribuíram para o enriquecimento do meu texto.

Aos Prof^{os} Drs. Jane do Carmo Machado e Tufi Machado Soares que aceitaram o convite para compor a banca de defesa desta dissertação e igualmente contribuíram com reflexões que me permitirão não parar na busca pelo conhecimento.

Aos gestores, pedagogos, supervisores pedagógicos, professores, alunos e pais que se dispuseram a colaborar para que este trabalho pudesse ser desenvolvido.

A todos vocês, “muito obrigada”, que Deus abençoe a cada um.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 2001, p. 21).

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar o suporte oferecido pela Coordenadoria Adjunta Pedagógica de Ensino Fundamental II/CDE 3 às escolas sob sua responsabilidade, especificamente acerca da Recuperação Paralela. O interesse pela temática surgiu a partir do monitoramento do rendimento escolar dos alunos, no qual se constatou flutuações nos índices de reprovação nas avaliações internas, principalmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática do 7º ano, configurando dificuldades de ensino e aprendizagem desses alunos. Para alcançar o objetivo proposto, foi utilizada como metodologia a abordagem qualitativa por meio de um estudo de caso. Os atores investigados na coleta de dados foram os supervisores pedagógicos, gestores, pedagogos, professores de Língua Portuguesa e Matemática, pais e alunos, tendo-se como instrumentos de coleta de dados entrevistas e questionários. Para dar subsídios teóricos ao estudo, valeu-se dos aportes de Ribeiro (1991), Quagliato (2000), Yacovenco (2011), dentre outros autores que versam sobre a Recuperação Paralela, seus limites e possibilidades de efetivação. Os resultados da pesquisa apontam divergências na concepção de Recuperação Paralela entre os sujeitos investigados; a falta de sistematização da prática dessa recuperação; e a fragilidade do suporte oferecido pela CAP EF II/ CDE 3 a esse respeito. Com a finalidade de contribuir para a efetividade da Recuperação Paralela nas escolas, propôs-se um plano de Ação Educacional (PAE) que apresenta ações consideradas viáveis de execução, nos âmbitos da SEDUC/AM; da CAP EF II/ CDE 3 e das escolas. O objetivo é a melhoria da prática Recuperação Paralela e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da educação oferecida nas escolas de EF II da CDE 3.

Palavras-Chave: Recuperação Paralela; Recuperação de conteúdo; Recuperação de nota; Ensino e aprendizagem; Dificuldade de aprendizagem; Reprovação.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the support provided by Teaching Assistant Coordinator of Elementary Education II / CDE 3, the schools under its responsibility, specifically about the parallel recovery. The interest in the this subject come from the monitoring of school's performance of pupils, where they found differences in failure rates of the internal evaluations, mainly Portuguese and Math from 7th year, setting difficulties in the learning and teaching of these students. To achieve the proposed objective, the methodology was used as a qualitative approach from that case. The actors investigated in the data collection were educational supervisors, education managers, pedagogical manager, Portuguese and math teachers, parents and students, having as collection instruments, interviews and questionnaires. To give theoretical support to study, used theories of Ribeiro (1991), Quagliato (2000), Yacovenco (2011), among other authors who deal with the Recovery Parallel, its limits and effective possibilities. The survey results show differences in the meaning of parallel recovery of the subjects investigated, the lack of systematic practice of PR in schools, and the fragility of the support offered by CAP EF II / CDE 3 in this regard. In order to contribute to the effectiveness of parallel recovery in the schools, proposed three Educational Action Plans (EAPs) that bring actions considered feasible to be implemented in areas of SEDUC / AM, the CAP EF II / CDE 3 and schools in order to improve the practice of parallel recovery, and consequently improving the quality of education offered in secundaries schools of CDE 3.

Keywords: Parallel Recovery; Content retrieval; Note recovery; Teaching and learning; Learning disabilities; Reproof.

LISTA DE ABREVIATURAS

AV1	Avaliação 1
AV2	Avaliação 2
AV3	Avaliação 3
CDE	Coordenadoria Distrital de Educação
CDEs	Coordenadorias Distritais de Educação
CDE 3	Coordenadoria Distrital de Educação 3
CAAd	Coordenadoria Adjunta Administrativo Financeira
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAP	Coordenadoria Adjunta Pedagógica
CAP/ EF I	Coordenadoria Adjunta Pedagógica do Ensino Fundamental I
CAP/ EF II	Coordenadoria Adjunta Pedagógica do Ensino Fundamental II
CAP/ EM	Coordenadoria Adjunta Pedagógica do Ensino Médio
CEE/AM	Conselho Estadual de Educação do Amazonas
CEPAN	Centro de Formação de Profissional Padre José Anchieta
CIEN	Ciências
DEPPE	Departamento de Políticas e Programas Educacionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EF I	Ensino Fundamental I
EF II	Ensino Fundamental II
EM	Ensino Médio
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GAED	Gerência de Atendimento Educacional à Diversidade
GEEI	Gerência de Educação Escolar Indígena
GENF I	Gerência de Ensino Fundamental I
GENF II	Gerência de Ensino Fundamental II
GM	Gerência de Ensino Médio
GERVS	Gerência de Valorização do Servidor
GSE	Gabinete do Secretário
HTP	Horário de Trabalho Pedagógico

LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PAE	Plano de Ação Educacional
PCO	Projeto Criando Oportunidades
PDDE	Programa Dinheiro direto na Escola
PRODAM	Processamento de Dados Amazonas S/A
RP	Recuperação Paralela
SADEAM	Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino
SEDUC/AM	Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas
SIGEAM	Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas
PM-A	Professor de Matemática da Escola A
PM-B	Professor de Matemática da Escola B
PM-C	Professor de Matemática da Escola C
PM-D	Professor de Matemática da Escola D
PP-A	Professor de Português da Escola A
PP-B	Professor de Português da Escola B
PP-C	Professor de Português da Escola C
PP-D	Professor de Português da Escola D
SP	Supervisor Pedagógico
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Tela que mostra o relatório final do 1º bimestre de uma escola.....	39
Figura 2. Tela que mostra o mapa de notas de uma turma.....	40
Figura 3. Tela que mostra que há planejamento de avaliações para a turma 3 do 7º ano.	41
Figura 4. Tela que mostra que há alunos em Recuperação Paralela na avaliação 3.....	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Número mínimo de avaliações por componente curricular no Ensino Fundamental II na SEDUC/AM.....	29
Quadro 2. Instrumentos Pedagógicos utilizados pelas Coordenadorias Adjuntas Pedagógicas da CDE 3	46
Quadro 3. Quadro de lotação de servidores nas escolas A, B, C e D.....	49
Quadro 4. Critérios para lotação de pedagogos em 2016	51
Quadro 5. Identificação dos sujeitos de pesquisa	64
Quadro 6. Perguntas aos pais.....	94
Quadro 7. Perguntas aos alunos.....	102
Quadro 8. Plano de Ação Educacional das SEDUC	121
Quadro 9. Plano de Ação Educacional da CAP EF II/ CDE 3	128
Quadro 10. Plano de Ação Educacional das Escolas	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de salas de aula, laboratório de informática em funcionamento e quadra de esporte nas escolas A, B, C e D em 2014	48
Tabela 2. Número de alunos no 7º ano do EF II da CDE 3 no ano de 2014.	51
Tabela 3. Percentual de alunos reprovados em Língua Portuguesa e Matemática no 7º ano do EF II nas escolas A, B, C, e D no ano de 2014.....	52
Tabela 4. Índice percentual de alunos reprovados em Língua Portuguesa e Matemática no 7º ano do EF II nas escolas A, B, C e D, nos anos de 2012, 2013 e 2014 ...	55
Tabela 5. Resultado Final do ano de 2014 quanto à aprovação, reprovação e abandono nos 7ºs anos.....	57
Tabela 6. Exemplo da planilha de tabulação das respostas dos questionários para alunos	65
Tabela 7. Perfil dos pais dos alunos do 7º ano do EF II das escolas A, B, C, e D	92
Tabela 8. Perfil dos alunos do 7º ano do EF II das escolas A, B, C, e D	99
Tabela 9. Número de questionários para pais (entregues e respondidos) e TCLE para alunos (Entregues e Assinados).....	154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1. RECUPERAÇÃO PARALELA.....	23
1.1. RECUPERAÇÃO PARALELA: CONCEITO E BASE LEGAL.....	24
1.2. O CONTEXTO NO ESTADO DO AMAZONAS.....	26
1.2.1. O sistema de Avaliação no Estado do Amazonas.....	28
1.2.2. O sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas – SADEAM.....	31
1.2.3. Projeto Criando Oportunidades – PCO/ Reforço Escolar.....	33
1.2.4. Diário Digital.....	35
1.3. A COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO (CDE 3).....	42
1.4. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS QUATRO ESCOLAS DA CDE EF II E O RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 7º ANO EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA.....	47
2. RECUPERAÇÃO PARALELA NO EF II: EVIDÊNCIAS E TEORIAS.....	59
2.1. O PERCURSO METODOLÓGICO.....	60
2.2. A APRENDIZAGEM E A REPROVAÇÃO ESCOLAR.....	65
2.3. RECUPERAÇÃO DE CONTEÚDO NO CONTEXTO DA RECUPERAÇÃO PARALELA.....	68
2.4. A CAP EF II/ CDE 3 E A GESTÃO ESCOLAR COMO ARTICULADORES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	73
2.5. ANÁLISE DOS DADOS.....	75
2.5.1. A Concepção de Recuperação Paralela.....	77
2.5.2. Recuperação Paralela: a prática docente.....	79
2.5.3. Acompanhamento e Avaliação da prática da Recuperação Paralela.....	85
2.5.4. Suporte técnico pedagógico da CAP EF II/ CDE 3 às escolas.....	87
2.5.5. Sugestões de melhorias no suporte oferecido pela CAP EF II/ CDE 3 às escolas, a respeito da prática da Recuperação Paralela.....	88
2.5.6. Análise das respostas dos pais e dos alunos.....	91
2.5.6.1. <i>Respostas dos Pais.....</i>	<i>91</i>

2.5.6.2. Respostas dos Alunos.....	99
2.6. ACHADOS RELEVANTES E PERCEBIDOS NA PESQUISA DE CAMPO.....	110
3. AÇÕES PARA MELHORIA DA PRÁTICA DA RECUPERAÇÃO PARALELA NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II DA CDE 3.....	115
3.1. PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO.....	116
3.1.1. Propostas a serem realizadas pela SEDUC/AM.....	117
3.1.1.1. <i>Reativação do Projeto Criando Oportunidade/ Reforço Escolar.....</i>	<i>117</i>
3.1.1.2. <i>Formação Continuada sobre Recuperação Paralela para supervisores pedagógicos e gestores escolares.....</i>	<i>119</i>
3.1.2. Propostas de Ações de Suporte Técnico-Pedagógico da CAP EF II às Escolas de Ensino Fundamental II da CDE 3.....	122
3.1.2.1. <i>Apresentação do resultado da pesquisa aos sujeitos investigados.....</i>	<i>122</i>
3.1.2.2. <i>Formação continuada em serviço para professores sobre a Recuperação Paralela.....</i>	<i>123</i>
3.1.2.3. <i>Elaboração de instrumentos de acompanhamento e monitoramento da Recuperação Paralela.....</i>	<i>125</i>
3.1.2.4. <i>Acompanhar e monitorar a reativação do PCO/ Reforço Escolar.....</i>	<i>125</i>
3.1.2.5. <i>Workshop de práticas exitosas na Recuperação Paralela.....</i>	<i>126</i>
3.1.3. Propostas a serem realizadas pelas escolas.....	130
3.1.3.1. <i>Realização de teste diagnóstico no início do ano letivo.....</i>	<i>130</i>
3.1.3.2. <i>Reunião pedagógica para apropriação, planejamento, discussão e análise de novas metodologias acerca da Recuperação Paralela.....</i>	<i>131</i>
3.1.3.3. <i>Sensibilização dos pais quanto à participação nas ações e atividades da escola.....</i>	<i>131</i>
3.1.3.4. <i>Acompanhamento e monitoramento da prática da Recuperação Paralela.....</i>	<i>132</i>
3.1.3.5. <i>Acompanhamento, monitoramento e avaliação do PCO/ Reforço Escolar.....</i>	<i>133</i>
3.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136

REFERÊNCIAS.....140

APÊNDICES.....146

INTRODUÇÃO

A Recuperação Paralela é um direito assegurado a todos os estudantes que não alcançam a nota mínima para aprovação em uma avaliação, ou seja, essa é uma alternativa pedagógica para amparar os alunos que não conseguiram apresentar resultados de desempenho satisfatório e, portanto, acabam ampliando os índices de reprovação dentro do contexto escolar. Assim, a Recuperação Paralela oferecida pelas escolas tem como objetivo amenizar as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem, sendo amparada por leis como a nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; e a Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9.394/96.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9.394/96 são legislações que amparam o estudante quanto ao direito de ter acesso ao ensino de qualidade. Desse modo, o ECA regulamenta em seu Artigo 53, incisos I, II e III, o direito à educação às crianças e adolescentes em prol do pleno desenvolvimento da pessoa, bem como o exercício pleno da cidadania e a qualificação para o trabalho; a LDB nº 9.394/96, por sua vez, assegura estudos de Recuperação Paralela aos alunos com baixo rendimento. Para garantir a efetivação de tais leis, o Estado do Amazonas elaborou o Regimento Geral das Escolas Estaduais que destina o seu Artigo 66 para sistematizar a Recuperação Paralela como uma ação pedagógica contínua a ser oportunizada ao aluno até que ele consiga assimilar o conteúdo programático abordado em sala de aula. O documento assegura ao aluno que não alcançar um bom desempenho escolar, a recuperação de estudos ao longo do ano letivo. Nesse sentido, deve-se possibilitar a esse aluno o alcance de habilidades básicas nas diferentes áreas do conhecimento. Para tal, é importante que existam condições favoráveis e diversificadas para a realização da Recuperação Paralela e posterior avaliação do conteúdo, o que deve ocorrer de maneira significativa para o aluno e atendendo a diversidade da demanda escolar (AMAZONAS, 2009a).

A orientação quanto à realização da recuperação da aprendizagem paralelamente à aquisição de novos saberes, a ser colocada em prática em todas as

escolas da rede estadual, surgiu da necessidade de acompanhar e dar suporte aos alunos que não conseguirem acompanhar o nível de aprendizagem dos demais da turma na qual estão inseridos. Nessa direção, a SEDUC/AM tem buscado estabelecer estratégias tecnológicas, tal como o Diário Digital, que permitem um melhor acompanhamento por parte do gestor, do pedagogo e da coordenação quanto aos saberes planejados e colocados em prática pelos professores.

Além do suporte tecnológico, a SEDUC/AM buscou valorizar a intervenção humana no processo de melhoria da qualidade do ensino. Criou-se para tal as Coordenadorias Distritais de Educação¹ (CDEs) que são espaços compostos por profissionais que possuem incumbência de dar suporte técnico-pedagógico e administrativo a todas as escolas da rede estadual de ensino.

Cada CDE é composta por quatro Coordenadorias Adjuntas: Coordenadoria Adjunta Administrativa Financeira (CAAd); Coordenadoria Adjunta Pedagógica do Ensino Fundamental I (CAP/EF I); Coordenadoria Adjunta Pedagógica do Ensino Fundamental II (CAP/EF II); e Coordenadoria Adjunta Pedagógica do Ensino Médio (CAP/EM). Dentre as ações desenvolvidas pelas coordenadorias Adjuntas Pedagógicas, destaca-se o acompanhamento e suporte pedagógico realizado às escolas. Faz parte do processo de suporte das CDEs acompanhar o rendimento das escolas, e esse é realizado por meio do monitoramento feito pelas equipes de supervisores pedagógicos de cada segmento.

A CAP/EFII da CDE3 faz o acompanhamento do rendimento escolar por meio do Diário Digital durante todo o bimestre. Depois de encerrado o bimestre, as escolas encaminham para a CAP/EFII um relatório com as ações desenvolvidas e o resultado final do bimestre. Com base nos resultados, cada escola elabora um plano de

¹As CDEs são espaços compostos por profissionais responsáveis por dar o suporte pedagógico às escolas. Essas coordenadorias foram implantadas através da Lei Delegada nº 8 de 05 de julho de 2005 e alterada posteriormente pela Lei Delegada nº 3.642 de 26 de julho de 2011. As CDEs atendem às escolas localizadas nas zonas de Norte a Sul da capital do Estado do Amazonas, compondo um total de sete CDEs, cada uma responsável por 28 a 42 escolas, dependendo da área geográfica (zona). A criação das CDEs por zoneamento se deu para facilitar o desenvolvimento das ações pedagógicas aproximando os coordenadores e equipe técnica dos profissionais que atuam diretamente nas escolas. O objetivo foi estabelecer uma relação dialógica capaz de contribuir para o alcance de melhores resultados relacionado ao desempenho dos alunos da Rede Estadual de Ensino. As escolas que foram base da pesquisa estão sob a responsabilidade da CDE3, que atende às escolas da Zona Centro-Sul e parte das escolas da Zona Centro Oeste.

intervenção que deverá ser executado pelos professores e acompanhado pela equipe gestora e pedagógica, sempre com o objetivo de melhorar o rendimento dos alunos. Nesse plano de intervenção inclui-se a Recuperação Paralela, foco do presente trabalho.

Os descritivos dos supervisores pedagógicos constam de informações, relatadas pelos gestores e pedagogos das escolas, de que há um alto índice de alunos que chegam ao Ensino Fundamental II com lacunas de aprendizagem dos conteúdos que deveriam ter sido assimilados nos anos iniciais. Durante as visitas às escolas, e ainda em conversas com os professores, os supervisores ouviam muitas queixas a respeito das dificuldades que os alunos encontravam para acompanhar as aulas, principalmente no 7º ano do Ensino Fundamental II. Essa é a fase em que os alunos apresentavam maior dificuldade na apropriação dos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática. Tal fato leva a reflexão sobre a efetividade da Recuperação Paralela e seus efeitos para a aprendizagem dos alunos.

Diante desse dilema, surgiu o questionamento: Quais ações a Coordenadoria Adjunta Pedagógica da CDE3 vem realizando para dar suporte à equipe gestora das escolas que estão sob sua responsabilidade para a realização da Recuperação Paralela?

Assim, justifica-se o interesse em pesquisar quais ações são realizadas nas escolas em relação à Recuperação Paralela e que interferem positivamente no desempenho dos alunos, bem como qual dinâmica a CAP EF II/CDE 3 tem utilizado para que essa recuperação seja praticada nas escolas sob sua responsabilidade.

Nessa perspectiva, selecionou-se quatro escolas de ensino Fundamental II da CDE 3 e buscou-se descrever como a Recuperação Paralela é trabalhada em cada contexto escolar. A partir dessa descrição, e com base nas respostas dadas pelos sujeitos escolares pesquisados, analisou-se a prática da Recuperação Paralela nas escolas e qual o suporte oferecido pela CAP EF II/ CDE 3 que colabora para que os entraves encontrados no percurso do processo possam ser minimizados proporcionando ao aluno a construção dos saberes. Posteriormente, propuseram-se estratégias pedagógicas que possam contribuir para a realização efetiva da Recuperação Paralela.

O recorte no Ensino Fundamental II se deu pelo fato de que a pesquisadora da presente dissertação responde atualmente pela Coordenadoria Adjunta Pedagógica da CDE3 desse segmento de ensino. Por essa vivência, percebeu-se o alto índice de reprovação em Língua Portuguesa e Matemática, principalmente no 7º ano. Ano esse que apresenta também um alto índice de distorção idade-ano. Para uma melhor análise, optou-se por pesquisar as quatro escolas que apresentaram índices preocupantes de reprovação nas avaliações internas (bimestrais) no ano de 2014.

Dessa maneira, a presente pesquisa pretende compreender como se dá efetivamente a Recuperação Paralela em quatro escolas de Ensino Fundamental II, mais especificamente, nos 7ºs anos, e analisar o desempenho dos alunos por meio dos índices de aprovação e reprovação no ano de 2014. Para tal, foram utilizados os dados do Sistema Integrado de Gestão de ensino do Amazonas – SIGEAM; o Diário Digital dos professores de Língua Portuguesa e Matemática; os relatórios de assessoramento pedagógico dos Supervisores Pedagógicos da CDE 3; e os relatos de experiências das equipes gestoras (Pedagogo e Gestor Escolar) dos professores e dos alunos.

A contextualização da pesquisa se deu com base na infraestrutura, na equipe pedagógica e no perfil dos atores envolvidos nas unidades escolares pesquisadas da CDE 3 – gestores, docentes, equipe pedagógica e alunos; na análise e apropriação dos resultados de desempenho escolar dos alunos pelas equipes gestoras e professores das escolas pesquisadas; nas ações de Recuperação Paralela realizadas, bem como no assessoramento oferecido pelos Supervisores Pedagógicos da CAP II/ CDE3 para a realização dessa recuperação.

A estrutura do trabalho está constituída de três capítulos: o primeiro trata da Recuperação Paralela; apresenta a legislação nacional e estadual que a regulamenta; descreve o sistema de avaliação no Estado do Amazonas- avaliação externa local (SADEAM); apresenta o Projeto Criando Oportunidades (PCO/Reforço Escolar); e o Diário Digital- ferramenta tecnológica de uso do professor.

Nesse contexto, o primeiro capítulo descreve a estrutura CDE 3/ SEDUC/AM e as ações relacionadas à prática da Recuperação Paralela nas escolas; apresenta-se o perfil das quatro escolas de EF II selecionadas para a pesquisa quanto à estrutura organizacional, a prática pedagógica e os atores escolares.

O segundo capítulo apresenta uma articulação entre os dados coletados na pesquisa de campo e o aporte teórico para as análises e proposições expressas no terceiro capítulo. Dessa forma, preconiza-se o percurso metodológico utilizado para realização da pesquisa de campo; traça considerações teóricas pertinentes à reprovação escolar; à recuperação do conteúdo no contexto da Recuperação Paralela; e faz um paralelo entre a CAP EF II/ CDE 3 e a gestão escolar como agentes articuladores no processo de ensino e aprendizagem.

O capítulo apresenta os dados coletados e analisados na pesquisa de campo expondo os resultados a partir da concepção dos sujeitos investigados acerca da prática da Recuperação Paralela; o acompanhamento, a avaliação e o suporte técnico pedagógico oferecidos pela CAP EF II/ CDE 3 às escolas, além dos principais achados na pesquisa de campo.

O terceiro e último capítulo propõe um Plano de Ação Educacional (PAE) com sugestões a serem implementadas no âmbito da SEDUC/AM, da CAP EF II/ CDE 3 e das escolas para que possam realizar a prática da Recuperação Paralela como uma alternativa de melhoria da aprendizagem dos alunos do 7º ano, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

1. RECUPERAÇÃO PARALELA

O presente estudo de caso tem como objetivo analisar a realização da Recuperação Paralela nos 7^{os} anos do Ensino Fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, em quatro escolas da CDE3 da SEDUC/AM. A partir dessa ideia, procurou-se averiguar como se dá a ação dos atores envolvidos, bem como qual o suporte é dado a por parte da CAP EF II/ CDE para que a Recuperação Paralela ocorra e promova a melhoria do desempenho do aluno e não apenas a aferição de notas para promoção escolar.

Desse modo, para relatar o caso pesquisado, aborda-se a forma estrutural da Recuperação Paralela dentro do estado do Amazonas, mais especificamente, sua aplicabilidade dentro das escolas da Rede Estadual de Ensino.

Este capítulo é composto por quatro seções. Na primeira seção (1.1) faz-se uma síntese do conceito e amparo legal para a prática da Recuperação Paralela nas escolas; na segunda seção (1.2) apresenta-se o contexto do estado do Amazonas estando essa subdividida em quatro subseções: (1.2.1) o Sistema de Avaliação no Estado do Amazonas; (1.2.2) o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas – SADEAM; (1.2.3) o Projeto Criando Oportunidades – PCO/ Reforço Escolar - projeto criado com o objetivo de proporcionar aulas de reforço aos alunos com dificuldades de aprendizagem; e a seção (1.2.4) o Diário Digital, ferramenta *web* desenvolvida para substituir o diário de classe manual e, dessa forma, facilitar o trabalho do professor. Na terceira seção (1.3) discorre-se sobre a CDE 3 e as ações realizadas junto às escolas de apoio à prática da Recuperação Paralela; e na quarta e última seção (1.4) apresenta-se o panorama das quatro escolas da CDE 3 de Ensino Fundamental II selecionadas para a pesquisa e o rendimento escolar dos seus alunos do 7^o ano em Língua Portuguesa e Matemática.

1.1 RECUPERAÇÃO PARALELA: CONCEITO E BASE LEGAL

A Lei nº 5.692/71 diz em seu artigo 11, parágrafo 1º, que os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus deveriam funcionar entre os períodos letivos regulares para, além de outras atividades, e proporcionar estudos de recuperação aos alunos de aproveitamento insuficiente (BRASIL, 1971). Entende-se, portanto, que devem estar inseridos no calendário escolar anual períodos para os estudos de recuperação. A mesma lei, no seu artigo 14, parágrafo 2º, garante ao aluno com aproveitamento insatisfatório o direito de obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento (BRASIL, 1971).

Ressalta-se, que ao viabilizar a Recuperação Paralela, os estabelecimentos de ensino cumprem o que está estabelecido. Todavia, nesse ponto específico da lei, se vê que o propósito é sim recuperar o aluno, mas não fica determinado que o ponto central seja a aprendizagem, mas sim a aprovação desse aluno.

A Recuperação Paralela é compreendida como uma nova oportunidade que é dada ao aluno de se apropriar dos conteúdos não compreendidos. Essa oportunidade vai além da mera aquisição de nota, uma vez que envolve reflexão docente e busca contínua pelo aperfeiçoamento das práticas pedagógicas que devem priorizar o acesso aos saberes pelo aluno.

Nessa direção, ressalta-se que o direito ao acesso ao conhecimento, por meio da Recuperação Paralela, aos alunos que não conseguiram se apropriar dos saberes fundamentais ao seu desenvolvimento está previsto em documentos que norteiam a educação. É um direito público subjetivo a ser oportunizado de forma qualitativa a todos os cidadãos a fim de garantir o exercício da cidadania de forma equitativa.

Sobre o direito direcionado às crianças e aos adolescentes, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), no Artigo 53, incisos I, II e III destaca:

A criança e o adolescente têm direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado pelos seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores (BRASIL, 1990).

A mesma lei assegura ainda aos “pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.” (BRASIL, 1990, p. 9). Portanto, é importante lembrar que os pais e/ou responsáveis têm o direito de conhecer e participar da vida escolar de seus filhos. Outra lei que ampara o direito à aprendizagem efetiva dos alunos é a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que assegura a obrigatoriedade de estudos de recuperação, preferencialmente paralela ao período letivo, direcionado aos alunos com baixo rendimento escolar. Destaca-se em seus artigos 12 e 24:

Art. 12 - Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

[...]

V – Prover meios para recuperação dos alunos de menos rendimento.

Art. 24 - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

(a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. (BRASIL, 1996)

Dado que tanto o ECA, quanto a LDB/96, refere-se ao direito do aluno à educação de qualidade, responsabilizando a família e o Estado que coadunados exercem influência sobre a formação do aluno, entende-se que realizar a Recuperação Paralela é uma alternativa pedagógica em que deve prevalecer a qualidade do ensino sobre a aferição da nota, bem como dar ao aluno o exercício desse direito enquanto cidadão.

Nessa premissa, destaca-se que o sistema de educação preconiza a prática da Recuperação Paralela aos alunos com dificuldades de aprendizagem, como foi visto nesta seção ao serem mencionadas a LDB e o ECA. Desse modo, procurou-se mostrar na próxima seção como a Recuperação Paralela está inserida no contexto do Estado do Amazonas.

1.2 O CONTEXTO DO ESTADO DO AMAZONAS

A SEDUC/AM foi criada por meio da Lei 1.596 de 05/01/1946 e sua nomenclatura passou por diversas alterações até vir a chamar-se Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas. A SEDUC/AM é um órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo e dentre suas finalidades e competências destacam-se: a formulação, a coordenação, o controle, a avaliação e a execução das políticas educacionais do Estado, cumprir a legislação vigente; coordenar a implementação e manutenção de políticas públicas para educação do Estado; elaborar projetos e programas respeitando as diretrizes e metas do governo; e por último, mas não menos importante, o assessoramento às escolas estaduais, no sentido de elaboração, execução e avaliação de programas educacionais e ações pedagógicas inovadoras no Ensino Fundamental e Médio e suas modalidades de ensino.

A estrutura organizacional das Coordenadorias Distritais de Educação possui um Coordenador Distrital e quatro Coordenadores Adjuntos. Cada Coordenador Adjunto tem uma equipe de supervisão e assessoramento que coadunados dão suporte ao Coordenador Distrital. As Coordenadorias Adjuntas são: uma Administrativa Financeira (CAAd) e três Pedagógicas, uma para cada nível de ensino, sendo: Ensino Fundamental I (CAP EF I), que é responsável pelas escolas do 1º ao 5º ano; Ensino Fundamental II (CAP EFII) responsável pelas escolas do 6º ao 9º ano; e Ensino Médio (CAP EM). Cada Coordenadoria Adjunta Pedagógica é formada por um Coordenador Adjunto Pedagógico e um supervisor pedagógico para cada cinco escolas por turno.

Para normatização e cumprimento dos dispositivos federais quanto à educação, a SEDUC/AM firma suas ações com base no Regimento Geral das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Amazonas. É com base nesse documento que todas as escolas da rede elaboram seu Regimento Interno.

O Regimento Geral das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Amazonas dedica o Título VI, Capítulos I e II à Avaliação do Rendimento Escolar e Recuperação de Estudos, respectivamente. Ressalta-se que a avaliação do rendimento escolar deverá considerar o aproveitamento de estudos e a frequência do aluno, sendo ambos reprovativos; a avaliação deverá basear-se nos conteúdos programáticos da base

comum nacional, juntamente com a parte diversificada, sendo ainda, contínua, cumulativa e diagnóstica, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

As escolas ao elaborarem seu regimento interno não podem mudar ou criar outra forma de avaliação diferente, e deve constar no Regimento como se dará o processo de avaliação escolar e todas as ações realizadas pela escola, tais como a Recuperação Paralela e as aulas de reforço. Essa informação serve também para que os pais e/ou responsáveis, cientes do processo educativo, sejam corresponsáveis por esse processo e cumpram o objetivo de uma gestão democrática² e participativa. O Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas determina que o aluno que apresentar dificuldades de aprendizagem tenha oportunidade de se apropriar de novos conhecimentos. Sobre isso seu o Artigo nº 66 enfatiza que:

O estudante que não atingir o mínimo exigido no conteúdo avaliado terá tantas oportunidades de estudos de recuperação paralela e avaliação quanto possível para amenizar as dificuldades relativas aos conteúdos não assimilados. (AMAZONAS, 2009b).

Diante da realidade vivenciada nas escolas, compreende-se que o direito à Recuperação Paralela, que está também garantido por meio do Regimento das Escolas Estaduais do Amazonas, deve ser seguido em sua totalidade, principalmente no que se refere à garantia do direito à educação de qualidade. Essa preocupação com a qualidade do ensino deve ser direcionada a todos os alunos, incluindo aqueles que apresentam dificuldade de se apropriar de novas competências. Esse fato tem exigido dos profissionais maior comprometimento na busca de estratégias pedagógicas diferenciadas que oportunizem ao aluno, por meio da Recuperação Paralela, novas alternativas de aprendizagem. Tantas vezes forem necessárias no decorrer do ano letivo.

O Estado do Amazonas adota um sistema de avaliação bimestral, com número específico de avaliações por componente curricular, dependendo da carga horária de cada componente, conforme mostra a seção 1.2.1.

²Entende-se por gestão democrática quando há a participação de diversos sujeitos de diferentes segmentos da comunidade escolar (pais, professores, demais servidores da escola no planejamento, execução e avaliação de projetos e ações da escola, bem como na administração de recursos).

1.2.1 O Sistema de Avaliação no Estado do Amazonas

O processo de avaliação do ensino e aprendizagem das escolas do Estado do Amazonas está fundamentado na Resolução nº 048/2015 – CEE/AM, em seu artigo. 1º, o qual aprova a emenda nº 3 ao Regimento Geral das Escolas Públicas do Estado do Amazonas, que trata da Avaliação do ensino e da Aprendizagem e da Recuperação Final.

O Artigo 62 do Capítulo 1, que versa sobre o processo de avaliação do ensino e aprendizagem, ressalta que a avaliação deve ser contínua, cumulativa e diagnóstica, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como os resultados do período sobre o resultado final. Entende-se, portanto, que deve haver uma preocupação maior com a aprendizagem do aluno e não somente com a nota do final dele no bimestre (AMAZONAS, 2009b).

O rendimento aferido no final de cada bimestre escolar segue a escala de 0 (zero) a 10,0 (dez) pontos e a média mínima para aprovação bimestral e final é 6,0 (seis) pontos. O que obedece ao caráter formativo e somativo. A avaliação deve ser feita da seguinte forma:

- a) Cada instrumento avaliativo valerá 10,0 pontos. No registro das avaliações parciais é admitida qualquer fração com até duas casas decimais;
- b) Cada bimestre/módulo/etapa valerá 10,0 pontos, em todos os componentes curriculares;
- c) A aferição do resultado do bimestre/etapa/fase/módulo se dará pela média aritmética simples;
- d) Nas médias bimestrais, na Média final do Ano Letivo, na Nota da Recuperação Final e na Média do Resultado Final (após recuperação final) será conservada a primeira casa decimal. Surgindo a segunda casa decimal, será aplicada a regra de arredondamento, a seguir:
 - I – Quando o algarismo da segunda casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco), o último algarismo a ser conservado (primeira casa decimal) deverá ser aumentado em uma unidade;
 - II – Quando o algarismo da segunda casa decimal for inferior a 5 (cinco), o último algarismo a ser conservado (primeira casa decimal), permanecerá sem modificação;
 - III – Os algarismos inteiros só sofrerão alteração quando o algarismo a ser conservado (da primeira casa decimal) for 9 (nove), sendo os algarismos seguintes (da segunda casa decimal) igual ou maior que 5 (cinco);
- e) A fórmula da aferição para a Média Bimestral é a seguinte:

$$\frac{\sum \text{dos resultados das avaliações}}{\text{N}^\circ \text{ avaliações mínimas e/ou realizadas}} = M$$
 Ou seja, a somativa dos resultados das avaliações, dividida pelo número de avaliações mínimas ou realizadas. O resultado será a média bimestral. (AMAZONAS, 2009b)

Ressalta-se que o número de avaliações mínimas realizadas por bimestre no Ensino Fundamental II deve ser como apresentado no Quadro 01, a seguir.

Quadro 1. Número mínimo de avaliações por componente curricular no Ensino Fundamental II na SEDUC/AM

COMPONENTE CURRICULAR	Nº MÍNIMO DE AVALIAÇÕES
Língua Portuguesa	3
Artes	2
Educação Física	3
Matemática	3
Ciências	3
História	3
Geografia	3
Língua Estrangeira Moderna	3
Ensino Religioso	2

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Amazonas (2009b)

Respeitando o número mínimo de avaliações por componente curricular, a Resolução 048/2015 – CEE/AM criou a seguinte orientação:

Para realização das avaliações e suas respectivas recuperações paralelas, deverão ser observadas as datas limites indicadas no calendário escolar oficial, com intervalo de aproximadamente 15 dias letivos para os componentes com no mínimo três (03) avaliações e de 20 (vinte) dias letivos para os componentes curriculares com no mínimo duas (02) avaliações (AMAZONAS, 2015b).

A Resolução também faz referência aos instrumentos utilizados para as avaliações e diz que deverão ser aplicadas obrigatoriamente:

- I – Para os componentes curriculares com 03 (três) ou mais avaliações, 02 (dois) destes instrumentos serão provas individuais. Recomenda-se uma (1) prova objetiva e outra discursiva;
- II – Para os demais componentes curriculares, com 02 (duas) avaliações, 01 (um) destes instrumentos será uma prova individual, discursiva ou objetiva, a critério do professor;
- III – Os instrumentos de avaliação aplicados deverão estar em consonância com os conteúdos ministrados e adequados a cada etapa/nível/modalidade/fase de ensino.(AMAZONAS, 2015b).

Quanto ao resultado final do ano letivo, fica estabelecida a média aritmética simples entre os quatro bimestres. Dessa forma, será considerado aprovado o aluno que obtiver média final do ano letivo igual ou superior a 06 (seis) pontos, destacando que o aluno também deve ter frequência mínima de 75% do total de horas letivas por componente curricular. No que se refere à recuperação de estudos, o Capítulo II, em seu Artigo 68 diz:

A recuperação de estudos da Educação Básica será organizada de acordo com o que dispõe:

§ 1º. O aluno com baixo rendimento escolar que obteve resultado inferior a 60% (sessenta por cento) dos pontos, ou seja, 6,0 (seis) pontos deverá ser submetido a estudos de recuperação e avaliações paralelas ao período letivo, independente do número de alunos aprovados na turma.

§ 2º. É vedada a aplicação de média aritmética, adição e subtração dos pontos adquiridos pelo aluno, na recuperação paralela para aferição de aprendizagem, devendo ser considerado o maior resultado obtido pelo aluno no instrumento avaliativo. (AMAZONAS, 2009b).

Desse ponto de vista, entende-se que se o aluno obtiver na avaliação da Recuperação Paralela uma nota inferior à nota da avaliação do bimestre, será considerada, para efeitos de média aritmética, a nota maior. Todavia, isso não exime o professor de lançar a nota da Recuperação Paralela no Diário Digital, ferramenta *web* que dentre tantas finalidades, inclui a de lançamento de todas as notas das avaliações internas realizadas pelos alunos. Além das avaliações inclusas no regimento geral das escolas estaduais, os alunos também passam por avaliações externas bienalmente, a Prova Brasil³ e o SAEB⁴.

³A Prova Brasil é uma avaliação para diagnóstico, em larga escala, desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Seu objetivo é avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. Ela é realizada de dois em dois anos e avalia os anos finais do Ensino Fundamental, 5º e 9º ano nas disciplinas Língua Portuguesa, com foco em leitura e Matemática e resolução de problemas. É uma avaliação censitária. Participam dessa avaliação escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nos anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo. (BRASIL, 2016).

⁴O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) tem como principal objetivo avaliar a Educação Básica do Brasil. Contribui dessa forma para a melhoria da qualidade do ensino e para a universalização do acesso à escola. A avaliação fornece subsídios para a formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas direcionadas à educação básica e também oferecem dados e indicadores que possibilitam a compreensão de fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados. (BRASIL, 2016).

Baseado no contexto de avaliações externas e frente à diversidade de sistemas estaduais de avaliações já existentes em várias regiões brasileiras, o Estado do Amazonas criou em 2008 seu próprio Sistema de Avaliação, o SADEAM - Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas. O objetivo do SADEAM é obter informações consistentes e rápidas acerca do nível de aprendizagem dos estudantes.

Tendo vista que as avaliações de desempenho da Prova Brasil e do SAEB acontecem de dois em dois anos, o acompanhamento do progresso e das dificuldades dos alunos ficava limitado, pois o espaço de tempo era muito grande para se fazer intervenções palpáveis e buscar a melhoria da qualidade do ensino localmente. O SADEAM, no entanto, acontece anualmente. De posse dos resultados, as escolas podem tomar providências necessárias em prazo mais curto e em busca da melhoria na educação do estado. A seção 1.2.2 apresenta o sistema de avaliação externa do estado do Amazonas.

1.2.2 Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas – SADEAM

O SADEAM⁵ foi criado em 2008, pela SEDUC/AM, por meio da portaria GSE nº 2636/2008 de 26/09/2008, com o objetivo de criar um sistema de avaliação que mostrasse mais rapidamente, de forma diagnóstica, o nível de aprendizagem dos alunos, haja vista que as avaliações nacionais não são realizadas anualmente. Dessa forma, o diagnóstico é feito a partir de uma análise do desempenho dos alunos dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, considerando os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Já no Ensino Médio, considera as mesmas competências e habilidades descritas na matriz do ENEM, sendo elas: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias e Redação.

⁵O SADEAM foi implementado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE), da Universidade de Brasília (UNB). Essa instituição coordenou as atividades no Estado do Amazonas por dois anos. Em 2011, a aplicação das avaliações no Estado do Amazonas passou a ser de responsabilidade do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) em parceria com a SEDUC/AM. (AMAZONAS, 2016).

Os resultados obtidos pelos alunos são dispostos em uma escala de proficiência e classificados em quatro Padrões de Desempenho: Abaixo do Básico - abrange os alunos que não conseguem desenvolver o previsto para a sua etapa de escolaridade; Básico - abrange os alunos que conseguiram aprender o mínimo do que é proposto para o seu ano escolar; Proficiente- abrange os alunos que conseguem desenvolver o previsto para determinado ano escolar, ou seja, tem conhecimento apropriado e expressivo dentro da sua etapa de escolaridade; e Avançado- que abrange aqueles alunos que mostram ter desenvolvido habilidades mais refinadas e demonstram ter um aprendizado superior ao que se prevê para o seu ano escolar. Ao se considerar os resultados obtidos, é possível um diagnóstico do desempenho de cada aluno e da coletividade, tendo meios que propiciem uma gestão de qualidade na educação.

Arelada à política de avaliação do SADEAM, o Governo do Amazonas criou também mecanismos de incentivos simbólicos e monetários. Por esses mecanismos as escolas são condecoradas com os Prêmios “Escola de valor⁶” vinculado ao pagamento de 14º, 15º e 16º salários para todos os funcionários das escolas que alcançarem a meta estabelecida, e o “Prêmio Escola de Valor por Crescimento⁷”. Os incentivos trouxeram também uma premiação destinada aos alunos. Essa premiação é no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) depositados em conta poupança para os alunos com média mínima de 9,5 (nove, cinco), computada pelo SIGEAM, frequência de no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) no ano letivo e nenhum registro de ocorrência negativa na escola (AMAZONAS, 2011).

Ademais, a seção 1.2.3 apresenta o Projeto Criando Oportunidade (PCO)/Reforço Escolar, desenvolvido pela SEDUC/AM em 2014. Esse projeto é uma ação que prima pela educação de qualidade, pois oportuniza aos alunos o acesso às aulas de reforço focando nos conteúdos programáticos que mais tiveram dificuldades. Nessa

⁶O Prêmio Escola de Valor foi criado em 2009 pelo Governo do Estado do Amazonas e consiste em premiar as escolas que apresentam as melhores médias e menores índices de evasão. Quando foi criado, em 2008, cada escola premiada recebeu um cheque no valor de R\$ 30 mil e esse prêmio financeiro deveria ser investido como incentivo para melhoria da qualidade do ensino. Em 2011 o prêmio passou a ser de R\$50 mil.

⁷As escolas que não alcançaram a meta, mas tiveram crescimento, também são premiadas com o Prêmio Escola de Valor por Crescimento. A escola recebe uma premiação no valor de R\$ 20 mil, que também é investido em recursos pedagógicos a serem definidos pela equipe escolar. Dentre os critérios de premiação, inclui-se: crescimento de índice maior ou igual a 0,8 em comparação com a avaliação do ano anterior e não ter sido premiada com o prêmio escola de valor, 14º, 15º e 16º salários.

perspectiva, acredita-se que as aulas de reforço realizadas junto aos alunos com dificuldades de aprendizagem podem ajudá-los no acompanhamento das atividades em sala de aula. Em longo prazo essa ação poderia evitar que tantos alunos precisassem fazer a Recuperação Paralela.

1.2.3 Projeto Criando Oportunidades – PCO/Reforço Escolar

O Projeto Criando Oportunidades/Reforço Escolar foi criado pela SEDUC/AM com o objetivo de melhorar o rendimento dos alunos com dificuldades de aprendizagem. Para que ele seja realizado, há a necessidade da contratação, via Processo Seletivo, de dois tipos de profissionais: acadêmicos/estagiários dos cursos de Letras (Língua Portuguesa), Matemática, Ciências, Química, Física, Biologia e Pedagogia; e professores licenciados nas mesmas áreas que atendam alunos do Ensino Fundamental Inicial, Final e Ensino Médio. A carga horária desses profissionais é de 30 horas semanais para atendimento de no máximo de 15 alunos por turma, preferencialmente no contra turno. No entanto, de acordo com informações da SEDUC/AM, poderá ser estabelecido, com devida análise e autorização superior, o atendimento aos alunos no 6º tempo nas escolas em que for detectada a necessidade comprovada e expressa em documento com a justificativa e concordância dos pais dos alunos (AMAZONAS, 2014).

Segundo informações da Gerência do Ensino Fundamental II/ SEDUC, o objetivo das aulas de reforço é propiciar aos estudantes a oportunidade de desenvolver as habilidades que não foram assimiladas em sala de aula e reforçar conteúdos que ainda precisam de melhor entendimento. Dessa forma, ampliam-se as possibilidades de aprendizagem dos alunos. Todavia, é importante ressaltar que o projeto não substitui a Recuperação Paralela, pois embora vise minimizar as dificuldades de aprendizagem dos alunos, não pode ser trabalhado a partir da exclusão da Recuperação Paralela.

O profissional contratado para trabalhar com o PCO nas escolas, ao final de cada bimestre letivo, deve elaborar um relatório com o número de alunos atendidos, os conteúdos programáticos trabalhados, as dificuldades encontradas e as ações realizadas diante das dificuldades. Esse relatório deve ser assinado pelo pedagogo e

gestor escolar e encaminhado para sua respectiva CDE. A CDE elabora um relatório único por segmento de ensino, constando todas as informações das escolas de forma compactada e o envia às gerências específicas. O Projeto também prevê ações de Formação Continuada para esses profissionais.

Os gestores escolares devem aderir ao projeto através da assinatura do Termo de Adesão do Projeto Reforço Escolar, dando legitimidade ao mesmo, que é revalidado anualmente; Os gestores devem divulgar a toda a comunidade escolar a existência do projeto na escola, além de verificar e acompanhar a seleção dos alunos que serão atendidos pelo projeto. Deve ainda promover o atendimento individual dos alunos com dificuldades de aprendizagem. Quanto ao local de atendimento aos alunos nas aulas de Reforço Escolar, é importante ressaltar que a escola tem que organizar uma sala que possibilite um atendimento adequado, não sofrendo interferências contínuas. Segundo a SEDUC/AM, as aulas de reforço também poderão ser realizadas em locais negociados pela escola, em forma de parcerias com a comunidade externa, sem que isso venha gerar encargos financeiros à Secretaria. Todavia, ressalta-se que nenhuma escola da CDE 3 faz uso de ambientes externos para aulas de reforço.

Os pais ou responsáveis pelos alunos também precisam estar envolvidos nesse processo. A proposta é que eles possam conhecer os benefícios do Projeto Reforço Escolar na superação das dificuldades de aprendizagem de seu filho. Eles têm que assinar um Termo de Compromisso com a escola responsabilizando-se em garantir a frequência e acompanhamento dos filhos no projeto.

Segundo informações da Gerência de Ensino Fundamental – GENF/ SEDUC, o Projeto deveria funcionar em todas as Escolas Públicas Estaduais do Estado do Amazonas, atendendo a estudantes de quaisquer anos/séries com maiores dificuldades de aprendizagem. *A priori*, esses estudantes deveriam ser avaliados e selecionados pelos professores, mas é importante ressaltar que o projeto não atendeu nos anos de 2014 e 2015 a todas as escolas por demandar alto investimento. Portanto, a seleção das escolas foi realizada com base no rendimento escolar, ou seja, as escolas que apresentaram maior índice de reprovação no ano anterior. Já em 2016, o PCO não entrou em funcionamento até a conclusão da presente pesquisa.

Além do PCO, outra ação de melhoria realizada pela SEDUC/AM, considerada ousada, foi a criação da ferramenta Diário Digital que surgiu como substituição da pagela⁸ de classe ou diário de classe - espécie de caderno impresso em gráficos, no qual o professor realizava a chamada, lançava conteúdos ministrados e notas das avaliações. O Diário Digital é uma ferramenta *web* desenhada a partir de informações e detalhes do antigo diário de classe e acrescida de novas informações em um modelo rápido e de fácil acesso. Tal ferramenta *web* possibilita o acompanhamento e monitoramento das ações pedagógicas do professor e da vida escolar do aluno, incluindo a Recuperação Paralela, que pode ser acompanhada pela equipe gestora das escolas e pela equipe pedagógica das CDEs. A ferramenta será apresentada na seção 1.2.4.

1.2.4 Diário Digital

Com o objetivo de informatizar as informações educacionais, a SEDUC/AM implantou o diário escolar digital em suas unidades escolares. O antigo diário de classe, uma espécie de livro contendo os nomes dos alunos, espaço para informações sobre o conteúdo ministrado, atividades realizadas e lançamento de notas e frequência, que era utilizado pelo professor todos os dias em sala de aula, foi substituído por um sistema digital, o “Diário Digital”. O Diário Digital é uma ferramenta *web* do Sistema de Gestão Educacional do Amazonas (SIGEAM) e nela o professor pode armazenar dados eletronicamente.

A ferramenta foi desenvolvida em parceria com a empresa Processamento de Dados Amazonas S/A (PRODAM) e permite que os professores armazenem dados eletronicamente, tais como: frequência diária escolar de seus alunos; notas parciais por

⁸A pagela de classe ou *Diário de Classe* utilizado pela SEDUC/AM era uma espécie de livro com uma página para cada mês do ano letivo. Nesse livro continham espaços específicos para o número e nome do aluno, aulas previstas e aulas dadas, frequência dos alunos diariamente, conteúdos programáticos ministrados e notas dos alunos nas avaliações. A pagela era preenchida manualmente pelo professor. Era preciso ainda preencher uma *aparata* que tinha a nota de cada aluno ao lado do número desses alunos. Essas aparatas eram entregues à secretaria da escola que fazia o lançamento no SIGEAM, aluno por aluno. Era um processo trabalhoso e que apresentava diversos problemas de fidedignidade e erros. Essas aparatas eram chamadas pelos professores de *orelhinhas*, por se assemelharem com “orelha de livro”.

componente curricular; o conteúdo ministrado em cada aula; o conteúdo para Recuperação Paralela; bem como a nota alcançada pelo aluno nessa recuperação. Tal ferramenta pode ser acessada pelo professor, assim como pelo gestor escolar e pelo pedagogo. O acesso pode ocorrer por meio do celular ou *tablet*, bem como por computadores destinados a esse fim e instalados na sala dos professores.

Dessa forma, os professores e a equipe gestora controlam a assiduidade dos alunos, e o desempenho desses em cada disciplina, bem como sua nota na avaliação da Recuperação Paralela. Aos supervisores pedagógicos das CDEs é liberado um perfil⁹ para consulta ao Diário Digital. Eles podem acessar e verificar escola por escola, inclusive pendências, como por exemplo, quantitativo de professores inadimplentes no lançamento de informações. Durante as visitas de assessoramento às escolas, o supervisor também pode verificar se existem professores com dificuldade de acesso e/ou de entendimento da ferramenta. Na ocasião, pode ainda fazer o mapeamento do processo para que o professor possa se beneficiar desse instrumento pedagógico.

O projeto foi implantado de forma piloto no ano de 2010 em duas escolas da rede, sendo uma na capital e outra no município de Parintins. Paulatinamente, o projeto foi sendo implantado nas demais escolas do estado. Em 2014 teve grande impulso chegando a todas as unidades de ensino da rede estadual da capital do estado do Amazonas. Os professores receberam *login* e senha de acesso no início do ano letivo de 2014 e receberam treinamento para o uso da ferramenta.

Através do Diário Digital, com base na função de cada ator escolar, é possível consultar dados de cada escola conforme o perfil designado pela SEDUC e a empresa PRODAM. Cada sujeito escolar possui um perfil de acesso, dependendo das especificidades e necessidades de sua função. O professor pode consultar, incluir, alterar e excluir lançamentos como frequência, conteúdo ministrado, conteúdo avaliado e nota das turmas em que ele está lotado. O gestor pode consultar os dados e lançamentos de todos os docentes da escola na qual é diretor. Já o pedagogo tem um

⁹ O Perfil é uma liberação (ou autorização) dada pelo administrador da rede lógica da SEDUC/AM para utilização do Diário Digital. Os perfis são liberados de forma diferenciada para cada cargo ou função exercida dentro da escola ou da CDE.

perfil que permite somente consultar lançamentos dos docentes da escola e turno em que está lotado.

Além dos perfis dos sujeitos escolares descritos, é relevante informar que o de coordenador distrital, os coordenadores adjuntos pedagógicos e supervisores pedagógicos também têm a possibilidade de consulta aos lançamentos das escolas da CDE em que estão lotados.

Diante disso, entende-se que tanto o Pedagogo como o Gestor têm a responsabilidade de acompanhar o rendimento dos alunos periodicamente, pois é possível verificar quais conteúdos o professor está trabalhando; as atividades que está utilizando; e quais são as notas aferidas aos alunos. É fato que esse trabalho é específico do Pedagogo da escola, no entanto, na falta dele, o gestor pode acompanhar, assim como o Secretário, desde que seja designado a ele essa função pelo gestor da escola. O planejamento das avaliações do professor pode ser acompanhado, e a partir do lançamento de tais informações, é possível saber a data da avaliação; o valor atribuído a ela pelo professor; e o instrumento pedagógico que será utilizado.

Depois de realizada a avaliação, o professor lança a nota dos alunos e no campo de lançamento está especificado o valor máximo da avaliação. Caso o aluno tenha alcançado uma nota inferior a 60% da nota máxima, o professor realiza uma segunda avaliação e o valor obtido pode ser substituído pela nota anterior. Dessa forma, fica indisponível a visualização da nota atribuída à segunda avaliação, que nessa ferramenta se considera a avaliação paralela.

Antes de realizar uma avaliação, o professor lança o planejamento que é especificado como Avaliação 1 (AV 1). Ele insere a data, o tipo de atividade e conteúdo que será trabalhado. Somente depois de realizado esse procedimento, o sistema abre o campo para lançar a nota. A partir desse ponto, quando se confirma o lançamento, aparece uma mensagem informando os alunos que não alcançaram a média 6,0. Nesse momento aparece a pergunta se o professor deseja fechar o lançamento mesmo com esses alunos abaixo da média. Caso o professor feche o lançamento para os alunos que ficaram abaixo da média, surge um ícone para lançamento da nota de recuperação.


De posse das notas dos alunos após a primeira avaliação(AV1),o professor pode saber quais as dificuldades encontradas pelos alunos para que se possa executar um plano de intervenção no sentido de minimizar as dificuldades. Esse é o momento em que o professor deve retomar o conteúdo ministrado e não assimilado, além de rever a metodologia utilizada. É, portanto, quando o professor tem um diagnóstico da aprendizagem dos alunos e o momento adequado para trabalhar com aqueles que ainda não conseguiram atingir a nota mínima para aprovação. Todavia, nem todos os professores realizam, à parte, anotações para acompanhamento individual da situação dos alunos.

Pelas conversas dos supervisores com os professores, ou com os pedagogos das escolas, é de conhecimento que um número baixo de professores possui anotações para acompanhamento individual dos seus alunos, porém aqueles que o fazem conseguem atender às necessidades da maioria dos alunos.

Esse tipo de trabalho por parte do professor só é conhecido durante as visitas de assessoramento do supervisor pedagógico e não pelo Diário Digital. Ou seja, o supervisor, em conversa com o pedagogo, pode perguntar sobre as ações que estão sendo desempenhadas pela equipe pedagógica, juntamente com os professores, para rever o planejamento e a metodologia utilizada, sempre no sentido de oferecer ao aluno uma chance de aprender o conteúdo não assimilado. Vale ressaltar que essas questões serão detalhadas no capítulo 2 que apresenta o resultado da pesquisa de campo, portanto, o cotidiano de cada escola acerca do que é feito pela equipe gestora e professores com o resultado das avaliações.

Como dito anteriormente, o supervisor pedagógico também pode acompanhar as escolas que estão sob sua responsabilidade pelo Diário Digital, o que possibilita verificar possíveis pendências deixadas pelos docentes, como por exemplo: alunos sem nota; inaplicabilidade de alguma avaliação (que deve ser realizada dentro das datas previstas no calendário oficial da SEDUC);e também o resultado final dos alunos pelo relatório final das turmas dos professores. A figura 1, a seguir, apresenta parte do relatório final do 1º bimestre do 7º ano turma 1 de uma das escolas pesquisadas. No campo *professor* foram apagados os nomes para preservar os sujeitos, assim como no campo escola.

Figura 1 - Tela que mostra o relatório final do 1º bimestre de uma escola

 <p>ESTADO DO AMAZONAS SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO</p>	ESCOLA:					
	ENSINO: FUND 6º AO 9º	TURNO: Matutino				
	FASE: 7	PERÍODO LETIVO: 1º Bimestre				
	FILTRO: Professores que lançaram notas					
RELATÓRIO DE LANÇAMENTO DE AVALIAÇÕES E NOTAS						
TURMA	PROFESSOR	Componente	AVs Planejadas	RP's Planejadas	AVs com notas	RP's com notas
6 - 9 7 ANO 01		GEO	3	0	3	0
6 - 9 7 ANO 01		HIST	3	2	3	2
6 - 9 7 ANO 01		MAT	3	3	3	3
6 - 9 7 ANO 01		EDFIS	3	0	3	0
6 - 9 7 ANO 01		ENSRE	2	0	2	0
6 - 9 7 ANO 01		LPORT	3	0	3	0
6 - 9 7 ANO 01		CIEN	3	0	3	0
6 - 9 7 ANO 01		LESM	3	2	3	2
6 - 9 7 ANO 01		ART	2	2	2	2
6 - 9 7 ANO 02		GEO	3	0	3	0
6 - 9		HIST	3	2	3	2

Fonte: Diário Digital _ SEDUC/AM

Os dados da figura 1 mostram o quantitativo de avaliações planejadas e realizadas, também Recuperação Paralela, planejada e realizada por professor e no respectivo componente curricular ministrado. Diante disso, se pode questionar, por exemplo, porque o professor de Ciências (CIEN) não planejou nenhuma Recuperação Paralela. Dessa situação duas hipóteses são possíveis: 1) todos os alunos alcançaram a nota mínima para aprovação e, por isso, ele não planejou ou; 2) porque o professor decidiu não realizar a Recuperação Paralela naquele bimestre, contrariando as orientações previstas. É possível também visualizar as notas dos alunos por professor e, diante do resultado, selecionar os alunos com menores notas para que se possa realizar um trabalho diferenciado. Em outras palavras, se o diário digital for monitorado com frequência, há grande chance de mudar o resultado final replanejando ações e focando nos alunos com maiores dificuldades. A partir desse ponto a equipe da CAP EF II pode traçar sugestões de ações para realização um plano de intervenção pedagógica que será levado à apreciação das equipes pedagógicas das escolas. A execução desse plano deve ser acompanhada pelo supervisor pedagógico durante o assessoramento semanal. A figura 2, a seguir, mostra o mapa de notas lançadas pelo professor de

Matemática do 7º ano turma 3 de uma escola da CDE 3, referente ao 1º bimestre de 2016.

Figura 2 - Tela que mostra o mapa de notas de uma turma

Nº	NOME DO ALUNO	MOTIVO SAÍDA	DATA SAÍDA	DIAMÊS			MÉDIA PARCIAL	MÉDIA PROCES SADA
				04/03 AV01	28/03 AV02	19/04 AV03		
1				6,00	6,00	5,50	5,80	✓
2				6,50	7,00	6,00	6,50	✓
3				6,00	7,50	7,50	7,00	✓
4				6,00	7,00	6,50	6,50	✓
5				6,00	6,00	5,50	5,80	✓
6				5,00	7,00	6,50	6,20	✓
7				7,50	7,50	8,50	7,80	✓
8				6,00	6,00	5,50	5,80	✓
9				6,00	5,00	4,00	5,00	✓
10				6,00	6,00	6,50	6,20	✓
11				6,00	6,00	5,50	5,80	✓
12				6,00	6,50	6,50	6,30	✓
13				6,00	7,50	7,50	7,00	✓
14		TRANS	09/04/2016	S/N	S/N	S/N	0,00	
15				6,00	6,50	5,50	6,00	✓
16				6,00	6,00	5,50	5,80	✓
17				6,00	6,00	5,50	5,80	✓
18				8,00	9,00	10,00	9,00	✓
19				6,50	6,50	6,00	6,30	✓
20				6,00	6,00	5,00	5,70	✓
21				7,00	6,50	7,50	7,00	✓
22				7,00	7,50	6,50	7,00	✓

Fonte: Diário Digital _SEDUC/AM

A figura 2 mostra que de 22 alunos da turma (total da turma é de 46 alunos), oito estão com nota inferior à média mínima para aprovação, considerando que o aluno nº 14 foi transferido. Nota-se que nesse mapa não se consegue visualizar as notas da Recuperação Paralela, nem quais alunos a realizaram. Já relatório de avaliações, representado pela figura 3, mostra que há planejamento de avaliações feito pelo professor.

Figura 3 - Tela que mostra que há planejamento de avaliações para a turma 3 do 7º ano

Ano: 2016 - Turmas/Componentes						
PROFESSOR(A)						
Escola					Turno	Ações
EE					MATUTINO	
Ensino	Projeto	Fase	Turma	Componente	Ações	
Fund 6º Ao 9º		7 Ano	01	Matematica	[Ícones de avaliação]	
Fund 6º Ao 9º		7 Ano	02	Matematica	[Ícones de avaliação]	
Fund 6º Ao 9º		7 Ano	03	Matematica	[Ícones de avaliação]	

Fonte: Diário Digital _SEDUC/AM

Ao abrir o campo *planejamento de avaliações*, é possível saber que há alunos em Recuperação Paralela na AV 3, conforme mostra a figura 4.

Figura 4 - Tela que mostra que há alunos em Recuperação Paralela na avaliação 3

Ano: 2016 - Avaliações	
EE	
7 ANO - 03 - MATEMATICA	
Tipo da Avaliação	Instrumento Pedagógico
1. BIMESTRE	
AV01 em 04/03/2016	Avaliacao Escrita
AV02 em 28/03/2016	Avaliacao Escrita
AV03 em 19/04/2016	Avaliacao Escrita

Há alunos em recuperação paralela nesta avaliação.

Fonte: Diário Digital _SEDUC/AM

O Diário Digital facilita o acompanhamento e controle do processo pedagógico de cada aluno, e em cada componente curricular, por parte da equipe gestora e CDE. A partir desse acompanhamento propõem-se ações de intervenção visando a melhoria do rendimento dos alunos.

Essas ações de intervenção tem a intenção de rever o planejamento do professor e (re)planejar, retomar ou avançar os conteúdos apresentados em sala de

aula, no sentido de proporcionar ao aluno possibilidades de aprendizado dos conteúdos não assimilados para posterior avaliação.

Na perspectiva de análise das ações da SEDUC em nível de Estado, a seção 1.3 apresenta a CDE 3, responsável pelas escolas selecionadas para este estudo.

1.3 A COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO (CDE3)

A CDE 3 faz parte de um conjunto de sete Coordenadorias criadas pela SEDUC/AM com o objetivo de descentralizar o andamento das demandas pedagógicas e administrativas, ao mesmo tempo em que estreita o vínculo das escolas com os departamentos da Secretaria. A SEDUC demandou, por muito tempo, suas ações diretamente às escolas da capital e interior, o que exigia do gestor diversas idas aos setores, o que ocasionava ausências no âmbito escolar que eram sentidas, muitas vezes, pelo corpo docente e equipe pedagógica, assim como pelos alunos. A figura do gestor então estava limitada às atividades burocráticas e de transmissão de atividades e ações oriundas da Secretaria. Com a institucionalização das CDEs, o gestor não precisa mais ir até os setores para buscar informações, ou tratar de assuntos burocráticos, haja vista que esse trabalho é realizado pelas Coordenadorias.

No âmbito pedagógico, a CDE 3 tem a responsabilidade de acompanhar as escolas que estão sob sua responsabilidade demandando ações que venham facilitar o dia a dia escolar, principalmente no que tange ao ensino e aprendizagem, o que inclui o acompanhamento e o suporte aos professores e equipe pedagógica para a realização da Recuperação Paralela.

A CDE 3 iniciou suas atividades em 2005 respondendo por 36 escolas e, em 2015, estavam sob sua direção 40 escolas localizadas nas zonas Centro-Sul e Centro-Oeste de Manaus, distribuídas nos Ensinos Fundamental I e II, nos turnos matutino e vespertino e no Ensino Médio Regular, nos turnos matutino, vespertino e noturno, e Educação de Jovens e Adultos, no turno noturno.

A CDE 3 vem realizando, desde o ano de 2010, o reordenamento entre as escolas para atendimento exclusivo de todo o ciclo de ensino no mesmo bairro, ou seja, em cada bairro tem uma escola exclusiva de Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao

5º ano); uma escola de Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano); e uma escola de Ensino Médio (1º ao 3º ano). Assim, a CDE3 conta com 7 escolas exclusivas de Ensino Médio; 8 escolas exclusivas de Ensino Fundamental II (Anos Finais) e dentre elas 3 são de ensino em tempo integral; e 9 escolas exclusivas de Ensino Fundamental I (Anos Iniciais). Ainda, 1 Centro de Educação de Jovens e Adultos; 2 escolas para alunos que necessitam de atendimento especializado; 2 escolas conveniadas¹⁰; e apenas 11 escolas que ainda atendem mais de uma modalidade de ensino. Em 2014 a CDE 3 atendeu no Ensino Fundamental II o número de 10.444 alunos, e em 2015 atendeu 9.938 alunos¹¹.

Seguindo o modelo desenhado para as CDEs, a CDE 3 teve em 2014 seu quadro de servidores completo, subdividido em quatro Coordenadorias Adjuntas: uma Administrativa Financeira (CAAd), que é responsável por acompanhar todos os serviços de ordem estrutural e física das escolas, bem como pela parte de lotação de servidores, monitoramento de projetos e supervisão da merenda escolar e das bibliotecas escolares; e três Coordenadorias Adjuntas Pedagógicas (CAP), uma para cada segmento de Ensino (EF I, EF II e EM).

Além do quadro de lotação adequado para cada escola, no ano de 2014, a CDE 3 iniciou o ano letivo com um quantitativo de 20 professores de reforço de Língua Portuguesa e Matemática. Esses professores foram encaminhados às escolas para efetivação do trabalho de reforço escolar e acompanhamento dos alunos que estavam com maiores dificuldades de aprendizagem. Com a necessidade de se lotar professores nas cargas vagas, grande parte desses professores foi designada às escolas para suprir cargas vagas e, ao final do ano letivo, esse número reduziu-se para 12 professores. Na prática, conforme os professores efetivos se ausentavam por motivos diversos, como Licenças Médicas, Licenças Maternidade, Licenças Especiais e Aposentadorias, os professores de reforço eram lotados nessas cargas vagas.

¹⁰ Escolas conveniadas são instituições de ensino privado selecionadas para atender a uma clientela de baixo poder aquisitivo e que submetem pedido de parceria ou convênio com secretarias municipais ou estaduais. A CDE 3 contou com 2 escolas conveniadas no ano de 2015, ambas possuem professores das redes estadual e municipal, uma atende a alunos da Educação Infantil e EF I e a outra ao EF I e EF II.

¹¹ Os dados foram coletados presencialmente pela pesquisadora que no momento da pesquisa atuava como Coordenadora junto à CDE3/SEDUC-AM

A Coordenadoria Adjunta Pedagógica (CAP) tem como funções: coordenar, planejar, acompanhar e avaliar todo o trabalho pedagógico de forma a articular e integrar as atividades pedagógicas das escolas que compõe a CDE. Ainda, planejar, avaliar e monitorar, no âmbito das unidades escolares, as atividades realizadas pelos professores, na perspectiva da redução das dificuldades de aprendizagem em relação aos conteúdos ministrados e prescritos no currículo escolar do Ensino Fundamental; estimular e acompanhar a elaboração do Projeto Político Pedagógico; participar da promoção e coordenação de reuniões, encontros, seminários, cursos, eventos da área educacional e correlatas, pertinentes aos programas específicos; participar da elaboração de planejamentos ou propostas anuais de atividades da CDE 3; organizar e produzir dados e informações educacionais e outras atividades, dentre elas a efetividade da Recuperação Paralela nas escolas.

A CAP EF II/CDE 3, responsável pelas escolas pesquisadas, conta com 3 Supervisores Pedagógicos por turno, ou seja, 3 no turno matutino e 3 no turno vespertino, além da Coordenadora Adjunta Pedagógica. Cada Supervisor Pedagógico é responsável por no máximo 5(cinco) escolas por turno. O supervisor Pedagógico é a pessoa que faz o elo entre a CDE 3 e as escolas. Todas as ações demandadas dos departamentos da SEDUC são transmitidas e acompanhadas por ele nas escolas.

Cabe também ao Supervisor Pedagógico analisar os resultados das avaliações internas e externas, primeiramente junto com o gestor e pedagogo da escola, posteriormente, com os professores, de preferência por área de conhecimento ou componente curricular. O supervisor deve buscar fazer desse momento a oportunidade de reflexão das ações, avaliação do trabalho desenvolvido e despertar nos professores a vontade de levar o aluno à construção do conhecimento; deve conhecer e acompanhar a rotina do Horário de Trabalho Pedagógico (HTP) e esse momento também deve ser individual, ou por grupos de professores do mesmo componente curricular, pois é também um espaço para troca de experiências entre os docentes, além de possíveis resoluções em assuntos relacionados às dificuldades dos alunos; deve orientar os professores quanto ao registro no Diário Digital, pois o Supervisor Pedagógico, como mencionado na seção 1.2.4, possui perfil de acesso a essa ferramenta; deve auxiliar nas possíveis dúvidas, bem como informar eventuais

mudanças no processo de aplicação da ferramenta; deve ainda orientar e acompanhar as ações acerca da Recuperação Paralela. Será, também, parte do assessoramento pedagógico do Supervisor, ajudar o gestor na intermediação e administração de possíveis conflitos que por ventura aconteçam.

A Coordenadora Adjunta Pedagógica elabora o cronograma semanal de assessoramento dos Supervisores Pedagógicos reservando quatro dias para atividades nas escolas e um dia para atividades internas, na CDE3. Durante o assessoramento do supervisor na escola, todas as ações realizadas naquele dia são lançadas no Relatório de Assessoramento Pedagógico que é entregue à Coordenadora Adjunta Pedagógica da CAP/EF II para conhecimento e análise.

No dia da semana dedicado às atividades internas, o Coordenador Adjunto Pedagógico do EF II realiza uma reunião com os Supervisores para discussão das questões tratadas por eles nas escolas e que constam no relatório. Também é realizado um planejamento de ações demandadas dos departamentos da SEDUC/AM. É nesse momento que se dá também a troca de experiências e alinhamento das ações, pois o Supervisor Pedagógico está diariamente nas escolas a vivenciar diferentes situações. Assim, ele leva para o encontro semanal suas dúvidas, conquistas e vitórias, pois o campo da educação é fértil de situações adversas que permitem sempre novas possibilidades de ações pedagógicas.

As três Coordenadorias Adjuntas Pedagógicas da CDE 3 trabalham com instrumentos pedagógicos de elaboração própria e padronizados para melhor controle das ações. Esses instrumentos são encaminhados à apreciação da coordenadora Distrital. O quadro 2 mostra os instrumentos utilizados.

Quadro 2 - Instrumentos Pedagógicos utilizados pelas Coordenadorias Adjuntas Pedagógicas da CDE 3

Nº	NOME DO INSTRUMENTO	OBJETIVO	PERIODICIDADE	RESPONSÁVEL	ENCAMINHAMENTOS
1	Agenda Semanal	Designar os Supervisores para realizar a supervisão pedagógica nas escolas do segmento.	Semanal	Coordenador(a) Adj. Pedagógico(a)	Acompanhamento diário do cumprimento da agenda.
2	Relatório de Assessoramento Técnico	Registrar as demandas administrativas e pedagógicas detectadas nas escolas pelos supervisores pedagógicos.	Diário	Supervisor(a) Pedagógico(a)	Análise e resolução das demandas das escolas realizada pelo Coordenador (a) Adj. Pedagógico(a) e Supervisor(a) Pedagógico(a). As pendências permanecem no relatório de assessoramento até que sejam sanadas.
3	Relatório Bimestral das Escolas	Registrar ações administrativas e pedagógicas realizadas pela equipe da escola no bimestre.	Bimestral	Gestor(a)	O Supervisor(a) Pedagógico(a) faz a análise e o parecer técnico e os encaminha para o(a) Coordenador(a) Adj. Pedagógico(a) para providências das pendências. Estas pendências constam na agenda do(a) Coordenador(a) Adj. Pedagógico(a) até sejam sanadas.
4	Plano de Gestão	Registrar o planejamento das ações administrativas e pedagógicas que serão realizadas pela equipe da escola no ano.	Anual	Gestor(a)	O Supervisor(a) Pedagógico(a) faz a análise e o parecer técnico e o encaminha para o(a) Coordenador(a) Adj. Pedagógico(a) para ajustes, se necessário. O acompanhamento é feito bimestralmente através do Relatório Bimestral.
5	Relatório de Gestão	Registrar as ações administrativas e pedagógicas realizadas pela equipe da escola no bimestre e que foram planejadas no Plano de Gestão.	Anual	Gestor(a)	O Supervisor(a) Pedagógico(a) faz a análise e o parecer técnico e encaminha para o(a) Coordenador (a) Adj. Pedagógico(a) para providências das pendências. As ações que foram planejadas e não realizadas (com as devidas justificativas), os gestores são orientados a incluir novamente no Plano de Gestão Anual.
6	Parecer Técnico	Registrar a análise técnica realizada pelo Supervisor(a) pedagógico(a) nos documentos e relatórios oriundos das escolas.	Bimestral/Anual	Supervisor(a) Pedagógico(a)	O Supervisor(a) Pedagógico(a) registra a sua análise nos documentos e relatórios e este documento e encaminhado para o(a) Coordenador(a) Adj. Pedagógico(a) que o analisa e toma as providências necessárias.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da CDE 3(CAP EF I/ EF II/ EM)

Os instrumentos pedagógicos utilizados pela CDE 3 foram criados pela equipe pedagógica com o objetivo de oferecer suporte aos gestores, supervisores pedagógicos e coordenadores adjuntos pedagógicos. Ainda, um melhor controle das ações e da rotina das escolas sob sua responsabilidade. São instrumentos que passam por análise do coordenador distrital, que dá seu parecer e autoriza a utilização, e passam por avaliação anual e reformulação, adequando-se a possíveis necessidades e passam pelo processo de acompanhamento e monitoramento da coordenadoria.

Dentre esses instrumentos, destaca-se o Relatório de Assessoramento Técnico, documento que deve ser preenchido pelo supervisor pedagógico durante as visitas às escolas. Constam no relatório todas as situações relatadas pelo gestor e/ou pelo pedagogo, inclusive suas impressões acerca da prática da Recuperação Paralela, que pode ser verificado através de consulta ao Diário Digital dos professores, como já foi mencionado na seção 1.2.4.

Após apresentar a CDE 3, e para se entender o campo de pesquisa desta dissertação, a seção 1.4 traz à luz as quatro escolas pesquisadas. Apresenta-se suas estruturas físicas e organizacionais, além do rendimento escolar dos alunos do 7º ano nos componentes de língua portuguesa e matemática no ano escolar de 2014.

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS QUATRO ESCOLAS DA CDE 3 EF II E RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 7º ANO EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA

As quatro escolas, selecionadas para a presente pesquisa localizam-se nas zonas Centro-Sul e Centro-Oeste do município de Manaus e compõem o organograma da Coordenadoria Distrital de Educação 3 atendendo alunos do 6º ao 9º ano (Ensino Fundamental II).

A partir do Diário Digital foi possível constatar que no universo das quatro escolas da CDE 3 de Ensino Fundamental II, especificamente nos 7ºs anos e nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, no que tange à realização da Recuperação Paralela: uma escola realizou nos dois componentes curriculares (A); uma não realizou em nenhum dos componentes curriculares (B); uma

realizou apenas em Matemática (C); e uma realizou apenas em Língua Portuguesa (D).

Embora duas dessas escolas estejam localizadas dentro de conjuntos habitacionais das referidas áreas, ambas atendem a alunos de diferentes zonas da cidade, considerando que o transporte coletivo de bairros mais distantes tem acesso às escolas em questão. Uma escola está localizada em área central, chamada escola de corredor, ou seja, está localizada em uma avenida com fácil acesso e, portanto, atende também a alunos de várias áreas da cidade. Uma segunda escola fica localizada em um bairro populoso e atende a alunos da área e adjacências.

Quanto à estrutura física, de forma geral, as quatro escolas funcionam em prédios próprios e se encontram em bom estado de conservação. Todas possuem dentre suas dependências: 01 diretoria, 01 secretaria, 01 sala para pedagogos, 01 sala de professores, 01 TV Escola, 01 biblioteca, 02 depósitos e 01 cozinha. Os espaços físicos das escolas que se diferenciam umas das outras, constam na tabela 1.

Tabela 1. Número de salas de aula, laboratório de informática em funcionamento e quadra de esporte nas escolas A, B, C e D em 2014

Escolas	Nº Salas de Aula	Sala disponível para reforço escolar	Laboratório de Informática em funcionamento	Quadra de esporte		
				Coberta	Descoberta	Não possui
A	7	-				X
B	13	-		X		
C	16	-	X	X		
D	14	-	X		X	

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados coletados na pesquisa.

Com base nos dados da tabela 1, ressalta-se que nas escolas que não possuem quadra de esportes coberta para realização de atividades de educação física, e naquelas que possuem quadra descoberta, os alunos realizam as atividades em pátio ou debaixo de sol. Considerando que os dados pesquisados referem-se ao ano de 2014, a pesquisa exploratória mostrou que nenhuma das escolas pesquisadas possuía sala disponível para realização de aulas de reforço¹².

¹²Em 2016, a escola B adaptou uma sala que nos anos anteriores que era utilizada como sala de recurso e recebia alunos com necessidades de atendimento especial da própria escola e de outras escolas das

Em se tratando de pessoal, o quadro 3 apresenta a lotação de servidores nas escolas A, B, C e D no ano de 2014.

Quadro 3 - Quadro de lotação de servidores nas escolas A, B, C e D em 2014

ESCOLAS	A	B	C ¹³	D
GESTOR	1	1	1	1
PEDAGOGO OU APOIO PEDAGÓGICO (1 por turno)	2	2	3	2
PROFESSORES	30	53	72	52
MERENDEIROS	5	4	6	4
SECRETÁRIO	1	1	1	1
ASSIST. ADM./AGENTE ADM..	3	5	5	5
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	3	5	4	3
AUXILIAR DE BIBLIOTECA	1	4	2	2
VIGIAS	2	0	3	1

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da SEDUC – SIGEAM (2016).

A lotação de servidores administrativos, quais sejam, merendeiros, auxiliares de serviços gerais, assistentes administrativos/agentes administrativos, auxiliar de biblioteca e vigias é realizada conforme instrução normativa autorizada pelo Secretário de Estado da Educação e Qualidade do Ensino, com validade anual, bem como pedagogos e apoios pedagógicos. Tendo em vista que esta pesquisa está diretamente ligada às ações pedagógicas, não se considerou necessário adentrar às nuances do processo de lotação de servidores administrativos, exceto pedagogos e apoio pedagógicos.

proximidades. No ano de 2016, a gestão da escola adaptou a sala para o atendimento de alunos em reforço escolar, todavia, até o mês de maio de 2016, a SEDUC/AM não retomou as atividades do PCO/Reforço escolar.

¹³A escola C funciona em três turnos, ficando o noturno exclusivamente com o ensino de Educação de Jovens e Adultos para os Ensinos Fundamental e Médio, portanto, as informações contidas no quadro 4 desta escola refere-se aos três turnos de funcionamento. As escolas A, B e D funcionam nos turnos matutino e vespertino.

Quanto à lotação de pedagogo e apoio pedagógico, é importante destacar que a presença desse profissional é de fundamental importância para o processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista que ele é responsável, juntamente com o gestor escolar, pela organização e intervenção pedagógica na prática docente de forma democrática e ética, de maneira a atender às necessidades dos sujeitos escolares.

Sobre a presença do pedagogo na escola, temos que:

A presença do pedagogo na escola é útil porque este possui um repertório de conhecimentos (das ciências da educação) que pode ajudar a equipe da escola no cumprimento da sua função. Estes conhecimentos precisam estar articulados no processo ensino/aprendizagem com os objetivos sociopolíticos (PIMENTA, 1991, p. 78).

A SEDUC/AM, no ano de 2014, permitiu a lotação de servidores nas escolas que não possuíam Pedagogo. Assim, os gestores puderam indicar um professor com formação em Pedagogia para atuar como Apoio Pedagógico e dar suporte aos professores e alunos. Nesse ano, algumas escolas também contaram com a presença de Pedagogos contratados através de Processo Seletivo Simplificado. Portanto, todas as escolas pesquisadas tiveram em seu quadro de lotação uma pessoa (Pedagogo ou Apoio Pedagógico) para acompanhar todo o trabalho pedagógico. Diante dessa realidade, entende-se que na equipe pedagógica das escolas (Pedagogo ou Apoio Pedagógico) há pessoas que podem realizar o acompanhamento de todo o trabalho docente, dentre eles as atividades da Recuperação Paralela.

Não muito diferente de 2014, nos anos de 2015 e 2016, nem todas as escolas da CDE 3 iniciaram o ano letivo com pedagogo em seu quadro de lotação. Novamente, a SEDUC/AM autorizou a lotação de professores com graduação em Pedagogia para atuarem como Apoio Pedagógico. Em 2016, a lotação desse profissional seguiu a Instrução Normativa nº 003¹⁴, conforme quadro 4, a seguir.

¹⁴AMAZONAS. Instrução Normativa nº 003/2015/SEDUC, de 15 de dezembro de 2015. Disciplina os procedimentos relativos aos processos de lotação e movimentação de pessoal da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino.

Quadro 4 - Critérios para lotação de Pedagogos em 2016

Escolas com número de turmas formadas/turno	Quantidade máxima de pedagogos por escola
De 3 a 5 turmas	1
De 6 a 9 turmas	2
De 10 a 19 turmas	3
A partir de 20 turmas sem administrador escolar	6
A partir de 20 turmas com administrador escolar	4
Anos escolares com 5 até 12 turmas	2

Fonte: Elaborado pela autora com base dos dados de Amazonas (2015a)

Diante disso, ressalta-se que, embora haja uma instrução normativa para lotação de pedagogo nas escolas da rede estadual, nem sempre isso é possível de ser realizado, tendo em vista a carência de tal cargo no quadro da SEDUC/AM. Portanto, há a necessidade de se lotar professor para atuar como apoio pedagógico nas escolas sem pedagogo. As escolas que possuem entre três e cinco turmas, por turno, são contempladas com um pedagogo apenas, ficando um turno sem esse profissional. Fato esse que engloba as escolas pesquisadas neste trabalho, embora se destaque que a escola A, até o momento da pesquisa de campo, não tinha pedagogo nem apoio pedagógico lotado, estando o gestor da escola realizando essa função.

É sabido que o trabalho pedagógico deve ser realizado com a totalidade de alunos da escola, no entanto, a presente pesquisa se pautou no número de alunos frequentando o 7º ano do Ensino fundamental das escolas selecionadas. A tabela 2 mostra o número de alunos por escola.

Tabela 2 - Número de alunos no 7º ano do EF II da CDE 3 no ano de 2014

ESCOLA	Nº de Alunos no 7º ano em 2014
A	87
B	309
C	194
D	170
TOTAL	760

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SIGEAM/WEB (2015)

Os dados da tabela 2 mostram que nas quatro escolas pesquisadas, e levando-se em consideração o recorte de alunos do 7º ano (EF II), em 2014 havia 760 alunos. A partir desse total que a presente pesquisa se baseou para analisar o percentual de alunos que não alcançaram a nota mínima no bimestre. São esses os alunos que precisam ser oportunizados com a Recuperação Paralela, tendo em vista que encontraram dificuldades de aprendizagem.

Para analisar a realização da Recuperação Paralela nas escolas, será utilizado como parâmetro o índice de alunos que não alcançaram a nota mínima para aprovação no bimestre, sendo preciso, portanto, que no bimestre seguinte ele alcance a nota mínima acrescida da pontuação que ficou pendente no bimestre anterior. Sobre isso, a tabela 3, a seguir, apresenta o percentual de alunos que não alcançaram a nota mínima no bimestre, no 7º ano, nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática, nas escolas A, B, C e D, no ano de 2014.

Tabela 3 - Percentual de alunos que não alcançaram a nota mínima, por bimestre, em Língua Portuguesa e Matemática no 7º ano do EF II nas escolas A, B, C, e D no ano de 2014

ESCOLA	Realizou em L.P. e Matemática	PCO	Percentual de alunos que não alcançaram a nota mínima no bimestre							
			Língua Portuguesa				Matemática			
			1º Bim/ %	2º Bim/ %	3º Bim/ %	4º Bim/ %	1º Bim/ %	2º Bim/ %	3º Bim/ %	4º Bim/ %
A	Sim	Não	12,2	11,36	3,33	10,34	35,37	30,68	17,78	9,20
B	Não	Sim	10,82	21,61	13,17	5,81	30,80	18,93	17,89	13,28
C	Sim em Mat.	Não	22,97	31,86	26,10	14,56	43,29	38,22	30,57	21,36
D	Sim em L.P	Sim	25	13,44	13,51	10	11,96	17,65	29,73	23,53

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SIGEAM/WEB (2015)

Os dados da tabela 3 mostram informações sobre o percentual de alunos que não alcançaram a nota mínima para aprovação no bimestre e as escolas que realizaram a Recuperação Paralela considerando os componentes de Língua Portuguesa e Matemática. Das quatro escolas selecionadas, apenas uma realizou nos dois componentes curriculares (escola A); uma escola não realizou em nenhum dos dois componentes (escola B); uma escola realizou apenas em Matemática (escola C); e a

última escola realizou apenas Língua Portuguesa (escola D). Esses dados demonstram uma falta de regularidade na realização da Recuperação Paralela nas escolas, ou seja, não há uma manutenção da realização da ação.

Como dito na seção 1.2.1, que trata do Sistema de Avaliação no Estado do Amazonas, a média mínima para que o aluno seja considerado aprovado no bimestre é 6,0 (seis) pontos. Os alunos que não alcançam essa nota ao final do bimestre são considerados reprovados naquele bimestre. Constatou-se também pela tabela 3 que a escola A não foi contemplada com profissionais do PCO para aulas de reforço escolar, no entanto realizou a Recuperação Paralela nos dois componentes curriculares em questão. Em Língua Portuguesa a escola conseguiu diminuir o índice de reprovação, ao longo do ano letivo de 2014, mesmo que a passos lentos. Entretanto, é perceptível o efeito da Recuperação Paralela nos quatro bimestres, ressaltando que o 3º bimestre foi o que apresentou menor índice de reprovação.

Em Matemática, a escola apresentou diminuição significativa no índice de alunos reprovados, mostrando que a Recuperação Paralela trouxe resultados satisfatórios aos alunos, principalmente no segundo semestre do ano letivo. Pode-se conjecturar que o alto índice de alunos reprovados no 1º bimestres representa aqueles que chegam ao 7º ano com sérias defasagens de aprendizagem do ano escolar anterior.

A escola B, não realizou a Recuperação Paralela em nenhum dos dois componentes curriculares e foi contemplada com acadêmicos/estagiários de Língua Portuguesa e Matemática do PCO. A escola apresentou em Língua Portuguesa o dobro de alunos reprovados no 2º bimestre, e nos dois bimestres seguintes diminuiu de forma considerável o índice de reprovação.

Já em Matemática, a escola B encerrou o 1º bimestre com um alto número de alunos sem média. Durante o decorrer do ano letivo foi diminuindo progressivamente esse número, concluindo o 4º bimestre com menos da metade de alunos reprovados.

Diante desses fatos, se vê que os alunos deixaram de exercer o direito de realizar a Recuperação Paralela e foram progredindo em Matemática a passos lentos do 2º ao 4º bimestre. Em Língua Portuguesa, a situação foi de grande instabilidade, dobrando o número de alunos reprovados no 2º bimestre e saltando para menos que 6% no 4º bimestre.

No que tange à escola C, que realizou a Recuperação Paralela apenas em Matemática, e não teve suporte do PCO, apresentou uma diminuição do índice de reprovação em Matemática de forma linear, ao contrário do que aconteceu em Língua Portuguesa, que demonstrou instabilidade com um considerável crescimento no índice de reprovação do 1º para o 2º bimestre. Esse resultado sugere que além de os alunos reprovados no 1º bimestre não terem sido beneficiados com a Recuperação Paralela, novos alunos não conseguiram aprender o conteúdo apresentado no 2º bimestre. Fato compreensível, considerando que o currículo vai se tornando mais elementar, ou seja, se o aluno não compreende a matéria no início do ano letivo, terá maiores chances de não aprender no decorrer do processo. Nesse contexto, percebe-se que a Recuperação Paralela, quando realizada desde o início do ano letivo, contribui para o progresso do aluno.

A escola D, que realizou Recuperação Paralela apenas em Língua Portuguesa e teve reforço escolar do PCO tanto em Língua Portuguesa, como em Matemática, destacou-se exclusivamente no componente curricular de Língua Portuguesa. Esse componente diminuiu o índice de reprovação durante o ano letivo de forma gradativa, apenas no 1º bimestre apresentou um índice de 25%, que pode caracterizar, como já mencionado, àqueles alunos que trazem defasagem nos conhecimentos pedagógicos no ano anterior. Já em Matemática, os alunos não obtiveram sucesso, muito pelo contrário, o número de alunos reprovados aumentou ao longo do ano letivo. Os alunos não foram beneficiados com a Recuperação Paralela, e o trabalho realizado pelo estagiário do reforço escolar não foi detectado, haja vista que não houve melhora no rendimento dos alunos.

Verificada essas situações, pretende-se, com a pesquisa de campo, identificar as falhas de acompanhamento e suporte da CAP EF II/CDE 3 sobre o trabalho pedagógico que está sendo realizado nas escolas sobre a Recuperação Paralela. Retomando que a Recuperação Paralela deve proporcionar aos alunos a oportunidade de reverem os conteúdos apresentados em sala de aula e não assimilados. Ressalta-se ainda que as escolas não podem ficar engessadas com a existência do PCO/ Reforço escolar, e desse modo descumprir com o dispositivo regulamentar que garante a Recuperação Paralela a todos os alunos que não alcançarem a aprendizagem. Por esse levantamento de dados, percebeu-se que o rendimento fica instável durante os três

bimestres e somente no quarto bimestre se eleva. Essa realidade despertou o interesse em monitorar a prática da Recuperação Paralela nas escolas.

Para melhor análise do rendimento dos alunos das escolas selecionadas para esta pesquisa, os índices de reprovação das escolas nos dois anos anteriores ao recorte da pesquisa se tornaram conhecidos, ou seja, 2012 e 2013. Utilizou-se também o recorte de alunos do 7º ano e nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática.

A tabela 4, a seguir, mostra os índices de reprovação nas escolas A, B, C e D nos 7ºs anos em Língua Portuguesa e Matemática.

Tabela 4 - Índice percentual de alunos reprovados em Língua Portuguesa e Matemática no 7º ano do EF II nas escolas A, B, C e D, nos anos de 2012, 2013 e 2014

ESCOLA	ANO	Comparativo de reprovação por bimestre (2012-2013-2014)							
		Língua Portuguesa				Matemática			
		1º Bim/ %	2º Bim/ %	3º Bim/ %	4º Bim/ %	1º Bim/ %	2º Bim/ %	3º Bim/ %	4º Bim/ %
A	2012	21,71	16,55	20,44	15,75	30,23	32,37	30,66	18,11
	2013	16,96	20,24	17,34	18,75	38,01	31,55	35,84	10
	2014	12,20	11,36	3,33	10,34	35,37	30,68	17,78	9,20
B	2012	36,40	56,76	31,42	28,51	50,42	36,32	40,53	33,48
	2013	28,37	20,09	12	6,45	23,72	32,88	25,78	14
	2014	10,82	21,16	13,17	5,81	30,80	18,93	17,89	13,28
C	2012	26,35	23,02	26,16	18,68	36,46	31,07	49,46	23,70
	2013	29,17	29,34	33,44	22,65	28,06	26,18	41,96	29,45
	2014	22,97	31,86	26,10	14,56	43,29	38,22	30,57	21,36
D	2012	5,19	10,37	8,59	25,32	2,60	6,10	6,13	24,68
	2013	15,08	16,80	14,50	11,02	17,46	15,08	19,85	34,65
	2014	25	13,44	13,51	11,05	11,96	17,65	29,73	24,42

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SIGEAM/WEB (2015)

Por meio dos dados da tabela 4 é possível fazer um comparativo dos índices de reprovação nas escolas selecionadas. Nas escolas A e B, no componente de Língua Portuguesa, se vê que no triênio 2012-2013-2014, as escolas mostraram evolução no sentido de diminuir o índice de reprovação no 1º bimestre. Já em Matemática, nota-se

a instabilidade entre os bimestres letivos, ressaltando que esse componente apresenta um histórico de altos índices de reprovação. Já no 4º bimestre esses índices baixaram consideravelmente.

A escola C apresentou instabilidade nos índices de reprovação tanto em Língua Portuguesa como em Matemática, e sem fugir à regra, também chega ao final dos anos letivos com índices bem menores de reprovação. A exceção é o ano de 2013, ano em que no componente Matemática a escola encerrou o ano letivo com um número de alunos reprovados maior do que o início do ano letivo.

No ano de 2012, a escola D apresentou o menor índice de reprovação nos três primeiros bimestres, todavia, finalizou o ano letivo com um índice de reprovação na faixa de 25% nos dois componentes curriculares. Em 2013 e 2014, a escola mostrou índices maiores de alunos reprovados em comparação ao ano de 2012, com instabilidades entre os bimestres, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, no entanto, em Matemática a escola terminou os dois anos letivos com o dobro de alunos reprovados em comparação ao 1º bimestre.

Com o cenário apresentado, se vê que o componente de Matemática é o que apresenta os maiores índices de alunos reprovados. Diante desses dados, a pesquisadora reflete sobre a existência ou não de Recuperação Paralela, haja vista que não se pode afirmar, pois nos anos de 2012 e 2013 a rede estadual do Amazonas não trabalhou com Diário Digital em todas as escolas. Apenas 20 escolas tiveram acesso à ferramenta em caráter de projeto piloto e as escolas pesquisadas não estavam incluídas nesse universo.

Mesmo sabendo que a Recuperação Paralela é direito do aluno e que as escolas devem realizá-la, não foi possível constatar por meio de documentos que essas escolas realizaram a Recuperação nos anos de 2012 e 2013. Verificou-se, na fala dos gestores e supervisores pedagógicos na primeira fase da pesquisa, que era de praxe das escolas que os professores aplicassem provas aos alunos que estavam com notas abaixo da média. Fato que ocorria no sentido de tentar levar esses alunos a alcançarem a média para aprovação no bimestre. Entretanto, não ficou clara a recuperação da aprendizagem desses alunos. Não tendo provas comprobatórias que garantam a existência da Recuperação Paralela nos referidos anos nas escolas pesquisadas, se trabalhou com a hipótese de inexistência.

Dessa forma, é possível prever dificuldades para o início do ano letivo subsequente, ano de 2014, considerando o índice de alunos reprovados e precisarão de um trabalho específico para que possam acompanhar o ano escolar. Ressalta-se que esses alunos já farão parte de um grupo específico considerado com dificuldades de aprendizagem. Tendo em vista que a maioria dos alunos permanece nas escolas, pretende-se no PAE, que será apresentado no capítulo 3, uma proposta que inicie o ano letivo com um trabalho diferenciado para esses alunos que chegaram ao final do ano letivo com defasagem de aprendizagem.

Ao final do ano letivo, os alunos que não alcançaram a pontuação mínima para aprovação passam pela recuperação final e, se ainda assim não conseguirem a nota mínima para aprovação, são avaliados no Conselho de Classe. Após o aluno passar por essas possibilidades de promoção, alguns ainda são reprovados, o que futuramente os insere no grupo de alunos em distorção idade-ano. A tabela 5 mostra os índices de aprovação, reprovação e abandono escolar no 7º ano, em 2014, das quatro escolas pesquisadas.

Tabela 5 - Resultado Final do ano de 2014 quanto à aprovação, reprovação e abandono nos 7ºs anos

ESCOLAS	ÍNDICE DE APROVAÇÃO	ÍNDICE DE REPROVAÇÃO	DEIXOU DE FREQUENTAR
A	85.26%	6.32%	8,425%
B	86.81%	9,16%	4,03%
C	80.15%	10,69%	10,16%
D	88.56%	11,44%	0

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SIGEAM/WEB (2015)

Os dados da tabela 5 mostram que o índice de reprovação entre os alunos do 7º ano em Língua Portuguesa e Matemática, nas quatro escolas, ficou entre 6,32% e 11,44%. Importante destacar que dos 760 alunos atendidos nas quatro escolas pesquisadas, 43 iniciaram o ano letivo de 2015 como repetentes, significando que não adquiriram o conhecimento mínimo para acompanhar o 8º ano do Ensino Fundamental. Vale a ressalva de que no planejamento de matrícula feito para o ano de 2015, foi necessário diminuir o equivalente a uma turma para o 8º ano do EF II, considerando que 43 alunos reprovados equivalem a uma turma na escola.

Esses números podem em algum momento parecer pequenos, mas para um universo de apenas quatro escolas de uma única coordenadoria, considera-se expressivo, haja vista que o papel principal do professor é ensinar respeitando as diferenças intelectuais de cada aluno e o tempo de aprendizagem dos mesmos. No entanto, é importante ressaltar que é preciso avaliar o acompanhamento da CAP EF II/ CDE 3 para que ações imediatas sejam tomadas antes que se chegue ao resultado final. A Recuperação Paralela precisa ser um instrumento de confiabilidade para o aluno, para o professor, para a escola e para a rede, pois é sabido que o trânsito de alunos é algo que foge ao controle das escolas. Esse fato ocorre por diversos fatores, sociais e econômicos, e quando uma ação é realizada e vivenciada semelhantemente, se tem como agir no momento adequado.

Atrelado a essas questões, nota-se também que o professor se vê sem condições de atender aos alunos de forma individual devido ao grande número de estudantes por turma. Fato que dificulta assim que esse docente foque naqueles alunos que realmente não conseguem acompanhar, ou mesmo compreender, os conteúdos ministrados. É fato também que a metodologia utilizada varia conforme o grau de comprometimento do professor com seu aluno.

Por meio dos relatos dos supervisores pedagógicos, e também pela verificação do Diário Digital dos professores, é possível perceber que nas escolas pesquisadas a Recuperação Paralela não vem acontecendo como deveria, pois a preocupação maior parece estar em aprovar o aluno, independente de ele ter sanado suas dúvidas acerca dos conteúdos apresentados em sala de aula.

Nessa perspectiva, o capítulo 2 dialoga com alguns autores em torno da efetividade da Recuperação Paralela, as dificuldades encontradas pelos professores e as dificuldades dos alunos em assimilar os conteúdos ministrados em sala de aula. Além disso, o capítulo traz a metodologia de pesquisa adotada e a análise dos dados coletados por meio da pesquisa de campo.

2. RECUPERAÇÃO PARALELA NO EF II: EVIDÊNCIAS E TEORIAS

Diante das evidências mostradas ao longo do Capítulo 1, que apresentou um panorama de quatro escolas de Ensino Fundamental II da CDE 3/SEDUC-AM no que concerne ao rendimento dos alunos, se pretende, no presente capítulo, analisar como as escolas selecionadas para a pesquisa realizam a Recuperação Paralela no sentido de recuperação de conteúdos não assimilados pelos alunos, e não apenas como um processo de recuperação de notas.

O referido enfoque é resultado da compreensão de que a Recuperação Paralela está voltada para o resgate de conteúdos e saberes que não foram apreendidos pelos alunos, pois mais que recuperar notas, deve-se priorizar a aprendizagem. Portanto, nessa perspectiva, buscou-se verificar quais ações e suporte a CAP EF II/CDE 3 disponibiliza para as equipes pedagógicas de tais escolas no que se refere à efetiva realização da Recuperação Paralela.

Para dar embasamento a reflexão crítica pretendida, valeu-se da literatura nacional e internacional que voltaram sua atenção para a temática da Recuperação Paralela, bem como para outras questões que circundam a temática. Ressalta-se que se buscou também refletir sobre a gestão escolar com o objetivo de ponderar o papel do gestor em face desse dilema, e de que forma ele é assistido pela CAP EF II/ CDE 3.

Para elucidar as diversas questões que permeiam o cenário educacional quanto à aprendizagem dos alunos, o capítulo 2 está dividido em cinco seções. Inicia-se pelo Percurso Metodológico, que é o caminho utilizado para a pesquisa e como se chegou aos achados, ressaltando que é nas análises que ocorre a formação do diálogo entre teoria e prática. Posteriormente, apresenta-se uma discussão sobre a temática reprovação, entendendo ser essa uma prática utilizada no espaço escolar que compromete a aprendizagem do aluno e sua autoestima. Na sequência, considera-se abordagens sobre a Recuperação do conteúdo no contexto da Recuperação Paralela, uma estratégia pedagógica importante para que o aluno prossiga no ciclo acadêmico construindo o conhecimento e não levando lacunas de aprendizagem para os anos escolares subsequentes.

Ademais, a discussão perpassa pela articulação da CAP EF II/ CDE 3 e a gestão escolar sobre o processo de ensino e aprendizagem. Esses agentes são considerados

responsáveis pela apresentação de resultados de aprendizagem que são mensurados pelas avaliações internas e refletem todo o aspecto organizacional estabelecido no espaço escolar: seus processos decisórios e envolvimento da comunidade na construção da escola almejada.

Encerrando o capítulo, apresenta-se a análise dos dados coletados nas quatro realidades escolares. São, portanto, apresentadas as principais percepções sobre os achados por meio da pesquisa de campo.

2.1 O PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção foi descrito o percurso metodológico condutor desta pesquisa, esse foi baseado em uma abordagem qualitativa realizada por meio de um estudo de caso.

Sobre a pesquisa qualitativa, Minayo e Gomes (2011) dizem que ela procura abordar os fenômenos da sociedade a partir das vivências de seus atores, envolve a pesquisa documental, a bibliográfica e a de campo.

A opção pelo Estudo de Caso embasou-se no reconhecimento da complexidade da temática abordada- a Recuperação Paralela- que não pode ser tratada de forma superficial. O estudo de caso pode ser definido como:

uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o caso) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes. (YIN, 2015, p. 04).

A pesquisa documental considerou, além dos documentos normativos da Recuperação Paralela, documentos e instrumentos pedagógicos¹⁵ utilizados pelas Coordenadorias Adjuntas da CDE 3.

Para dar fundamentação teórica ao estudo, foi realizada a pesquisa bibliográfica. Castro, Ferreira e Gonzalez (2013) salientam que tal pesquisa investiga ideias e conceitos trazidos por vários autores que, em certo momento, já discutiram a temática que está sendo levantada pelo pesquisador. Tal fato leva os sujeitos a constantes reflexões sobre o que está na teoria e o que é vivenciado na prática.

¹⁵ Relatórios de assessoramento técnico realizados pelos supervisores pedagógicos (Agenda Semanal; Relatório de Assessoramento Técnico; Relatório Bimestral das Escolas; Plano de Gestão; Relatório de Gestão; Parecer Técnico).

Corroborando com esses autores, temos que a pesquisa a pesquisa bibliográfica é:

[...] feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

Minayo e Gomes (2011) abordam a pesquisa de campo como uma metodologia que aproxima o pesquisador da realidade que pretende investigar, e ainda que seja um recorte da realidade, propicia a ele curiosidade e vontade em desvendar aquilo que o inquietou e o levou a querer investigar tal problema. Nessa perspectiva, o estudo acerca da Recuperação Paralela selecionou quatro escolas¹⁶ como campo de pesquisa para conhecer como acontece essa recuperação na prática.

A pesquisa de campo contou com os seguintes instrumentos de coleta de dados: entrevistas semiestruturadas, realizadas com gestores, pedagogos (ou apoios pedagógicos), professores (de Língua Portuguesa e Matemática) e supervisores pedagógicos CAP EF II da CDE 3, e com questionários que foram aplicados a pais e alunos.

Acerca de entrevistas com roteiros semiestruturados, Alves e Silva (1992) afirmam que elas requerem flexibilidade na formulação das questões, ficando a sequência e os detalhes a serem destacados no desenrolar da conversa entre os sujeitos. Assim, ao partir de uma conversa pautada em questões abertas, objetiva-se chamar o entrevistado para uma verbalização que revele o modo de:

[...] pensar ou de agir das pessoas posto aos temas focalizados, surgindo então a oportunidade de investigar crenças, sentimentos, valores, razões e motivos que se fazem acompanhar de fatos e comportamentos, numa captação, na íntegra, da fala dos sujeitos (ALVES e SILVA, 1992, p. 64).

Desse modo, foram elaborados roteiros para as entrevistas com cada classe de sujeitos pesquisados (gestor, pedagogo, professor e supervisor pedagógico) e também foi usado o recurso da gravação durante as entrevistas, prática essa que permite

¹⁶Do universo de dez escolas de Ensino Fundamental II (Ensino Regular) da CED 3, as quatro escolas selecionadas, são as que apresentaram, no ano de 2014, maior índice de alunos que não alcançaram a média mínima para aprovação nos bimestres letivos, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

entender melhor a conversa com posterior transcrição dos resultados. Ressalta-se que por meio do roteiro se objetiva manter o foco da conversa, evitando dispersão do assunto em pauta. Nos roteiros das entrevistas foram explanadas questões relacionadas ao conhecimento, à prática e ao suporte acerca da Recuperação Paralela nas escolas.

Para realização das entrevistas foram elaboradas, para cada categoria de sujeitos pesquisados, de 9 a 11 questões que objetivavam: conhecer a visão destes sujeitos acerca da Recuperação Paralela; como essa recuperação é trabalhada pelos professores na escola; como é feito o acompanhamento do trabalho dos professores pela equipe pedagógica e gestora; e, por fim, qual o suporte recebido da CAP EF II/CDE 3 acerca da Recuperação Paralela.

A respeito dos questionários, optou-se por esse instrumento de pesquisa com os pais e com os alunos, visto que essas classes de sujeitos eram em maior número. Também, considerou-se mais fácil para o respondente, ressaltando que se levou em consideração o fator tempo.

Castro, Ferreira e Gonzalez (2013) interpretam o questionário como um conjunto de perguntas, podendo essas serem abertas ou fechadas, de caráter qualitativo ou quantitativo. Segundo as autoras, o questionário é um instrumento que direciona o pesquisador a obter informações acerca da temática que quer investigar. Assim, com base nas leituras e saberes que o pesquisador possui, é possível elaborar questões voltadas para a elucidação da questão norteadora da pesquisa.

Nessa perspectiva, destaca-se que o questionário foi elaborado em uma linguagem acessível ao público-alvo. O objetivo foi que esses sujeitos pudessem responder o questionário sem a necessidade de intervenção da pesquisadora. As questões foram desenvolvidas visando obter dados acerca da prática da Recuperação Paralela e dar consistência ao estudo. Os questionários aplicados aos pais e alunos continham 14 e 24 questões respectivamente, todas relacionadas à prática da Recuperação Paralela.

A aplicação dos questionários aconteceu no período de 17 a 20 de maio de 2016 e os alunos respondentes eram de uma turma de 7º ano de cada escola. Utilizou-se, como critério para seleção da turma, aquela com maior número de alunos com menores notas nas avaliações do 1º bimestre em Português e Matemática.

Nos questionários aplicados aos pais constavam 14 questões, sendo uma questão aberta, relacionada à concepção de Recuperação Paralela, e 13 questões fechadas, com o objetivo de coletar informações sobre como tem ocorrido a prática da Recuperação Paralela nas escolas.

Já o questionário dos alunos continha 24 questões, sendo uma questão aberta, que além de buscar conhecer a concepção dos alunos sobre a Recuperação Paralela, pretendeu também saber qual a expectativa com a utilização dessa metodologia. As questões fechadas tinham como objetivo entender a rotina de sala de aula, acerca da Recuperação Paralela. Também compôs os questionários aplicados aos pais e aos alunos, questões relacionadas ao perfil desses sujeitos. Todos esses instrumentos encontram-se nos apêndices deste trabalho.

Embora se tivesse fácil acesso às escolas selecionadas para a pesquisa, pois a pesquisadora frequentemente comparecia às mesmas em função do cargo de coordenadora Adjunta Pedagógica do EF II, é relevante dizer que houve muitas dificuldades para a realização do trabalho de campo. Tais dificuldades confirmam o pensamento de Zago (2003, p.293) de que “o trabalho de campo dificilmente vai se desenrolar conforme planejado e, desse modo, está sujeito a sofrer um processo de constante construção”.

Diante das dificuldades encontradas no acesso aos sujeitos selecionados para a pesquisa, foi necessária a mudança na forma de abordagem. A meta estipulada era de entrevistas com 30 pais e 30 alunos por escola, totalizando 120 pais e 120 alunos. No entanto, no momento inicial, foi possível alcançar os números de 100 questionários de pais respondidos e 116 autorizações para os alunos respondentes (TCLE preenchido e assinado).

Com as adequações feitas para realização da pesquisa de campo, alcançou-se o número de 113 pais respondentes e 120 alunos¹⁷. Após a pesquisa de campo, realizou-se a categorização dos dados para posterior análise. Pensando em facilitar a identificação dos sujeitos entrevistados e de suas falas, optou-se por tratá-los por siglas (abreviações de seus cargos).

O quadro 5, a seguir, apresenta o perfil dos profissionais escolares envolvidos na pesquisa.

¹⁷A pesquisa de campo está relatada no Apêndice G desta dissertação.

Quadro 5 - Identificação dos sujeitos de pesquisa

Perfil		Gestor(a) A/B/C/D	Pedagogo (B/D) / Apoio Pedagógico (C)	Profº Língua Portuguesa (PP – A/B/C/D)	Profº Matemática (PM – A/B/C/D)	Supervisor Pedagógico (SP – 1/2/3/4)
Gênero	Masculino	C/D	-	-	A/C/D	4
	Feminino	A/B	B/C/D	A/B/C/D	B	-
Faixa Etária	De 30 a 40 anos	A	-	A/B/C	B	1
	De 41 a 50 anos	B	B/C/D	D	C/D	1
	Acima de 50 anos	C/D	-	-	A	2
Tempo de Experiência	Até 4 anos	A/D	C	B	-	4
	De 5 a 10 anos	B/C	-	-	B	-
	De 11 a 15 anos	-	-	A/C/D	C	-
	Acima de 15 anos	-	B/D	-	A/D	-
Escolaridade	Superior Completo	A/D	B	A/C/D	A/B/C/D	-
	Pós-Graduado	B/C	C/D	A	-	3
	Mestrado	-	-	-	-	1

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados na pesquisa

Para reportar-se aos sujeitos aluno e pai, foram desenhadas duas planilhas para cada escola. Essas planilhas contêm as respostas de cada sujeito para cada questão, totalizando 8 planilhas. Por exemplo, os alunos foram denominados de 1A, 2A e assim sucessivamente até o último aluno da escola A. Da mesma forma, os pais foram denominados 1P, 2P, até o último pai participante da pesquisa em cada escola.

A tabela 6 demonstra como foi criada a planilha original para tabulação das respostas dos alunos, sendo a coluna “Alunos” de 1A a 30A correspondente aos trinta alunos da escola A. A coluna “Q” as “questões”, que nos questionários dos alunos é de 1 a 24. A planilha para tabulação das respostas dos pais foi criada da mesma forma, apenas mudando a coluna “Alunos” para “Pais” e número de questões (de 1 a 14). Posteriormente, foi criada uma tabela na qual constam os dados compilados das quatro escolas pesquisadas.

Tabela 6 - Exemplo da planilha de tabulação das respostas dos questionários para alunos

Alunos	Q. 1	Q. 2	Q. 3	Q.4	Q.5	Q.6	Q.7	Q.8	Q. 9	Q. 10
1 A	A	B	A	A	B	A	A	A	B	A
2 A	B	A	B	B	B	A	A	A	B	B
3 A	B	A	B	C	B	B	A	B	A	B
4 A	A	B	A	D	A	C	A	B	A	B
5 A	B	B	A	E	A	C	C	B	A	A

Fonte: Elaborada pela autora para tabulação dos dados coletados

Após a tabulação, iniciou-se a análise dos dados, momento em que se procurou refletir sobre as informações coletadas de modo a compreender os pensamentos e valores de todos os sujeitos pesquisados acerca da Recuperação Paralela, e do suporte que a CAP EF II/CDE 3 oferece às escolas para que essa aconteça. Buscou-se nesse momento atrelar as contribuições dos teóricos que tratam da Recuperação Paralela aos dados coletados.

Antes de se apresentar a análise do estudo sobre a prática da Recuperação Paralela, é pertinente que se discuta importantes assuntos que estão diretamente ligados a essa temática e que exercem influência na vida escolar dos estudantes, dentre eles a aprendizagem e a reprovação escolar, abordadas na seção 2.2.

2.2 A APRENDIZAGEM E A REPROVAÇÃO ESCOLAR

Nesta seção, será apresentada uma breve reflexão teórica sobre a aprendizagem e a Reprovação Escolar, entendendo que tais questões estão diretamente ligadas à compreensão da prática da Recuperação Paralela. Tanto a questão da aprendizagem, quanto da reprovação, requerem o acompanhamento e monitoramento por parte dos supervisores pedagógicos das coordenadorias, acompanhando às ações pedagógicas realizadas pelos professores e equipe pedagógica das escolas. Assim, buscou-se associar essas questões à investigação do caso que se relaciona com as ações que a CAP EF II/ CDE 3 vem realizando para dar suporte à equipe gestora das escolas na realização da Recuperação Paralela.

Para dar direcionamento à análise, valeu-se da literatura nacional e internacional que trata dessas temáticas. O objetivo é compreender a relação entre a aprendizagem, a reprovação e a Recuperação Paralela, bem como entender quais os efeitos que a reprovação causa na vida escolar do aluno.

Nessa direção, Nóvoa (2007) ressalta que a aprendizagem implica o desenvolvimento de uma pessoa, de um aluno. Todavia, o autor faz referência à diferença existente entre a aprendizagem centrada no aluno e a aprendizagem centrada na aprendizagem do aluno. O autor ressalta ainda a importância de que a escola defina a aprendizagem dentre as prioridades do trabalho pedagógico: “É preciso insistir na ideia de centrar o foco na aprendizagem e que essa aprendizagem implica em alunos e conhecimentos” (NÓVOA, 2007, p. 6).

Ao defender uma escola centrada na aprendizagem do aluno, o autor destaca que essa ela deve levar todos os seus alunos a alcançarem o sucesso. Defende ainda, que haja mudança das práticas pedagógicas e das identidades profissionais, que professores deem mais atenção aos resultados escolares dos alunos.

Desse modo, entende-se que a aprendizagem é o resultado do ato de ensinar e o processo de aprendizagem passa pela transmissão do conhecimento que tem com finalidade proporcionar que determinado sujeito se aproprie de saberes. Se não há aprendizagem, o aluno fica destinado a não construir o conhecimento. Como resultado disso, o aluno não alcança nota satisfatória nas avaliações, portanto, ele é reprovado necessitando de ações que possam corrigir a não aprendizagem, ações essas aqui entendidas como a Recuperação Paralela.

Jacomini (2010) ressalta que no Brasil a reprovação é muitas vezes aplicada como estratégia para coibir o aluno, demonstrando autoritarismo. Paradoxalmente, é utilizada pelos pais como motivação para que os filhos se dediquem mais aos estudos. No entanto, Ribeiro (1991) condena a ideia de que a reprovação é boa para o ensino e aprendizagem, acrescenta que está comprovado estatisticamente que no Brasil o aluno repetente tem chances dobradas de ser reprovado em comparação ao aluno que nunca passou por uma reprovação. Ressalta-se ainda que por muito tempo a reprovação foi indicativo de qualidade, ou seja, escola boa era a que reprovava e essa máxima permeava o pensamento de famílias, alunos, gestores, equipe pedagógica estimulando o insucesso do aluno.

Além de Jacomini (2010) e Ribeiro (1991), Paro (2001) também realizou estudos acerca da reprovação escolar. No final da década de 1990, o autor desenvolveu uma pesquisa nas escolas municipais de São Paulo sobre a temática e buscou explicar porque os professores apresentavam tanta resistência à promoção de alunos. Paro (2001) percebeu que a cultura da reprovação está difundida na rede pública de ensino mais do que se pode imaginar, estando os professores presos a essa cultura de tal maneira que não podem fugir a esse modelo. Entretanto, tornar normal a reprovação é a mesma coisa que tornar normal a não aprendizagem do aluno.

Nessa mesma linha de pensamento, Ribeiro (1991) aborda a cultura da repetência que, mesmo implicitamente, está arraigada na prática dos professores e enraizada na origem do sistema educacional brasileiro. Temos que o modelo de ensino de elite, no qual o professor é o mentor de uma educação instituída pela família, acabou por fazer com que os estudantes que passassem pela escola não se adaptassem a ela.

Diante dessas colocações, percebe-se que o autoritarismo falado por Jacomini (2010) e a cultura da repetência ainda existente entre os professores, tal como frisado por Ribeiro (1991), se complementam, haja vista que ao reprovar o aluno, o professor está mostrando sua autoridade e uso do poder que tem sobre eles.

É importante ressaltar que na prática o ato de reprovar o aluno pode trazer um efeito contrário. Professores podem reprovar alunos acreditando que estão o auxiliando, mas há estudo que comprova que acontece exatamente o contrário:

(...) com a repetência, o aluno distancia-se de seu grupo, passa a conviver com colegas mais novos e a sentir-se deslocado. Há perda da autoestima e como consequência, no lugar do reforço da aprendizagem, o que se constata é a apatia, o desinteresse; ao invés de se desenvolver, estaciona ou regride (GRISPINO, 2004, p.184).

A autora ressalta que ainda hoje a reprovação escolar é vista como ponto negativo para a escola, revelando sua fragilidade e deficiência pedagógica. Considera a falta de estímulo e inadequação da escola ao ritmo e perfil do aluno como situações que o levam a encontrar dificuldades de aprendizagem.

Grispino (2004) recomenda que no ensino fundamental a avaliação do conhecimento deve seja feita com base nas aptidões do aluno e conclui dizendo que a escola adequada é aquela que prioriza os aspectos pedagógicos, renova métodos e busca romper com a cultura da reprovação.

Desse modo, é importante que o professor, antes de reprovar o aluno, verifique diferentes possibilidades de promover a aprendizagem. Que busque mudar a metodologia abordando os conteúdos de forma diferente buscando encontrar as aptidões dos alunos naquele contexto; deve considerar a experiência de vida do aluno e seu amadurecimento, inerente de cada faixa etária. Tais ações estão incluídas na prática da Recuperação Paralela, que busca sanar as dificuldades do aluno e promover a construção do saber.

É imprescindível que a escola promova atividades atrativas e propícias para cada faixa etária, o que deve ocorrer numa tentativa de suprir as necessidades inerentes aos grupos de alunos. Caso contrário, a não identificação com o ambiente acadêmico, pode acabar por distanciar o aluno da escola, vindo a causar sérias deficiências futuras.

Diante desses fatos, é imprescindível que a Recuperação Paralela seja trabalhada durante todo o ano letivo para que os discentes tenham a oportunidade de se apropriar dos saberes. Espera-se que eles não sejam reprovados sem que antes tenham sido esgotadas todas as possibilidades de aprendizagem. Vale ressaltar que o aluno repetente sente-se constrangido, envergonhado, diminuído, além de perder sua referência, o que pode levar a outras repetências e, possivelmente, à evasão escolar (RIBEIRO, 1991).

A preocupação com o processo de aprendizagem e a utilização de estratégias pedagógicas que oportunizem novas possibilidades de ampliação do conhecimento do aluno, são questões que devem ser discutidas e bem entendidas pela equipe escolar.

Para tanto, viu-se necessário trazer para este estudo uma análise acerca da aprendizagem no contexto da Recuperação Paralela. É o que trata a seção 2.3.

2.3 RECUPERAÇÃO DO CONTEÚDO NO CONTEXTO DA RECUPERAÇÃO PARALELA

Esta seção traz à discussão a recuperação do conteúdo que o aluno não compreendeu e que deve estar inserida no contexto da Recuperação Paralela. Ressaltando que o foco basilar é proporcionar ao aluno a aprendizagem.

Dessa forma, é importante compreender o papel da recuperação no contexto escolar. Nesse sentido, Quagliato (2000) conceitua a recuperação como sendo a

oportunidade que o aluno tem de sanar as defasagens de aprendizagem diagnosticadas nas avaliações e que tem como direcionamento o acompanhamento contínuo dessa aprendizagem. Considera ainda que a avaliação e a recuperação devem estar coadunadas e serem realizadas continuamente sempre que o resultado não for satisfatório.

Segundo essa ideia, Belther (2006) ressalta que a Recuperação Paralela é um mecanismo disponibilizado ao aluno para que ele possa superar possíveis dificuldades encontradas durante o processo de aprendizagem e que não foram superadas durante as aulas. Avançando nesse conceito, temos que a Recuperação Paralela é:

[...] um mecanismo que assegura o respeito e a singularidade de cada sujeito, e ao mesmo tempo do grupo social. Portanto, não constitui-se em um “favor dado”, mas em um direito assegurado, devendo o planejamento ser avaliado e adequado às condições, também, de quem não aprendeu (LOPES E TREMMELL, 2009, p. 2904).

Assim sendo, destaca-se que a Recuperação Paralela deve estar alicerçada na recuperação do conteúdo que o aluno não conseguiu assimilar em sala de aula, e não desvinculada dela.

Segundo Yacovenco (2011), os alunos que assistem aulas de Recuperação Paralela tendem a se interessar mais pelas aulas, não abandonam a escola e têm grandes chances de aprender o conteúdo que não compreenderam durante a aula regular. Nessa perspectiva, é importante ressaltar que a relação entre o ensino e a aprendizagem não acontece da mesma forma, e nem sempre ao mesmo tempo. Sendo a relação entre o ensino e a aprendizagem um:

(...) processo de aprendizagem que não responde necessariamente ao processo de ensino, como tantos imaginam. Ou seja, não existe um processo único de “ensino-aprendizagem”, como muitas vezes se diz, mas dois processos distintos: o de aprendizagem, desenvolvido pelo aluno, e o de ensino, pelo professor. São dois processos que se comunicam, mas não se confundem: o sujeito do processo de ensino é o professor enquanto o do processo de aprendizagem é o aluno. (WEISZ, 2001, p. 65).

Diante disso, é importante vislumbra-se que nem tudo que o professor ensina em sala de aula, todos os alunos irão aprender na mesma proporção. Fatalmente, em uma turma terão alunos que acompanharão a explanação do professor e outros que

conseguirão entender parte do que foi ensinado, da mesma forma que existirão alunos que não alcançarão o nível de aprendizagem esperado pelo professor.

Portanto, é preciso que o professor tenha habilidade para perceber o percurso da aprendizagem dos alunos, o que pode ser identificado no comportamento desses durante as aulas. Quando o professor consegue perceber que não está mais havendo aprendizagem, é o momento em que deve parar a aula e intervir.

O processo de ensino e aprendizagem passa por questões desafiadoras, principalmente no que consiste em avaliar. Assim, é necessário discorrer sobre os tipos de funções da avaliação no processo de ensino e aprendizagem. Essas funções são classificadas como: função diagnóstica (analítica), função formativa (controladora) e a função somativa (classificatória).

No início do ano letivo é fundamental que o professor realize uma avaliação diagnóstica. Esse é o momento em que será explorado o nível de conhecimento dos alunos e os conhecimentos prévios que eles chegaram àquele ano escolar. Desse modo, é possível saber se eles possuem os pré-requisitos necessários para acompanhar os novos conteúdos abordados em sala de aula.

Para além de um simples ato de avaliar, a avaliação diagnóstica deve estar em consonância com a concepção pedagógica adotada pelo docente. Assim, a avaliação diagnóstica deve estar:

[...] comprometida com uma proposta pedagógica histórico-crítica, uma vez que esta concepção está preocupada com a perspectiva de que o educando deverá apropriar-se criticamente de conhecimentos e habilidades necessárias à sua realização como sujeito crítico dentro desta sociedade que se caracteriza pelo modo capitalista de produção. A avaliação diagnóstica não se propõe e nem existe uma forma solta isolada. É condição de sua existência e articulação com uma concepção pedagógica progressista (LUCKESI, 2000, p. 82).

Corroborando com o pensamento de Luckesi (2000), entende-se que a avaliação diagnóstica vai determinar as ações pedagógicas do professor diante de determinada turma, podendo essas ações diferenciar-se das demais, haja vista que o planejamento deve ser elaborado levando-se em consideração a diversidade e a realidade dos sujeitos receptores do conhecimento. Portanto, é o ponto de partida para todo o trabalho do professor.

Já a avaliação formativa tem a função controladora e deve ser realizada durante todo o ano letivo para investigar se os estudantes estão atingindo os objetivos planejados. É o tipo de avaliação que acompanha o caminhar da aprendizagem do aluno, etapa por etapa, possibilitando ao professor conhecer a realidade da turma antes de avançar no planejamento.

Quando a avaliação formativa, essa faz parte da rotina escolar, o aluno consegue perceber suas dificuldades e limitações e, dessa forma, pode ser levado a rever assuntos não assimilados avançando em sua aprendizagem. Portanto, esse é um instrumento pedagógico que estimula o aluno a continuar aprendendo.

Posto isso, destaca-se que a avaliação formativa é um processo contínuo que evolui e pode ser melhorado com o passar do tempo levando o aluno a aprender a aprender. Assim, temos que:

A avaliação formativa tem a finalidade de proporcionar informações acerca do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, para que o professor possa ajustá-lo às características dos estudantes a que se dirige. Suas funções são as de orientar, apoiar, reforçar e corrigir. (GIL, 2003, p. 247-248)

Nessa perspectiva, entende-se que a avaliação formativa coopera para que não haja seletividade no processo, mas uma oportunidade de o professor rever as prioridades e adaptar as estratégias no processo de ensino e aprendizagem.

Quanto à avaliação somativa, essa tem a função de classificar os alunos e é realizada ao final de um ciclo, de uma unidade de ensino ou de um bimestre. Ela classifica os alunos conforme seu grau de aproveitamento no processo de ensino e aprendizagem.

A classificação dos alunos está diretamente ligada ao rendimento dos mesmos. Segundo Bloom (1983 *apud* CERQUEIRA, 2008) a avaliação somativa visa conhecer os objetivos de aprendizagem que foram estabelecidos no decorrer e no final de determinado curso. A avaliação somativa ainda busca a atribuição de notas e, portanto, compara os resultados dos alunos.

Nos primeiros achados, por meio da pesquisa exploratória, foi possível verificar, nos relatórios de visita dos supervisores pedagógicos da CAP EF II/ CDE3, que os professores normalmente não realizam nenhuma atividade de Recuperação Paralela. Então, de posse da nota da primeira avaliação e seguindo o calendário especificado no

Diário Digital, eles aplicam nova atividade avaliativa para melhoria da nota daqueles alunos que estão abaixo da média. Os supervisores não esclareceram se os professores realizam revisão dos conteúdos não compreendidos pelos alunos antes de aplicar a nova avaliação.

O primeiro bimestre letivo é o período em que o professor pode fazer um diagnóstico da turma. Acredita-se que não é necessário esperar o resultado da primeira avaliação (AV 1) para ter um desenho da identidade dessa turma. Por meio de aulas expositivas, exercícios e atividades variadas, é possível perceber quais alunos precisam de um melhor acompanhamento, o que pode ocorrer continuamente por meio da Recuperação Paralela de conteúdo. Cabe ainda destacar a relevância de se trabalhar a Recuperação Paralela focando na oportunidade de construção dos saberes pelo aluno e não somente na medição, ou seja, na aferição de nota e na chance de recuperação da nota apenas.

Os dados mencionados no capítulo 1, seção 1.4, que trata da contextualização das quatro escolas selecionadas para este estudo (Tabelas 3, 4 e 5), mostram que há uma tendência, ou cultura local, de ao chegar ao quarto bimestre os índices de reprovação diminuírem consideravelmente. O que não é regra geral, no entanto, constata-se que o fato vem acontecendo ao longo dos últimos quatro anos. Esses dados corroboram ao entendimento da pertinência de se iniciar a prática da Recuperação Paralela no início do ano letivo.

Frente a tantos posicionamentos acerca da reprovação escolar, e também das percepções oriundas dos dados levantados, se vê que tal reprovação exclui e segrega o aluno quando não lhe faz entender o processo de ensino e aprendizagem e não desperta nele o interesse pelo sucesso escolar. E, diante da importância de que o trabalho pedagógico da escola seja acompanhado, monitorado e avaliado, se vê no gestor escolar e na Coordenadoria Adjunta Pedagógica, sujeitos apoiadores e direcionadores do processo pedagógico.

Nessa perspectiva, a seção 2.4 retrata o gestor como articulador do processo de ensino e aprendizagem e o suporte prestado pela equipe da CAP EF II/ CDE3 às escolas sob sua responsabilidade, especificamente acerca da Recuperação Paralela.

2.4 A CAP EFII / CDE 3 E A GESTÃO ESCOLAR COMO ARTICULADORES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Esta seção retrata a CAP EF II/CDE 3 e a gestão escolar como articuladores no processo de ensino e aprendizagem. Salienta-se que esta pesquisa é voltada para a prática da Recuperação Paralela, portanto, limita-se ao suporte que é oferecido às escolas com relação à realização dessa recuperação.

Entende-se que o gestor escolar deve ser a pessoa responsável por articular as ações da escola de forma democrática, promovendo a participação e a integração da comunidade escolar no processo de ensino e aprendizagem de seus alunos. Da mesma forma, como se considera que a CAP EF II/ CDE 3 deve oferecer o suporte necessário para que as ações realizadas nas escolas tenham eficácia.

Assim, uma gestão com foco nos resultados requer que suas ações sejam guiadas por uma gestão democrática. Santos (2013) afirma que numa gestão democrática é necessário que todos os atores conheçam os preceitos de gestão e assim possam participar das tomadas de decisões no âmbito escolar. Acrescenta ainda que esse envolvimento de todos os atores nas ações é o que direciona o alcance das metas definidas pela escola. Ressalta-se a importância do suporte que as Coordenadorias devem oferecer aos gestores, sendo essas as responsáveis pelas ações e resultados das escolas sob sua responsabilidade.

A concepção de uma escola democrática requer o empoderamento dos espaços educacionais em uma gestão participativa, que promova a interação entre os profissionais da educação e a comunidade.

Assim sendo, a gestão democrática é um percurso no qual todos os atores escolares devem se voltar para o mesmo objetivo. O gestor escolar, enquanto líder do processo, deve possibilitar e fomentar a participação de todos por meio do estímulo às discussões, às deliberações de forma coletiva, e mostrar-se aberto às críticas. Além disso, ser transparente com a utilização dos recursos financeiros da escola.

É importante que o gestor tenha um posicionamento de liderança junto à sua equipe, que esteja sempre aberto ao diálogo, fator esse *sinequa non* para a existência de uma gestão democrática e participativa. Ao mesmo tempo, o gestor deve fazer o papel de mediador na movimentação de ações de maneira a influenciar positivamente a

equipe para a busca da excelência. Esse trabalho do gestor deve ainda estar agregado ao trabalho da escola como um todo. Nesse processo, é *mister* que o gestor possa desenvolver a autonomia no âmbito escolar.

A autonomia tem sido muito discutida no contexto da educação, mas na prática é um processo muito complexo, não existindo, portanto, uma autonomia absoluta. Sobre o conceito específico de autonomia, temos que essa consiste na:

[...] ampliação do espaço de decisão, voltada para o fortalecimento da escola como organização social comprometida reciprocamente com a sociedade, tendo como objetivo a melhoria da qualidade do ensino. Autonomia é a característica de um processo de gestão participativa que se expressa, quando se assume com competência a responsabilidade social de promover a formação de jovens adequada às demandas de uma sociedade democrática em desenvolvimento, mediante aprendizagens significativas. Trata-se de um conceito que se realiza dinamicamente, num *continuum* fluido, conforme as manifestações de participação local, no entrelaçamento com a determinação externa. O mesmo abrange a mudança de um princípio de uniformidade, ditada por regras e regulamentos, para o princípio de unidade, orientada por princípios e diretrizes (LÜCK, 2000, p. 21).

Ainda sobre autonomia, temos que:

Na medida em que a gestão escolar passa a ter autonomia para decidir sobre os melhores meios de operacionalizar políticas e criar sua própria normatização, ela também assume a responsabilidade pelo desempenho e pelos resultados apresentados pela escola (MACHADO e MIRANDA 2012, p.14).

Diante do exposto, ressalta-se que uma gestão requer responsabilidade e habilidade na condução das ações, ainda que todos se sintam partícipes do processo. Espera-se do gestor segurança e credibilidade perante a comunidade escolar para que assim consiga alcançar seus objetivos.

Entretanto, é preciso destacar que as escolas precisam de autorização superior para realizar suas próprias normas. Essas devem constar no Projeto Político Pedagógico (PPP)¹⁸ e no Regimento Escolar, este já tratado no capítulo 1 seção 1.2.

¹⁸De acordo com o Documento Norteador do Projeto Político das Escolas (PPP), elaborado pela SEDUC/AM (2009), cada ator escolar deve desempenhar determinadas funções. Cabe ao gestor o gerenciamento de recursos físicos, humanos e pedagógicos com a finalidade de mobilizar meios e procedimentos para atingir os objetivos formalizando o ambiente escolar com boas condições de trabalho com enfoque na aprendizagem acadêmica.

Nesse sentido, retoma-se novamente a importância do suporte da CAP EF II/ CDE 3 às escolas, pois é a equipe de supervisores, sob o comando do Coordenador Adjunto Pedagógico deste segmento, que tem o dever de acompanhar, sugerir, monitorar e avaliar as ações pedagógicas demandadas pela SEDUC/AM e aquelas fomentadas pela gestão, equipe pedagógica e docentes.

Como mencionado no Capítulo 1, seção 1.3, que se refere à Coordenadoria Distrital de Educação 3, é seu papel coordenar, assessorar e acompanhar todas as escolas que estão sob sua responsabilidade, incluindo-se todas as ações pedagógicas, dentre elas a prática da Recuperação Paralela.

Cabe aos supervisores pedagógicos das Coordenadorias Adjuntas Pedagógicas realizar o elo entre a SEDUC, a CDE 3 e as escolas. O que deve ocorrer por meio de um trabalho articulado com os gestores escolares, com os pedagogos ou apoios pedagógicos e com os professores. Os supervisores pedagógicos também devem propor ações inovadoras e ousadas, promovendo dessa forma a melhoria da qualidade do ensino e o auxílio as escolas no alcance das metas estabelecidas. Metas essas que são específicas de cada escola.

Desse modo, almeja-se inteirar-se de como se dá o suporte pedagógico oferecido pelos profissionais da CAP EF II/CDE 3 às escolas. Mais além, pretende-se perceber se há acompanhamento efetivo das ações pedagógicas, especificamente, sobre a Recuperação Paralela.

Ao organizar, tabular e analisar os dados coletados na pesquisa de campo, foi possível conhecer a opinião dos supervisores pedagógicos, gestores, pedagogos, professores, pais e alunos acerca da prática da Recuperação Paralela. O posicionamento desses atores, após analisados, estão dispostos em linhas gerais na seção 2.5 e serviram de base para as ações que são apresentadas no capítulo 3 como propostas de melhoria da prática da Recuperação Paralela, consequentemente, melhoria da educação.

2.5 ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção está destinada à apresentação da análise dos resultados da pesquisa de campo. O foco é a concepção de Recuperação Paralela na visão dos sujeitos

pesquisados; na forma como essa é realizada em sala de aula pelos professores; como se dá o acompanhamento e avaliação do trabalho do professor acerca dessa recuperação; e qual o suporte oferecido pela CAP II/CDE 3 às escolas selecionadas para pesquisa; por fim, por considerar-se relevante, foram solicitadas sugestões de melhoria para a prática da Recuperação Paralela. Por uma questão de hierarquia de funções, optou-se iniciar a análise pelas considerações do supervisor pedagógico da CDE 3, seguidas do gestor escolar, pedagogo/apoio pedagógico, professores (de Língua Portuguesa e Matemática) e, por fim, dos pais e dos alunos, conforme desenvolvido nas seções que se seguem.

2.5.1 A Concepção de Recuperação Paralela

Ao se entender a relevância de que os atores envolvidos no processo de desenvolvimento da Recuperação Paralela nas escolas tenham clareza sobre o conceito e os objetivos dessa recuperação, considera-se, inicialmente, o que esses atores entendem por Recuperação Paralela.

Assim, temos que os supervisores entrevistados apresentaram um entendimento semelhante acerca da Recuperação Paralela. Eles acreditam que:

[...] seja a forma ideal de buscar sanar as lacunas que os alunos possam ter no que se refere aos conteúdos das disciplinas que venham a ter dificuldades [...]. (SP 1. Entrevista concedida em 23/05/2016).

[...] é um direito do aluno e cabe à escola estimular essa prática pedagógica, tanto com objetivo de se recuperar notas como o conteúdo que, a meu ver, é o principal [...]. (SP 2. Entrevista concedida em 23/05/2016).

[...] faz parte do processo de ensino aprendizagem, ou seja, é uma ferramenta metodológica que existe para auxiliar o professor na recuperação de conteúdo junto aquele aluno que não obteve aproveitamento no bimestre letivo [...]. (SP 3. Entrevista concedida em 24/05/2016).

Diante do depoimento dos supervisores pedagógicos, foi possível perceber que eles entendem que a Recuperação Paralela deve proporcionar ao aluno a possibilidade de aquisição dos saberes. Harmonizamos esse pensamento ao de Quagliato (2000) que considera a Recuperação Paralela é uma oportunidade na qual o aluno tem o direito de adquirir o conhecimento, e não somente recuperação de notas.

Mesmo percebendo que os supervisores entendem que a Recuperação Paralela faz parte do processo de ensino e aprendizagem, foi percebido também que para os supervisores há falhas no processo de sua realização nas escolas:

[...] observamos junto às escolas que há uma falha de acompanhamento, pois, os professores às vezes por falta de informações e acompanhamento não a utilizam no seu dia a dia. (SP 3. Entrevista concedida em 24/05/2016).

O depoimento desse supervisor pedagógico atribuí ao professor a responsabilidade pela falha no processo de realização da Recuperação Paralela, ao mesmo tempo em que admite que essa falha é resultado da falta de informações e acompanhamento. No entanto, apesar de ser o supervisor pedagógico o responsável por essas informações e acompanhamento, verifica-se que ele não se inclui como sujeito que deveria prestar tal suporte às escolas.

Nas entrevistas com os gestores escolares, percebeu-se um incômodo em expressar seu entendimento acerca da Recuperação Paralela. Foi priorizada em suas falas a relevância dessa recuperação e justificativas para a não realização da mesma pelos professores.

O gestor A referiu-se à Recuperação Paralela como:

[...] necessária, mas nem todo professor trabalha o conteúdo, esse que é o problema, o aluno nunca consegue recuperar. E acaba dando com as mesmas situações que eu falei anteriormente, ele não tem tempo, ou ele faz isso ou ele passa para o conteúdo seguinte. Às vezes a gente tem aquele medo de não conseguir cumprir com o conteúdo programático. (Gestor A. Entrevista concedida em 20/04/16).

Nessa mesma linha, o gestor B retrata a valorização que o professor deveria dar à prática dessa recuperação:

[...] A Recuperação Paralela é muito importante quando o professor valoriza. Quando o professor só substitui nota, eu acho que não tem resultado. Agora quando ele leva a sério, que ele recupera o conteúdo e depois ele recupera a nota, aí tem resultado satisfatório. Então eu acho que ela tem uma valia muito grande se souber utilizar esse recurso. (Gestor B. Entrevista concedida em 15/04/16).

Na mesma direção do entendimento dos supervisores pedagógicos, verifica-se uma tendência em culpar os professores pela não realização da Recuperação Paralela

enquanto recuperação do conteúdo, mesmo percebendo que há uma preocupação com a aprendizagem do aluno e não simplesmente com a recuperação de notas.

Dos dois pedagogos e um apoio que foram ouvidos na pesquisa, apenas a pedagoga B apresentou uma visão semelhante à dos supervisores pedagógicos no que se refere à Recuperação Paralela:

[...] é uma oportunidade para aqueles alunos que não entenderam a matéria passada pelo professor em sala de aula, [...] tentarem compreender [...]. Eu oriento os professores nas reuniões pedagógicas para que eles procurem, ao longo da explanação das aulas, perceber os alunos que não estão entendendo e explicar novamente. (Pedagoga B. Entrevista concedida em 20/04/16)

Diante da resposta da pedagoga B, percebe-se que há uma preocupação com a aprendizagem do aluno e não simplesmente com a recuperação de notas, o que é fortalecido com o depoimento da professora de Língua Portuguesa da escola A:

[...] A Recuperação Paralela é justamente aquele momento que nós temos que fazer uma recuperação do aluno não só na questão de nota, mas também em questão do conteúdo que ele não aprendeu [...] tem que fazer toda uma revisão do assunto pra ver qual a dificuldade dele [...] (PP-A. Entrevista concedida em 20/04/16).

A professora expressa seu pensamento de como deve ser realizada a Recuperação Paralela, no entanto, não afirma que faz da forma como entende que deva ser. Do mesmo modo, o professor de Matemática da mesma escola, relatou que ao longo da sua experiência de mais de 20 anos em sala de aula, a Recuperação Paralela só serve para ajustar a nota do aluno e que não recupera a aprendizagem (PM-A. Entrevista concedida em 20/04/16).

Por meio dos achados da pesquisa, conclui-se que não há uma interação a respeito da concepção de Recuperação Paralela entre os sujeitos que direcionam o trabalho pedagógico dentro da escola. Gestores, pedagogos e professores deveriam caminhar na mesma direção, desde o entendimento da Recuperação Paralela, como em todos os processos pedagógicos que envolvem o ensino e a aprendizagem. Não há como fluir o trabalho sem um entendimento teórico-metodológico de todos os envolvidos

A pedagoga D refere-se à Recuperação Paralela como: “[...] um instrumento utilizado para aquele aluno que perde a prova e para aquele aluno que tem nota baixa,

pois é direito adquirido ao aluno” (Pedagoga D. Entrevista concedida em 19/04/16). Percebe-se a distância que há no entendimento das pedagogas mencionadas a respeito dessa ação que é um direito do aluno. Enquanto a pedagoga B fala em oportunidade de aprendizagem ao aluno, a pedagoga D demonstra preocupação exclusivamente com a recuperação de notas.

Torna-se, assim, imprescindível destacar que há necessidade urgente de que haja, por parte da CAP EF II/ CDE 3, uma sensibilização com os sujeitos escolares acerca da Recuperação Paralela, da sua legalidade, do seu conceito e prática metodológica no âmbito escolar. Ações a esse respeito estão inseridas no PAE apresentado no capítulo 3 desta dissertação.

2.5.2 Recuperação Paralela: a prática docente

Considerando que todos os sujeitos escolares devem entender a Recuperação Paralela como a oportunidade de o aluno construir o conhecimento, direciona-se ao conceito de Souza (1980) que se refere à recuperação como um processo que manifesta o compromisso pedagógico, mas que requer esforço conjunto de toda a equipe. O que deve ocorrer no sentido de conduzir a escola a ações concretas e não somente a ações de “consertos”, remediando, não atendendo aos alunos, aos professores nem a escola.

Por meio da entrevista com os supervisores pedagógicos acerca de como acontece a Recuperação Paralela nas escolas acompanhadas por eles, destaca-se a fala do supervisor 1:

De modo geral a maioria das escolas trabalha a Recuperação Paralela realizando trabalhos e atividades escolares para substituir àquelas que foram realizadas anteriormente pelos alunos, nas quais os mesmo obtiveram notas baixo da média exigida para aprovação. (SP 3. Entrevista concedida em 24/05/2016).

Percebe-se em seu relato o que nos diz Souza (1980) de que o que se faz na escola é remediar, consertar aquilo que por algum motivo não alcançou o objetivo proposto, que é a aprendizagem do aluno.

Na escola, o gestor e o pedagogo/apoio pedagógico são as pessoas que estão à frente de todas as ações pedagógicas. Cabe a eles saber como está o trabalho do professor em sala de aula. Nesse sentido, inclui-se também o acompanhamento e monitoramento da Recuperação Paralela. Nas entrevistas, no que se refere à Recuperação Paralela enquanto prática nas escolas, os gestores D e A disseram que:

A Recuperação Paralela ela é muito boa, desde que seja bem aplicada pelos professores, porque não é só você fazer a prova, é você repetir o conteúdo novamente, onde o aluno teve dúvida [...]. Aquele conteúdo tem que ser repetido e avaliado novamente [...]. (Gestor D. Entrevista concedida em 15/04/16).

Ela é necessária, mas nem todo professor trabalha o conteúdo, [...] ele não tem tempo, ou ele faz isso ou ele passa para o conteúdo seguinte [...](Gestor A. Entrevista concedida em 20/04/16).

Diante do posicionamento dos gestores, constata-se que há um distanciamento entre como a Recuperação Paralela deve ser praticada, e como ela de fato é aplicada nas escolas, o que é de conhecimento do gestor. Vale ressaltar que antes mesmo de avaliar o aluno no final do bimestre, é preciso que o professor conheça as dificuldades do aluno. Esse processo deve acontecer durante todo o percurso do bimestre letivo.

Verificou-se também, por meio das falas dos gestores, que o fator tempo influencia a retomada dos conteúdos que os alunos apresentam dificuldades, o que os leva a tirarem notas baixas nas avaliações. Assim, percebe-se que o cumprimento do currículo é uma grande preocupação dos gestores escolares, como ressaltou o Gestor A, “[...] às vezes a gente tem aquele medo de não conseguir cumprir com o conteúdo programático”(Gestor A. Entrevista concedida em 20/04/16). No entanto, os gestores demonstraram ter consciência de que a preocupação maior com o cumprimento total do currículo não é a melhor escolha:

[...] Eu acho que nesse momento a gente não pode estar preocupado se vai faltar conteúdo no final do ano ou se vai atrasar o programa, o importante é que o aluno aprenda aquele conteúdo específico[...]. (Gestor D. entrevista concedida em 15/04/16).

Diante do exposto, destaca-se que os gestores participantes deste estudo são conhecedores da importância da Recuperação Paralela como oportunidade de o aluno adquirir os saberes pertinentes ao ano escolar que cursam. Todos esbarram no fator

tempo e na obrigatoriedade de cumprir a proposta curricular¹⁹ específica para aquele ano escolar.

A pesquisa bibliográfica realizada para embasar este estudo não atrelou o cumprimento do currículo ao fato da não realização da Recuperação Paralela pelo professor, tendo em vista que uma independe da outra. Entende-se, portanto, assim como o gestor D, que se deve priorizar a aprendizagem do aluno, o que não significa dizer que se considera a importância desse aluno adquirir somente o conhecimento básico necessário para aquele ano escolar, mas sim que no momento em que o aluno constrói o conhecimento, ele pode avançar a outros assuntos que requerem pré-requisitos. Acontece assim o processo de aprendizagem.

Contrariando esse pensamento, e focando especificamente na recuperação de notas, o Apoio Pedagógico C respondeu:

[...] na minha visão, a Recuperação Paralela ela tem que seguir seu objetivo que é tentar recuperar aquele aluno, que por alguma razão não foi bem na prova principal, AV 1, AV 2 ou A3 e essa recuperação vem para suprir essa necessidade que não foi alcançada. (Apoio Pedagógico C. Entrevista concedida em 15/04/16).

Diante da resposta desse profissional, reflete-se sobre a importância de que haja nas escolas um trabalho pedagógico integrado entre o gestor escolar e o pedagogo²⁰, tendo em vista que a função desse profissional é de fundamental importância para o processo de ensino e aprendizagem. O pedagogo é que deve, ou deveria, orientar, acompanhar e avaliar o trabalho do professor em sala de aula e, a partir desse

¹⁹ A proposta curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Amazonas tem como pressupostos vincular o conhecimento à aquisição de competências, consolidando a preparação para o exercício da cidadania e propiciando formação básica para o trabalho à luz da LDB e das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental. Essa Proposta baseia-se nas metas, diretrizes, objetivos gerais e específicos para o Ensino Fundamental, bem como nos Parâmetros Curriculares Nacionais. (AMAZONAS, 2009).

²⁰ O pedagogo é aquele profissional com Licenciatura Plena em Pedagogia e com formação específica para atuar na coordenação pedagógica escolar. Foi aprovado em concurso público realizado pela SEDUC/AM, ou contratado por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS). O apoio pedagógico pode ser um professor, com formação em Pedagogia ou Normal Superior, e que na maioria das vezes é indicado pelo gestor escolar. Quando este profissional é lotado numa escola para tal função, ele assume todas as atribuições e responsabilidades de Pedagogo, devendo ser o articulador do processo pedagógico dentro da escola.

acompanhamento, fazer intervenções, sempre buscando a melhoria da qualidade da educação prestada aos alunos.

Retomando a resposta da Pedagoga D, acerca da concepção de Recuperação Paralela, quando disse que o aluno que tira nota baixa utiliza desse instrumento por ser um direito, sentiu-se a necessidade de instigar a entrevistada perguntando se o aluno só faz a Recuperação Paralela se ele tirar nota baixa ou faltar à prova. Perguntou-se ainda o que acontece quando o aluno não entende a matéria ministrada pelo professor em sala de aula, ao que se teve a resposta:

[...] O direito é pra isso [...] Se o aluno tirar nota baixa, ele poder recuperar. Agora o conteúdo, quando o aluno perde, geralmente ele vai atrás com os coleguinhas dele mesmo[...]. Sempre vou às salas e oriento os alunos que quando eles não entenderem a matéria, peçam ajuda do colega, principalmente daqueles que sabem mais, porque às vezes o colega que sabe mais consegue explicar de uma forma que o aluno entende, e quando o colega não explicou direito, o aluno pode perguntar ao professor. (Pedagoga D. Entrevista concedida em 19/04/16)

É importante destacar que em uma sala de aula o bom relacionamento entre os alunos é fator que muito contribui para a aprendizagem, pois é sabido que aqueles alunos que têm maior facilidade em compreender o que o professor está ensinando podem perfeitamente ajudar os colegas, principalmente aqueles que têm mais afinidade. Mas, a responsabilidade por sanar as dúvidas dos alunos não deixa de ser do professor.

Aqui cabe destacar considerações de Roldão (2007) que leva o leitor a refletir acerca do ato de ensinar, considerando duas diferentes ações pedagógicas oriundas de um único ato. A primeira refere-se a um professor que assume uma postura tradicional, de transmissor de conhecimentos referenciados em saberes disciplinares. Tal entendimento, segundo a autora, deixou de ser útil socialmente. A segunda ação está relacionada ao ensinar como o ato de fazer aprender alguma coisa, ou seja, o ato de ensinar só se concretiza se houver aprendizagem (Roldão, 2007).

No momento em que a Pedagoga D pede que o aluno procure um colega para ensiná-lo o assunto, ela transfere a responsabilidade pelo ato de ensinar para aquele aluno, deixando o professor sem a responsabilidade de fazer o aluno aprender.

Portanto, entende-se que a atitude da Pedagoga D em orientar os alunos a procurarem os colegas para que os ajudem deveria ser revista. Uma opção seria lançar

um projeto em forma de aluno monitor, por exemplo, mas não como regra geral. Enquanto pedagoga de formação, a resposta da colega leva a refletir acerca da sua postura frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos, o que coloca em risco a seriedade de seu trabalho e a vida escolar de muitos estudantes.

A professora de Língua Portuguesa da escola B disse acompanhar diariamente aluno por aluno quando faz a correção das atividades, assim consegue perceber quais alunos não estão conseguindo entender as explicações. Essa professora demonstrou se preocupar mais com a aprendizagem do aluno que com o cumprimento do currículo, como visto nas respostas dos gestores escolares.

Conclui-se, portanto, que os professores não realizam ações de forma integrada, ou seja, cada professor faz o que acha melhor de forma independente uns dos outros. A concepção de Recuperação Paralela é definida diferentemente de um professor para outro, e eles trabalham também de maneira diversificada.

Ainda sobre a forma como as escolas realizam a Recuperação Paralela, os supervisores pedagógicos foram unânimes em dizer que os professores não realizam recuperação da aprendizagem, apenas a recuperação de notas, após cada avaliação. O que ocorre sempre no sentido de minimizar o número de alunos reprovados e atrelando esse fato à cobrança feita pelos gestores em torno do rendimento escolar.

Nessa direção, o gestor A relatou que a escola realiza a Recuperação Paralela:

A partir da primeira avaliação (a AV1), eles vão fazendo a Recuperação Paralela[...], tem uns professores que fazem depois da terceira, a AV3 [...] aí o negócio tá feito. (Gestor A. Entrevista concedida em 20/04/16).

A resposta acima do gestor A ao confirmar a frequência da realização da Recuperação Paralela, confirmando o relatado pelos supervisores pedagógicos de que o que acontece é a recuperação de notas em detrimento da recuperação da aprendizagem.

Diante do posicionamento dos gestores escolares entrevistados, faz-se um paralelo com a importância de uma gestão democrática e participativa em todas as ações, sejam elas pedagógicas ou administrativas. Quando há o envolvimento de todos os atores escolares, espera-se que as ações pedagógicas sejam conduzidas em prol de um mesmo objetivo.

Com relação às atribuições dos profissionais de educação, destaca-se que conforme visto no Capítulo 1, os professores devem lançar as notas dos alunos por meio do Diário Digital. Há na ferramenta um campo específico para nota das avaliações, para o planejamento da Recuperação Paralela e da nota dessa recuperação. Por meio do relato dos gestores, constatou-se que os professores substituem as notas das provas em que os alunos não alcançaram à média, pela nota alcançada na prova de Recuperação Paralela no campo do Diário Digital específico para tal fim. Essa atitude configura-se como a não realização Recuperação Paralela, haja vista que é por meio do Diário Digital que o gestor acompanha a realização, ou não, dessa recuperação.

É relevante destacar que quando o professor substitui a nota, descaracterizando a existência da Recuperação Paralela, há indícios de que a ferramenta *web* criada para facilitar o acompanhamento das ações pedagógicas apresenta falhas em seu manuseio. Além disso, tal situação faz perceber que não houve alinhamento nas ações demandas pela equipe pedagógica, ou seja, é preciso avaliar o entendimento dos professores a esse respeito. Parece ser de praxe que o pedagogo/apoio pedagógico repasse aos professores a maneira correta de utilizar o Diário Digital para que o monitoramento possa ser realizado de maneira satisfatória.

Os professores entrevistados afirmaram que trabalham mais a recuperação de notas que a recuperação de conteúdos:

[...] A Recuperação Paralela não é trabalhada. Trabalhada é quando se tem todo um processo de construção de metodologia, de continuação até chegar ao objetivo que é a aprendizagem do aluno, [...] não é a recuperação de nota, é a aprendizagem dele[...]. (PP – A. Entrevista concedida em 20/04/16)

Considerando a fala da professora A quanto à forma como a Recuperação Paralela é trabalhada, ressalta-se o pensamento de Paro (2001) quando diz que a recuperação deveria ser prevista como princípio resultante da própria avaliação. Estando a avaliação num processo contínuo e permanente, incutido no ato de ensinar e aprender, e se assim fosse, identificaria as dificuldades que a Recuperação Paralela procuraria solucionar propiciando novos recursos e práticas alternativas (PARO, 2001).

Em acordo com a ideia do autor, ressalta-se que a Recuperação Paralela precisa ser bem entendida no contexto do ensino e aprendizagem para que assim possa fazer parte do cotidiano escolar. Há de se entender a obrigatoriedade e a necessidade de

estipular datas no calendário escolar para realização dessa recuperação. Mas, para além, se ela estiver inserida no cotidiano escolar há maiores possibilidades do aluno se apropriar dos saberes.

As constatações que se obteve com a pesquisa de campo confirmam a hipótese que se tinha na ocasião das primeiras impressões durante a pesquisa exploratória: os gestores escolares têm conhecimento de como deve ser realizada a Recuperação Paralela. Todavia, nem todos os professores têm essa prática, aplicando uma segunda prova que, na maioria das vezes, tem o objetivo de tentar fazer com que o aluno alcance uma nota maior que a anterior, haja vista que são cobrados pelos resultados.

Ao retomar o pensamento de Quagliato (2000) acerca da recuperação como oportunidade de o aluno construir o conhecimento para posteriormente ser avaliado novamente, os achados da pesquisa mostram que na prática isso não vem acontecendo. Nesse sentido, acredita-se que somente oportunizando ao aluno a construção dos saberes ele pode alcançar o sucesso escolar, e não da forma como vem acontecendo, mediante a comprovação dos fatos vistos por meio desta pesquisa.

2.5.3 Acompanhamento e Avaliação da prática da Recuperação Paralela

Sobre a forma como a equipe gestora e pedagógica acompanha o trabalho dos professores quanto à realização da Recuperação Paralela, o supervisor pedagógico 3 disse:

[...] Não observo durante as visitas um acompanhamento pedagógico da escola em relação à Recuperação Paralela [...] a prática da Recuperação Paralela é livre por parte de alguns professores (SP. 3. Entrevista concedida em 24/05/2016).

Considerando que as escolas pesquisadas fazem parte da mesma coordenadoria, devendo ter, portanto, a mesma orientação a respeito de todas as ações pedagógicas a serem desenvolvidas, constata-se, mais uma vez, que a CDE 3 não vêm realizando o suporte adequado às escolas acerca da Recuperação Paralela. No entanto, é importante saber se os supervisores pedagógicos recebem orientação e formação continuada para prestarem tal suporte às escolas, haja vista que essa ação deve ser demandada da coordenadoria pedagógica para as escolas.

Por meio das respostas dos gestores, foi possível constatar que cada um acompanha a realização da Recuperação Paralela de forma diferenciada, não havendo

um acompanhamento sistematizado e nenhum instrumento específico, instituído ou elaborado pela CDE 3.

O gestor A acompanha por meio do Diário Digital:

[...] Eu acompanho através do diário depois das avaliações AV1,AV2,AV3 eu entro no diário e verifico como é que tá a situação da nota dos alunos e já falo com os professores pra fazer. (Gestor A. Entrevista concedida em 20/04/16).

O acompanhamento do gestor A, por meio do Diário Digital, colabora no sentido da necessidade de se sensibilizar o professor para a Recuperação Paralela que na prática é a aplicação de uma avaliação para recuperar a nota do aluno. Nesse sentido, é importante ressaltar que a substituição de notas, realizadas por alguns professores, impossibilita o acompanhamento seguro da realização dessa recuperação por parte do gestor, impactando negativamente no monitoramento.

De forma diferente faz o gestor B, que relatou:

[...] Quando o professor faz o planejamento, no horário da HTP, a gente reúne por disciplina. A gente conseguiu fazer um horário em que a HTP é por disciplina e aí eles tem a relação de alunos. Então no dia da HTP, que é uma vez por semana, quando a gente reúne com eles, eles identificam pra gente aqueles alunos que não estão acompanhando, que são aqueles alunos que não entregam as atividades, os que o caderno não tem nada na sequência do caderno, por exemplo, os conteúdos que eles começam a trabalhar no bimestre, eles sabem. Então eles trazem pra gente esse retorno. A pedagoga tem um caderno onde ela registra tudo que acontece com os professores, com os alunos, ela faz um relatório diário. (Gestor B. Entrevista concedida em 15/04/16).

Ao se analisar as falas dos gestores, percebe-se semelhança nas respostas quando dizem que realizam acompanhamento do trabalho do professor, mas o realizam de formas distintas e não organizadas e/ou sistematizadas. Com base nas falas desses atores, é importante ressaltar que Lück (2013) diz que é competência do gestor escolar fomentar a realização de ações, estratégias e mecanismos de acompanhamento contínuo da aprendizagem dos alunos em todos os momentos e áreas. O que vai mais além do dizer que é necessário o envolvimento da comunidade escolar, a qual, de posse dos resultados dos alunos, possa estabelecer ações de melhoria.

Os supervisores pedagógicos relataram suas atuações quanto ao suporte dado por eles às escolas:

[...] Nosso suporte se através de visitas semanais programadas. Nos momentos oportunos observamos a rotina das escolas. Procuro ao final de cada período mencionado no calendário da SEDUC referente ao lançamento de notas, se houve em primeiro momento, o lançamento da avaliação, e se também foi planejada a recuperação. Desse modo, o acompanhamento pedagógico seria facilitado pelo respeito às datas. Entretanto, não é o que visualizamos. Em conversas com os pedagogos fazemos a sinalização do problema e de fato fica claro para todos os envolvidos que se não há lançamento de notas no período correspondente, fica impossível de acompanhar o rendimento escolar dos alunos. (SP 3. Entrevista concedida em 24/05/ 2016).

Por meio das respostas dos supervisores pedagógicos, verifica-se que não há sistematização na orientação e acompanhamento da prática da Recuperação Paralela enquanto recuperação da aprendizagem, mas somente acerca da recuperação de notas.

2.5.4 Suporte técnico pedagógico da CAP EF II/ CDE 3 as escolas

Sobre o suporte dado pela CAP EF II/CDE 3, e sugestões dadas pelos supervisores pedagógicos, os gestores responderam que é preciso que seja dado maior enfoque em torno da Recuperação Paralela, tendo em vista que o tema é abordado superficialmente, apenas a título de lembrança de datas, especificadas no calendário escolar oficial da SEDUC/AM, corroborando a ideia de Depresbiteris (1989) a respeito da aferição de notas em detrimento da construção do conhecimento.

Diante da colocação da autora, e com base os achados da pesquisa, se pôde confirmar que os alunos do 7º ano do Ensino Fundamental das escolas pesquisadas estão avançando nos anos escolares, no entanto, levam para o ano seguinte grandes lacunas na aprendizagem. Destaca-se que durante o assessoramento pedagógico, os gestores relataram que é comum encontrar alunos com sérias dificuldades de aprendizagem, o que é consequência da falta de conhecimento prévio que deveria ter sido adquirido no ano escolar anterior.

Tal fato coloca esses alunos em situação desprivilegiada por necessitarem, em algum momento de sua vida acadêmica, parar para rever conteúdos não assimilados, o que gera com grandes possibilidades de reprovação. Em outras palavras, esses alunos

estão sujeitos ao fracasso escolar, ao mesmo tempo em que coloca em dúvida o trabalho realizado pela CAP EF II/CDE 3.

Entende-se que o supervisor pedagógico é a figura responsável por dar subsídio pedagógico aos atores escolares, de forma a colaborar para a superação de desafios vivenciados no âmbito escolar, como a reprovação, as dificuldades de aprendizagem dos alunos, o abandono escolar, a indisciplina, a prática da Recuperação Paralela, dentre outros.

O supervisor pedagógico deve ter um comportamento de cunho democrático no tratamento com os gestores, pedagogos e professores para que possa contribuir na solução dos problemas do cotidiano escolar. Assim, é necessário que se promova uma mudança na postura e no comportamento desses profissionais, de modo que ao chegarem às escolas, possam, não apenas, monitorar e registrar problemas da rotina escolar, mas principalmente levar aos docentes sugestões de práticas pedagógicas que venham colaborar para o processo de ensino e aprendizagem.

2.5.5 Sugestões de melhorias no suporte oferecido pela CAP EF II/ CDE 3 as escolas, a respeito da prática da Recuperação Paralela

Após a coleta de algumas informações importantes relativas à prática da Recuperação Paralela nas escolas, e também quanto ao suporte oferecido pela CAP EF II/ CDE 3, as entrevistas com os supervisores pedagógicos e gestores foram encerradas solicitando três sugestões de melhoria à equipe pedagógica da CDE no sentido de contribuir para a efetivação da Recuperação Paralela de forma exitosa.

A solicitação de sugestões de melhoria no suporte oferecido pela CDE 3 decorre da percepção da existência de problemas no suporte ofertado às escolas, e ainda por entender-se que diversos problemas identificados devam ser minimizados.

Dentre as sugestões propostas pelos supervisores pedagógicos para melhoria do suporte oferecido por eles às escolas, percebeu-se que os quatro supervisores participantes da pesquisa apresentaram sugestões similares, o que pode ser justificado pelo nível de entrosamento da equipe. Percebeu-se que durante as reuniões semanais para alinhamento das ações, esses supervisores socializavam anseios e problematizam situações vivenciadas.

A formação continuada para pedagogos e professores foi a sugestão comum, podendo ser confirmada pela fala de um dos supervisores:

[...] Os pedagogos e os professores não têm conhecimento a respeito de como a Recuperação Paralela deve ser realizada, é preciso que haja formação contínua, pois há muita rotatividade de profissionais e todos os anos temos pedagogos e professores novos nas escolas. (SP 3. Entrevista concedida em 24/05/2016).

Assim, percebe-se a necessidade urgente de que seja disponibilizada formação continuada para os pedagogos/apoios pedagógicos e aos professores. Uma formação voltada para a Recuperação Paralela. Ressalta-se ainda o reconhecimento de que, a partir dos dados coletados, o gestor escolar precisa participar dessas formações visando acompanhar o trabalho pedagógico realizado em sua escola.

Outro ponto sugerido pelos supervisores pedagógicos, e de forma unânime, foi a elaboração de um instrumento específico para o planejamento e acompanhamento da Recuperação Paralela, como mencionado pelo SP 1:

Sugiro que seja elaborado por nós, um instrumento de acompanhamento da Recuperação Paralela e esse instrumento seja repassado às escolas, para que todas trabalhem na mesma linha. Este instrumento deve ser preenchido pelo professor, e nele devem constar os conteúdos que trabalhará na recuperação, os alunos que passarão pelo processo, as maiores dificuldades encontradas por eles e por último a nota alcançada pelo aluno. (SP 1. Entrevista concedida em 23/05/2016).

Outro ponto sugerido pelos supervisores, foi a sensibilização de todos os atores escolares para a importância da recuperação da aprendizagem, tendo em vista que é muito visada nas escolas a recuperação de notas, desvinculada do saber, como disse esse outro supervisor:

É preciso que a Coordenadoria promova nas escolas, reuniões de sensibilização com toda a equipe, para que todos entendam que a Recuperação Paralela tem que ser vista como momento de aprendizagem para o aluno, e não somente como uma prova pra recuperar nota [...].(SP 4. Entrevista concedida em 24/05/2016).

Dentre outros aspectos reportados pelos supervisores, apontam-se a organização de um calendário fixo de análise dos resultados de cada disciplina; a realização de

oficinas para elaboração de provas de Recuperação Paralela por componente curricular; e o auxílio no acompanhamento do Diário Digital.

Os dados demonstraram que nenhum supervisor pedagógico sugeriu formação continuada para sua categoria, o que desperta a necessidade de sensibilização dessa equipe com relação à importância de se conhecer melhor as diversas formas de se praticar a Recuperação Paralela com os alunos, bem como diversificar a metodologia utilizada pelo professor neste quesito.

Diante do posicionamento dos supervisores pedagógicos com relação a não considerarem necessária a formação continuada para si, ressalta-se o pensamento de Paulo Freire que, segundo Silva e Araújo (2005) destaca a “condição de inacabamento do ser humano e consciência desse inacabamento (SILVA E ARAÚJO, 2005, p. 4)” Os autores colocam que para Freire o homem é um ser inconcluso e que deve ter consciência da sua inconclusão por meio da movimentação permanente de ser mais. Portanto, a formação continuada deve ser compreendida como um processo contínuo e permanente de desenvolvimento profissional.

Os gestores escolares entendem que precisam de formação específica sobre a Recuperação Paralela:

Eu acho que nós, gestores, os pedagogos e todos os professores da escola, deveriam ter uma formação só sobre Recuperação Paralela. E nesse dia, não se falaria de outra coisa, para que ficasse muito claro, como temos que trabalhar essa questão. Acho que assim teríamos segurança em trabalhar a Recuperação Paralela com os alunos. (Gestor A. Entrevista concedida em 20/04/16).

O gestor B acrescentou que na formação com os professores fosse ressaltada a importância de se debater a legalidade da Recuperação Paralela, principalmente quanto à sua realização quantas vezes forem necessárias. Sugeriu também que o supervisor reservasse uma das visitas para observar o desenrolar da Recuperação Paralela individualmente com cada professor. (Gestor B. Entrevista concedida em 15/04/16).

Os pedagogos entrevistados também admitiram a necessidade de formação específica acerca da Recuperação Paralela. O objetivo seria auxiliá-los no acompanhamento e monitoramento do trabalho do professor e propor melhorias nas metodologias. Como outras sugestões, destacaram-se a importância de ter um

professor de reforço para atender aos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, e solicitações também de suporte diferenciado por parte dos supervisores pedagógicos, principalmente com relação a melhores práticas pedagógicas.

Após a exposição dos achados da pesquisa com os sujeitos entrevistados (Supervisores pedagógicos, gestores, pedagogos/apoio pedagógico e professores), a seção 2.5.6 explana os achados com os pais e alunos. Com esses sujeitos foi aplicado um questionário com questões voltadas para a prática da Recuperação Paralela, o acompanhamento da família nas ações escolares, principalmente acerca da Recuperação Paralela, e como é a relação família *versus* escola. Ressalta-se que as questões estão elencadas nos roteiros elaborados para aplicação dos questionários que constam nos apêndices L e M.

2.5.6 Análise das respostas dos pais e dos alunos

Para apresentação dos dados coletados na pesquisa com os pais e com os alunos, decidiu-se agrupar as perguntas em dois eixos de análise: a concepção e a prática da Recuperação Paralela; e o acompanhamento da família nas ações escolares. A fusão das perguntas considerou a semelhança dos questionamentos e, portanto, a melhor compreensão e articulação das respostas expressas pelos respondentes. Ressalta-se que a essas duas classes de sujeitos (pais e alunos) não foram feitas indagações acerca de suporte técnico e pedagógico e sugestão de melhorias.

2.5.6.1 Respostas dos Pais

Inicialmente, procurou-se conhecer alguns aspectos do perfil desses sujeitos. Incluiu-se no questionário dos pais perguntas sobre o nível de escolaridade, profissão, situação empregatícia e número de filhos. A tabela 7, a seguir, mostra o perfil dos pais pesquisados.

Tabela 7 - Perfil dos pais dos alunos do 7º ano do EF II das escolas A, B, C, e D

PERFIL DOS PAIS DOS ALUNOS DE 7º ANO NAS ESCOLAS A, B, C e D.	
Total de pais respondentes: 112	
ESCOLARIDADE	%
EF I Completo	6,2
EF I Incompleto	5,5
EF II Completo	10
EF II Incompleto	15
EM Completo	29,5
EM Incompleto	23,2
ES Completo	5,3
ES Incompleto	5,3
SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA	
Empregados	70,5
Desempregados	29,5
PROFISSÃO	%
Do lar	40
Comerciários	15
Empregadas Domésticas	10
Autônomos	26,5
Não responderam	8,5
NÚMERO DE FILHOS	%
1 a 3	67
4 a 6	25
7 a 10	8

Fonte: Elaborada pela autora com base nos questionários respondidos.

Analisando a tabela 7, é possível perceber que um total de 112 pais pesquisados, 11,7% deles não foram além do EF I; 10% concluíram o EF II; e 15% o concluíram. Considerando que no contexto atual poucas empresas oferecem emprego para pessoas com tal nível de escolaridade, há uma grande probabilidade de que esses pais encontrem dificuldades de adentrar ao mercado de trabalho. De acordo com Furtado (2008), o desemprego é ainda um problema social e influencia fortemente os cidadãos e a vida escolar dos estudantes brasileiros.

Aqueles que conseguiram chegar ao EM somam 52,7%, ainda assim, somente 29,5% concluíram esse nível de ensino. Assim, é essa minoria que consegue emprego no comércio e no pólo industrial de Manaus. Apenas 10,6% dos pais participantes da pesquisa conseguem chegar às universidades, tendo metade deles concluído o ensino superior.

O objetivo de conhecer o nível de escolaridade dos pais foi buscar uma compreensão sobre as condições desses pais acompanharem seus filhos nas

atividades escolares, principalmente nos trabalhos e tarefas de casa, bem como saber a situação socioeconômica.

Dessa forma, entende-se que o desemprego, assim como problemas sociais e econômicos, influenciam fortemente na vida familiar, visto que em muitos casos é preciso inserir os filhos no mercado de trabalho. Foi incluído no questionário dos alunos uma pergunta a respeito de estarem ou não trabalhando, mesmo que na informalidade.

A partir dos dados do questionário, 29,5% dos pais dos alunos estão desempregados, o que significa dizer que de 112 pais, 33 estão sem uma renda fixa que permita o sustento adequado para manter seus filhos. Dos 70,5% que disseram estar empregados, 51,5% são comerciários, empregadas domésticas ou realizam trabalhos extras (vendedores de porta em porta, limpeza de ar condicionado, entre outros), profissões compatíveis com nível de escolaridade de 36,7% dos pais participantes da pesquisa, ou seja, como até o Ensino Fundamental II.

Com relação ao número de filhos por família, 67% têm entre 1 e 3 filhos. Tal pergunta foi pensada com o intuito de perceber questões sociais e econômicas das famílias, haja vista que, como já foi mencionado, fatores como esses refletem no cotidiano das famílias.

Após perceber alguns pontos relacionados ao perfil dos pais dos alunos, considerados importantes para a pesquisa, apresentam-se as respostas desses sujeitos com base nos eixos de análises especificados no início desta seção. O Quadro 6 exhibe as questões que compuseram o questionário dos pais.

Quadro 6 - Perguntas aos pais

PERGUNTAS AOS PAIS	
EIXO	PERGUNTAS
Concepção e prática da Recuperação Paralela	O que pensa sobre a Recuperação Paralela? Qual a maior preocupação dos pais: aprovação dos filhos ou aquisição de conhecimentos?
Acompanhamento da família nas ações escolares	Frequência com que os filhos levam tarefas para casa; Se ajudam os filhos nas tarefas para casa; Se sabem se os professores cobram e corrigem as tarefas para casa; Frequência com que são chamados pela escola para tratar de assuntos referentes às tarefas para casa; Frequência com que são chamados pela escola para tratar de assuntos relacionados ao comportamento do filho; Se sabem quando os filhos tiram nota baixa nas avaliações; Se são informados se o filho precisa de Recuperação Paralela; Se concordam que os filhos tenham aulas de reforço no contra turno de estudo;

Fonte: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado aos pais.

a) Concepção e prática da Recuperação Paralela

Diante das respostas dos pais às questões do eixo relacionado à concepção e prática da Recuperação Paralela, constatou-se que 47,32% a compreendem como uma oportunidade que o aluno tem para ser aprovado, ou seja, na opinião dos pais, a Recuperação Paralela está diretamente relacionada à recuperação de nota (aprovação do aluno). Já para 20,54%, a Recuperação Paralela é uma chance de o aluno aprender a matéria ensinada pelo professor, ou seja, entendem a Recuperação Paralela como um momento de aquisição de saberes pelos alunos. Por fim, 22,32% não responderam à pergunta, e 9,82% responderam de forma vaga.

Assim destaca-se o termo recuperação é voltado para o aluno com aproveitamento de estudos insatisfatórios, podendo ser definido como:

[...] o restabelecimento do que fora proposto alcançar e não foi viável, por inúmeras causas, recomendando-se então uma reabilitação, que deve ser proporcionada pela escola (VIDO, 2001, p. 34).

Para Vido (2001), o termo reabilitação refere-se à recuperar a aprendizagem que não foi realizada com sucesso.

Portanto, faz-se necessário que os pais tenham o entendimento adequado acerca do que é a Recuperação Paralela, assim como, de que forma essa ação

pedagógica pode contribuir para o aprendizado do seu filho. Torna-se basilar que a escola desmistifique a concepção de Recuperação Paralela como recuperação de notas, concepção essa que há muito vem sendo disseminada e tem levando à comunidade escolar a não fazer bom uso dessa recuperação.

No que se refere à segunda pergunta que compõe o eixo, ao serem questionados sobre sua maior preocupação, se com a aprovação, ou com a aquisição de conhecimento pelos filhos, 68% dos pais disseram preocupar-se tanto com a aprendizagem e quanto com a aprovação; 18,7 % preocupam-se mais com a aprendizagem dos filhos do que com a aprovação; 11,6% externou preocupação apenas com a aprovação; 1,7% não respondeu à pergunta.

Nesse ponto, percebeu-se que mesmo sem entender como de fato deve ocorrer a Recuperação Paralela, os pais se preocupam com a aprendizagem do filho, confirmando o que foi mencionado anteriormente acerca da necessidade de que os pais compreendam todo o processo que se dá dentro da escola, principalmente com relação ao ensino e aprendizagem.

b) Acompanhamento da família nas ações escolares

Com relação aos aspectos relacionados ao acompanhamento da família nas ações escolares, os pais responderam oitros perguntas. Primeiro, referente à frequência com que os filhos levam tarefas para casa, a qual 38% afirmaram que eles levam tarefas para casa diariamente; 10% disseram que levam semanalmente; 44% responderam que somente às vezes há tais atividades; e 8% alegaram que os filhos nunca levam tarefas para casa.

Sobre essas tarefas, se procurou saber se os pais ajudam os filhos nessas atividades. Nesse quesito, 24% afirmaram que sempre ajudam; 33% ajudam algumas vezes; 27% só ajudam quando são solicitados pelos filhos; e 16% admitiram não ajudarem os filhos nas tarefas para casa.

No tocante a saberem se os professores cobram e corrigem as tarefas que os alunos realizam em casa, 53% afirmaram que os alunos são cobrados pelas tarefas de casa e há correção das mesmas pelos docentes; 17% responderam que alguns professores cobram e corrigem as tarefas e outros não a fazem; 10% afirmaram que

alguns professores cobram, no entanto, não corrigem as tarefas; e 20% não sabem se os professores cobram e se corrigem estas atividades.

Sobre a frequência com que os pais são chamados pela escola para tratar de assuntos relacionados à tarefa de casa, 3% afirmaram sempre ser chamado; 32% disseram que às vezes são chamados; 65% alegaram que nunca foram chamados pela escola para tratar desse assunto.

Já com relação à frequência com que são chamados para tratar de assuntos pertinentes ao comportamento do filho, 10% disseram sempre ser convocado para tratar de tais assuntos; 28% afirmaram que, às vezes são chamados na escola para falar do comportamento do filho; e 62% declararam que nunca foram chamados à escola para tratar desse assunto. Diante desse resultado, abre-se espaço para várias reflexões, não investigadas nesta pesquisa, como a questão do clima disciplinar nas escolas e de que forma a gestão escolar trabalha com os pais os possíveis problemas existentes.

No que concerne a saberem quando os filhos tiram nota baixa nas avaliações, 49% afirmaram ser comunicado pela escola; 28% responderam que algumas vezes a escola os informa; e 23% declararam que não sabem quando o filho obtém nota baixa por nunca ter comunicado pela escola.

A partir desses dados, percebe-se passividade por parte dos pais quanto ao conhecimento do rendimento dos filhos, pois se entende que deve haver corresponsabilidade entre as partes acerca do conhecimento do processo de aprendizagem dos alunos.

Dado que 77% dos pais responderam que “sempre” e “algumas vezes” sabem que seus filhos estão com notas abaixo da média necessária para aprovação, e sabendo que essa informação é repassada durante a entrega dos boletins, ou seja, ao final de cada bimestre, destaca-se a importância de que esse conhecimento chegue antes do final do bimestre letivo, dando assim maiores possibilidades do aluno reverter à situação. Retoma-se novamente a importância dos pais procurarem a escola para tomarem conhecimento da vida escolar do filho.

Com base nas respostas dos pais, destaca-se que as escolas são orientadas pela CAP EF II/CDE3 a convocarem os pais e/ou responsáveis bimestralmente para receberem o boletim dos filhos. Por meio das visitas e relatórios dos supervisores

pedagógicos, é possível confirmar que as escolas possuem essa prática. Na reunião para entrega de boletins, também são repassadas informações pertinentes ao processo escolar, sejam elas de cunho administrativo ou pedagógico.

Faz-se pertinente reforçar ainda, que por meio do relato dos gestores escolares durante o assessoramento pedagógico, a participação dos pais nas reuniões não alcança um número satisfatório, afirmação essa comprovada pelos gestores por meio das atas de reuniões²¹.

Frente a esses dados, percebe-se contradição entre o número de pais que dizem saber que os filhos precisam realizar a Recuperação Paralela e o número de pais que são assíduos às reuniões para entrega de boletins.

Com relação aos pais serem informados sobre a necessidade do filho realizar Recuperação Paralela, 36% afirmaram que são informados pela escola; 14% responderam que o filho é quem os comunica, no entanto, gostaria que a escola realizasse esse comunicado; 35% responderam que não recebem nenhuma informação a esse respeito, presumindo que a escola deveria informá-lo; 11% declararam que não recebem nenhuma informação a esse respeito e pensam que não precisam saber, visto ser responsabilidade da escola; 4% dos pais não responderam esta questão.

Com base nessas informações, fica claro que menos da metade dos pais são informados pela escola sobre a necessidade de os filhos realizarem a Recuperação Paralela. Tal fato mostra que é preciso se estreitar o relacionamento da escola com a família, e se entende que essa iniciativa deva partir de todos os agentes educativos, ou seja, gestor e equipe pedagógica da escola. Sendo a escola um organismo educacional, deve motivar e atrair os pais para as ações escolares, principalmente com relação ao desempenho do aluno.

Diante das respostas dos pais, percebe-se que o percentual deles que não recebem informações da escola sobre a necessidade de o filho participar da Recuperação Paralela, é quase o mesmo percentual de pais que pensam que deveriam ser comunicados. Portanto, deduz-se que a escola não encontrará tanta dificuldade em sensibilizar esses pais para a importância de terem conhecimento das atividades escolares, dentre elas a Recuperação Paralela.

²¹Ressalta-se que esta pesquisa não investigou tal questão.

Quanto à realização de aulas de reforço no contra turno de estudo, 82% dos pais concordam que a escola proporcione esta ação, sendo que 18% não concordam. Do percentual de pais discordantes, 95% justificaram que não teriam condições de pagar transporte para o filho ir à escola no contra turno e 5% informaram que o filho tem outras atividades acadêmicas e/ou esportivas.

Ao oferecer aos alunos aulas de reforço escolar no contraturno de estudo, a escola contempla a decisão da maioria dos pais. Mas, ressalta-se que a frequência do aluno nas aulas de reforço deve ser um ponto a ser considerado e acordado entre pais e escola, visando não incorrer em ausências e desistências, ocasionando ineficiência do projeto.

Torna-se relevante lembrar que a Recuperação Paralela é um direito garantido ao aluno na LDB nº 9.394/96, a qual assegura estudos de recuperação para aqueles que não alcançarem o conhecimento durante as aulas, e esse trabalho deve ser realizado nos períodos regulares de estudo (BRASIL, 1996). Portanto, a lei não versa sobre a presença do aluno no contraturno de estudo para ser contemplado com esta ação pedagógica.

Com relação ao oferecimento de aulas de reforço, e considerando que 82% dos pais concordaram que os filhos tenham aulas de reforço escolar no contraturno de estudo dos filhos, entende-se que o momento das aulas de reforço pode, por meio de atividades suplementares, elucidar dúvidas e melhorar o entendimento do conteúdo que o aluno não compreendeu durante a aula no tempo regular.

Vale reforçar que as aulas de reforço escolar não podem ser realizadas no mesmo turno que o aluno estuda, haja vista que não se pode retirar o aluno com dificuldades de aprendizagem de sala de aula para esse fim. Os conteúdos curriculares possuem carga horária específica, as quais o aluno deve cumprir.

Nessa perspectiva, e em consonância com a resposta positiva da maioria dos pais, cabe à escola elaborar uma proposta de ação que atenda a essa demanda, considerando a necessidade de intervenção para melhoria do rendimento dos alunos.

Tendo apresentado os dados coletados com os pais, discorre-se, doravante, sobre os resultados da pesquisa com os alunos. Destaca-se que o questionário aplicado aos alunos foi o instrumento com o maior número de questões, pois como se tratavam de estudantes, viu-se a necessidade de indagá-los com maiores detalhes.

2.5.6.2 Respostas dos alunos

Após analisar os dados coletados com os pais, realizou-se a análise das respostas dos alunos seguindo a mesma linha de pensamento mencionada no início desta seção. A apresentação inicia, portanto, com alguns aspectos acerca do perfil dos estudantes e, posteriormente, seguem-se as questões referentes ao foco da pesquisa.

A relevância em se obter informação a respeito do perfil dos estudantes se deu por entender-se que tais dados podem colaborar na compreensão do caso em questão. A tabela 8, a seguir, exhibe, de forma resumida, o perfil dos alunos, ressaltando que os dados coletados, na íntegra, estão dispostos no Apêndice C desta dissertação.

Tabela 8 - Perfil dos alunos do 7º ano do EF II das escolas A, B, C, e D

PERFIL DOS ALUNOS DE 7º ANO DO EF II DAS ESCOLAS A, B, C e D.

GÊNERO	
MASCULINO	48
FEMININO	52
IDADE	
Adequada para o 7º ano	24%
Superior ao adequado para o 7º ano	76%
COM QUEM RESIDEM	
Com os pais (pai e mãe)	40%
Com a mãe	30,8%
Com o pai	5,8%
Com os avós	14,2%
Outras pessoas da família	5,8%
Com terceiros	3,4%
TRABALHAM	
SIM (%)	11
NÃO (%)	89
PRÓXIMIDADE ESCOLA/ RESIDÊNCIA DO ALUNO	
Estudam próximo ou em bairros próximos de suas residências	78%
Estudam longe de sua residência	22%
MEIO DE TRANSPORTE PARA CHEGAR À ESCOLA	
Caminhando	53,4%
Transporte coletivo (Ônibus)	27,5%
Transporte particular	19,1%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos questionários respondidos pelos alunos.

Importa informar que por meio da amostra de alunos, identificou-se que o número de alunos por gênero foi bem equilibrado. Em relação à faixa etária correta

para o 7º ano, 76% dos alunos selecionados para esta pesquisa estão com idade superior à faixa etária adequada para este ano de ensino, ou seja, entre 13 a 17 anos, estando, portanto, em distorção idade-ano.

Dos 120 alunos pesquisados, 40% moram com os pais, e pouco mais que 30% moram apenas com a mãe. O número de alunos que moram apenas com o pai, com os avôs e com terceiros é de 25,8%. Há indícios de que essas evidências estão diretamente relacionadas com o acompanhamento da vida escolar dos alunos, como foi visto no início desta seção por meio das respostas dos pais, sugerindo que os alunos que têm a vida escolar acompanhada pela família estão incluídos nos 70% que moram com os pais ou com a mãe.

Foi interessante saber também se os alunos das escolas pesquisadas estavam envolvidos em alguma atividade trabalhista, constatando-se que dos 120 alunos respondentes, apenas 13 deles trabalham (10,83%). Tal interesse se deu para que se pudesse conhecer se havia interferência dessa questão no rendimento dos alunos, haja vista que estudantes que já exercem atividades trabalhistas ficam com o tempo reduzido para se dedicarem aos estudos.

Quanto à proximidade de residência dos alunos da escola onde estudam, 78% estudam próximo ou em bairros próximos de suas residências. Tal fato pode ser atrelado ao percentual de alunos que chegam à escola sem a necessidade de utilizar recurso financeiro (53,4%). Estudar próximo, ou não, do local onde o aluno reside, é fator que influencia no desempenho escolar do estudante:

(...) os fatores que determinam o desempenho cognitivo pertencem a três grandes categorias: os associados à estrutura escolar; os associados à família e àqueles relacionados ao próprio aluno. Os fatores associados à estrutura escolar dizem respeito à localização geográfica da escola; seu tamanho e organização da rotina pedagógica que podem influenciar o processo ensino e aprendizagem e conseqüentemente o desempenho nas avaliações (SOARES, 2004, p. 83).

Diante dessa ocorrência, torna-se relevante dizer que quanto mais distante da escola o aluno reside, maiores as chances de haver a infrequência e até mesmo a desistência dos estudos. O que ocorre principalmente pela questão financeira, uma vez que os pais precisarão dispor de recurso financeiro para transporte diário dos filhos,

como também para se deslocarem à escola para eventuais reuniões e/ou acompanhamento das atividades escolares.

Dessa forma, conforme dito no Capítulo 1, a CDE 3 vem realizando desde o ano de 2010 o reordenamento entre as escolas para atendimento exclusivo de todo o ciclo de ensino no mesmo bairro. No entanto, 22% dos alunos pesquisados estudam longe de suas residências, o que pode ser visto como um potencial problema com relação à participação e assiduidade desses alunos em possível implantação de aulas de reforço no contraturno.

A situação social dos educandos pode influenciar sobremaneira no desempenho dos mesmos, haja vista que na faixa etária em que se encontram os alunos no 7º ano, questões familiares e financeiras podem levar a resultados positivos ou negativos dentro do processo de ensino e aprendizagem. Esse é o momento em que há de se despertar no aluno o interesse e a vontade em aprender, e para que isso aconteça, é importante que se tenha uma relação de troca para que exista a construção do conhecimento, ressaltando que o aluno vai aprender mais facilmente aquilo que ele faz relação com o seu cotidiano.

Com relação à faixa etária dos alunos pesquisados, Bento (2007) versa sobre as mudanças que ocorrem com os alunos na fase da adolescência, seja quanto ao físico, ao emocional e ao social, destacando que tais fatores podem ser o início de uma queda no rendimento acadêmico, causando problemas sérios.

É importante destacar, que o professor que trabalha com alunos da faixa etária que compõe o início da adolescência deve estar atento para as mudanças no comportamento desses estudantes. Muitos estudantes nessa faixa etária desejam se destacar no ambiente escolar, muitas vezes procuram se envolver em projetos e atividades coletivas para que possam mostrar suas competências. Outras vezes, tentam chamar a atenção envolvendo-se em situações conflituosas.

Após se conhecer algumas questões relevantes relacionadas ao perfil do estudante pesquisado, apresenta-se as respostas desses sujeitos a partir dos eixos já mencionados: Recuperação Paralela seguido do eixo referente à relação família e escola. O quadro 7 , a seguir, mostra as questões do questionário dos alunos.

Quadro 7 - Perguntas aos alunos

PERGUNTAS AOS ALUNOS	
EIXO	PERGUNTAS
Concepção e prática da Recuperação Paralela	O que pensa sobre a Recuperação Paralela? Importância da Recuperação Paralela na vida escolar? Prática da Recuperação Paralela em sala de aula; Se sabem quando precisam fazer a Recuperação Paralela; Se sabem quanto precisavam tirar na prova de Recuperação Paralela;
Acompanhamento da família nas ações escolares	Os pais sabem quando precisam fazer a Recuperação Paralela? Como é a prova de Recuperação Paralela? Quais tipos de prova acham mais interessantes? Qual o conteúdo cobrado pelo professor na avaliação de Recuperação Paralela? Frequência com que faltam as aulas; Frequência com que levam tarefas para casa; Acompanhamento dos pais nas tarefas para casa; Quando não entendem a explicação do professor nas aulas, pedem para ele explicar novamente? Forma como o professor explica quando os alunos não entendem na primeira aula; Frequência do pedagogo em sala de aula;

Fonte: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado aos alunos.

a) Concepção e Prática da Recuperação Paralela

Por meio dos dados levantados, constatou-se que 43,4% dos alunos não sabem definir a Recuperação Paralela, ao mesmo tempo que contam com ela para serem aprovados. Já 48,5% acreditam que a Recuperação Paralela é uma prova na qual eles têm a chance de melhorar sua nota e assim serem aprovados, mas não a associam com a recuperação da aprendizagem. Somente 8,1% dos alunos respondentes entendem que a Recuperação Paralela refere-se primeiramente à aquisição de conhecimento e, por consequência, à recuperação de nota.

Pelo fato de 91,9% dos alunos não compreenderem a Recuperação Paralela como uma oportunidade de construir o conhecimento, pode-se compreender que esses visam à aprovação desconectada do conhecimento, e não percebem os possíveis

problemas futuros. Principalmente as dificuldades que podem ter quando se depararem com novos conteúdos que requerem conhecimento prévio.

Em contradição aos dados encontrados acerca da concepção de Recuperação Paralela, quando interpelados sobre a importância dessa recuperação para o seu futuro, 65% dos alunos responderam que o mais importante é aprender os conteúdos apresentados pelos professores; 32,5% preocupam-se apenas em alcançar a nota para passar; e 2,5% não estão preocupados com o futuro escolar.

Relevante atentar para a faixa etária dos alunos participantes da pesquisa, principalmente quando se trata de expectativas futuras. Tal questionamento foi idealizado no sentido de procurar perceber se os alunos entendiam que a Recuperação Paralela, realizada no sentido de sanar dificuldades e dúvidas encontradas nas aulas, seria de grande importância para o bom desempenho dos mesmos nos anos escolares subsequentes.

Visto que os alunos não possuem o entendimento que se esperava acerca da Recuperação Paralela, e ainda assim se preocupam em aprender o que é ensinado pelos professores em sala de aula, se vê a necessidade de que haja esclarecimento em torno da concepção de Recuperação Paralela, seus objetivos e sua garantia legal. Do mesmo modo, é necessário que professores, gestores e pedagogos trabalhem na mesma linha de pensamento, pois assim se pode iniciar um trabalho efetivo de construção do conhecimento com os alunos.

Mesmo com todas as concepções diferentes de Recuperação Paralela vistas nas respostas dos alunos, 61% deles afirmaram que todos os professores realizam a recuperação e 37,5% responderam que somente alguns professores a fazem. Destaca-se aqui que os alunos se referem à prova de Recuperação Paralela, coadunando com as respostas dos pedagogos e dos professores, relatadas na seção 2.5.1.

Com relação a saberem quando precisam fazer a Recuperação Paralela, 62,5% afirmaram que o professor comunica, enquanto 2,5% disseram ser informados pelo pedagogo. Enfatiza-se o percentual de 18% de alunos que disseram saber fazendo as contas das notas das provas, bem como 17% que afirmaram não saber quando precisam fazê-la.

Baseado na resposta dos alunos, percebe-se que há uma desproporção com relação ao percentual de pais que responderam saber quando o filho precisa fazer a

Recuperação Paralela. Se 62,5% dos alunos são informados pelo professor que precisam realizar essa recuperação, entende-se que o percentual de pais sabedores dessa informação deveria ser assemelhado, o que a pesquisa não relatou. Nesse sentido, corrobora-se a necessidade de melhorar o relacionamento da escola com a família.

Confrontando esses dados com o que foi coletado por meio das entrevistas com os supervisores pedagógicos (seção 2.5.2), há indícios de que a falta de acompanhamento do trabalho dos professores acerca da Recuperação Paralela pode influenciar negativamente na relação família e escola.

Complementando a questão, procurou-se saber se os alunos sabem a nota que precisam alcançar na prova de Recuperação Paralela. Assim, 77,5% dos alunos disseram que sabem porque o professor fala; 3,5% disseram saber por meio do pedagogo²²; 11% responderam que fazem as contas das notas das avaliações; e 8% afirmaram não saber o quanto precisa tirar na prova de Recuperação Paralela.

Tendo em vista que o maior número de alunos concentra-se naqueles que sabem que nota precisa obter na prova de Recuperação Paralela, há indícios de que é frisado em sala de aula que é necessário, prioritariamente, recuperar a nota, dado que ao comunicar ao aluno quanto ele precisa obter na prova, não significa que foi dito a ele que é preciso compreender a matéria.

Com relação ao percentual de alunos que disse ser informado pelo pedagogo quanto precisa obter na prova de Recuperação Paralela, destaca-se que a figura do desse profissional junto aos alunos é fundamental para o direcionamento do processo de ensino e aprendizagem. Ele que deve ser o elo entre os alunos e os professores, e assim colaborar para que as dificuldades e problemas de ensino e aprendizagem sejam minimizados.

Nessa perspectiva, os alunos foram indagados sobre a frequência com que esse profissional comparece às salas de aula, seja para conversar sobre comportamento dos mesmos, seja para falar sobre as avaliações, ou ainda passar informações. Um percentual de 24% dos alunos responderam que este profissional vai às salas; 67% disseram que o pedagogo comparece nas salas algumas vezes.

²²Faz-se uma observação: a escola A não tinha em seu quadro de lotação o Pedagogo até o momento da pesquisa, portanto, o número de alunos respondentes para esta questão foi de 90 alunos.

É importante que o pedagogo organize uma rotina que inclua dias de visitas às salas de aula, tanto para conhecer melhor as turmas, quanto para criar um elo de confiança. A partir dessas ações poderá ser aprimorado o trabalho pedagógico, no sentido de colaborar com os alunos e professores no processo de ensino e aprendizagem.

Questionados sobre seus pais saberem quando precisam fazer a Recuperação Paralela, 59% dos alunos afirmaram dizer aos pais que precisam fazê-la; 19% afirmaram que os pais sabem porque a escola os comunica; 13% disseram que os pais não sabem porque eles não dizem a eles; e 9% afirmaram que os pais não sabem porque a escola não os comunica.

Confrontando a resposta dos alunos com a dos pais sobre estes saberem quando os filhos precisam fazer a Recuperação Paralela, percebe-se que há contradição no quesito de serem informados pela escola. Levanta-se a hipótese de que há falha na comunicação entre a família e a escola, e vice-versa. Vale ressaltar que o percentual de 59% de alunos que disseram informar os pais a necessidade de realizarem a recuperação, contrapõe-se a resposta dos pais que é de 14%. Esses resultados podem indicar que os alunos inclusos nesse universo estejam tentando assumir a responsabilidade das informações aos pais.

Sobre como é a prova de Recuperação Paralela, 20% dos alunos disseram que é realizada por meio de trabalhos passados pelo professor; 16% afirmaram ser feita por meio de exercícios; 28% disseram ser por meio de provas; e 36% afirmaram ser realizada por meio de trabalhos, exercícios e provas.

O objetivo de saber de que forma é realizada a prova de Recuperação Paralela se deu para se conhecer se os professores procuram diversificar os instrumentos avaliativos, ou se utilizam os mesmos meios aplicados no decorrer do bimestre. Conforme discutido anteriormente, considera-se a avaliação da Recuperação Paralela deva ser diferenciada e adequada às dificuldades encontradas pelos alunos. Por meio das respostas dos alunos, conclui-se que o instrumento “prova” é utilizado em 64% dos casos.

Quanto ao tipo de avaliação que os alunos acham mais interessantes, 36% responderam trabalhos; 27% preferem exercícios; e 37% têm preferência por prova.

Com relação ao conteúdo cobrado pelo professor na avaliação de Recuperação Paralela, 34% disseram que o professor cobra o mesmo assunto que foi abordado na prova em que os alunos não alcançaram a nota mínima para aprovação; 42% afirmaram que o professor cobra o assunto do bimestre; e 24% disseram que o professor escolhe os assuntos para a prova da Recuperação Paralela.

As respostas dos alunos caracterizam que 76% dos professores elaboram a avaliação de Recuperação Paralela com foco no conteúdo apresentado. Dados que deixam sugestionado, por meio dos 24% que disseram serem cobrados assuntos escolhidos pelo professor, que esses assuntos possam ser aqueles nos quais os alunos encontraram dificuldades de aprendizagem.

Com base no que já foi visto no capítulo desta dissertação, é importante que a Recuperação Paralela seja realizada por meio de aulas diferenciadas e as avaliações sejam diferentes daquelas que o aluno está acostumado fazer, tendo em vista que essa recuperação deve estar voltada para as dificuldades do aluno.

Com relação à prova, muito utilizada pela maioria dos professores, Silva & Silva (2013) dizem que esse instrumento termina sendo uma verificação da presença, ou ausência, de conhecimentos definidos. Assim, entende-se que é imprescindível que as práticas avaliativas sejam diversificadas para que o aluno não fique restrito às provas, principalmente em linguagem, componente no qual é importante o fomento à construção textual.

Questionados sobre a frequência com que faltam as aulas, 42% dos alunos só faltam quando estão doentes; 27% faltam quando chove; 26,7% não costumam faltar às aulas; e 4,3% faltam sem motivo aparente, o que equivale apenas 4 alunos do universo de 120. Esses dados constataam que existe a preocupação com a assiduidade às aulas, portanto, pode-se entender que nas escolas pesquisadas a infrequência de 4,3% não é considerada motivo para dificuldades ou problemas relacionados ao ensino e à aprendizagem.

A infrequência discente é um dos fatores que influenciam negativamente no processo de ensino e aprendizagem, pois quando muitos alunos perdem conteúdos novos, ou atividades de revisão, é preciso que o professor procure mecanismos para colocar a turma em um nível de conhecimento pelo menos semelhante.

Quanto à frequência que os alunos levam tarefas para casa, 57% disseram levar tarefa para casa diariamente; 26% disseram levar tarefa semanalmente; apenas 3 alunos responderam que levam tarefa para casa uma vez ao mês; justamente 3 dos 4 alunos que faltam as aulas sem motivo aparente.

Confrontando a resposta dos alunos a esse respeito com a resposta dos pais, percebe-se que há uma disparidade nas respostas, o que leva a entender que não há acompanhamento satisfatório por parte da família nas tarefas de casa dos alunos.

Nesse aspecto, há de se refletir sobre o que o professor pretende quando decide fazer uso da tarefa para casa. Essa tarefa tem um cunho de revisão do conteúdo apresentado em sala de aula? Pois em caso de ser essa opção, é importante que essas atividades sejam corrigidas e os erros considerados junto com os alunos para que haja aprendizagem. A tarefa para casa não deve ser apenas um material que vai ficar sem utilidade no caderno do aluno.

Com relação ao acompanhamento dos pais nas atividades levadas para casa, 24% dos alunos disseram sempre receber acompanhamento dos pais para realização das tarefas de casa; 57% recebem ajuda dos pais algumas vezes; e 19% não recebem ajuda. Dentre as justificativas dos pais pelo não acompanhamento dos filhos, esses disseram que não ajudam por falta de tempo; por não terem conhecimento adequado para ajudar os filhos; e por não terem paciência para esse tipo de atividade.

Nesse quesito, os dados revelam sincronismo nas respostas dos pais e dos alunos acerca de ajuda nas tarefas para casa, ou seja, 24% de pais disseram sempre ajudar os filhos nas tarefas e 24% dos filhos disseram sempre receber ajuda dos pais nessas atividades. O quesito relacionado a não ajudar os filhos também apresentou similaridade, o que leva a crer que esse percentual de pais que não colaboram com os filhos nas atividades enviadas para casa pode estar relacionado com as dificuldades de competência técnica para orientar ou ajudar os estudantes.

Quanto à avaliação diagnóstica, que deve ser realizada principalmente no início do ano escolar, como sondagem para o professor poder saber o nível de conhecimento dos alunos e assim iniciar a apresentação dos conteúdos programáticos do currículo escolar, Luckesi (2000) diz que essa avaliação determina as ações pedagógicas do professor para aquela turma servindo de ponto de *partida* para seu trabalho. Sobre a realização dessa avaliação, 62,5% dos alunos responderam que os professores fazem

a verificação no início do ano letivo; 21% disseram que os professores não realizam avaliação diagnóstica; e 16,5% não souberam responder.

Quando os alunos não entendem o conteúdo ministrado pelo professor nas aulas, deveria ser de praxe pedir nova explicação ao professor. No entanto, apenas 47,5% dos alunos solicitam ao professor que explique novamente a matéria; 41,7% solicitam algumas vezes; e 10,8% nunca pedem novas explicações, ou seja, esses alunos perdem a oportunidade de aprender o conteúdo e seguem o ciclo sem o conhecimento prévio para os assuntos subsequentes.

Sobre a forma que o professor explica a matéria quando os alunos não entendem na primeira aula, 26% dos alunos disseram que todas às vezes o professor explica de forma diferente da primeira vez; 59% afirmaram que o professor explica de forma diferente apenas algumas vezes; e 15% disseram que nunca o professor explica de forma diferente.

Reforçando o pensamento de Weisz (2011), quando disserta que não há um único processo de ensino e aprendizagem, mas é preciso se entender que há processos distintos, sendo o de aprendizagem que é da parte do aluno, e o de ensino, que é de responsabilidade do professor. Portanto, é de fundamental importância que o professor atente para apresentar novas metodologias todas as vezes que os alunos não entenderem a primeira explicação, e assim os possibilite compreender o assunto.

É pertinente ressaltar a importância de se acompanhar o rendimento escolar, trabalho que também é atribuição do pedagogo da escola. Por meio desse acompanhamento é possível oferecer suporte aos professores quanto a novas metodologias de ensino e elaboração de avaliações.

Questionados sobre a frequência com que o pedagogo vai as salas de aula para conversar com os alunos, dos 90 alunos que responderam ao questionário²³, 24% responderam que o pedagogo vai semanalmente às salas de aula para passar informações quando falta algum professor, e ainda conversa sobre assuntos do cotidiano dos alunos, como notas e comportamento; 67% responderam que o pedagogo comparece algumas vezes em sala de aula; e 9% afirmaram que nunca comparece.

²³Ressalva-se que considerando que a escola A não tinha em seu quadro de lotação, até o momento da pesquisa, a pessoa do Pedagogo, os alunos foram orientados a não responderem a questão referente.

Diante dessas constatações, fez-se oportuno salientar que o fato do pedagogo somente adentrar as salas de aula em tempos vagos, ou seja, em absenteísmo docente, ou algumas vezes, sem fazer dessa prática uma rotina da escola. O que pode, de alguma maneira, fragilizar a relação entre esse profissional e os alunos, principalmente em questões pedagógicas.

Contudo, ressalta-se que na atualidade o pedagogo realiza diversas atividades no âmbito escolar, tendo em vista que hierarquicamente ele é a segunda pessoa a direcionar todos os trabalhos, principalmente quando o gestor está envolvido em questões externas, o que acontece muito na SEDUC/AM.

Dessa forma, é imprescindível que esse profissional tenha claro como deve ser sua rotina diária, que tenha um perfil proativo e agregador, pois com base na experiência da autora dessa dissertação enquanto pedagoga, sabe-se que em vários momentos do cotidiano escolar é necessário que decisões sejam tomadas rapidamente e ações planejadas sejam modificadas. Portanto, é importante a flexibilidade, embora essa deva ser exercida com segurança e colaboração da equipe escolar.

Nessa perspectiva, é necessário que a escola fomente entre os alunos a vontade de construir saberes, de buscar o conhecimento, principalmente naquelas disciplinas em que eles encontram maiores dificuldades de aprendizagem, e o pedagogo é a pessoa que pode fazer essa sensibilização junto aos alunos. Essas ações de sensibilização envolvem a cultura da escola quanto o processo de ensino e aprendizagem:

A essência da cultura de uma escola é expressa pela maneira como ela promove o processo ensino-aprendizagem, a maneira como ela trata seus alunos, o grau de autonomia ou liberdade que existe em suas unidades e o grau de lealdade expresso por todos em relação à escola e à educação. A cultura organizacional representa as percepções dos gestores, professores e funcionários da escola e reflete a mentalidade que predomina na organização (ROCHA et al , 2014, p. 06).

Logo, ressalta-se que a forma como a escola conduz o trabalho pedagógico reflete na solução dos dilemas existentes em sala de aula. Então, faz-se necessário que o gestor escolar, coadunado com o pedagogo e os professores, trabalhe em conjunto, tratando os assuntos com os alunos na mesma linha de pensamento, pois se acredita que a partir dessa ação é possível criar um vínculo de confiança e segurança entre os estudantes e a escola.

Nessa perspectiva, a Recuperação Paralela também é ponto de pauta que deve ser tratada e direcionada de maneira que os alunos sejam esclarecidos da sua importância e aplicabilidade, pois se entende que dessa forma a recuperação seria melhor desenvolvida.

2.6 ACHADOS RELEVANTES ENCONTRADOS NA PESQUISA DE CAMPO

O propósito deste estudo de caso foi investigar a prática da Recuperação Paralela em quatro escolas de EF II da CDE 3, especificamente, nas turmas do 7º ano nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática.

A justificativa para se investigar a prática da Recuperação Paralela surgiu a partir do monitoramento do desempenho das escolas por meio do Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas – SIGEAM. Percebeu-se que durante os bimestres letivos havia instabilidade no número de alunos que não alcançaram a média, e nos primeiros bimestres esse número era elevado, variando e chegando ao último bimestre com grande queda, o que caracteriza que muitos alunos só conseguiam ser aprovados no final do ano letivo.

Na fase exploratória da pesquisa, percebeu-se por meio do monitoramento do desempenho das escolas pelo SIGEAM, que as turmas de 7º ano apresentavam índice de reprovação instável nos três primeiros bimestres letivos, e quando o 4º bimestre transcorria, esses índices diminuía. Foram selecionadas, portanto, as quatro escolas de EF II da CDE3 com as maiores flutuações no índice de reprovação.

A partir dessa seleção, analisou-se isoladamente cada escola para saber se haviam realizado a Recuperação Paralela. Por meio do Diário Digital apenas uma escola realizou a Recuperação Paralela nos dois componentes curriculares; uma escola não realizou em nenhum dos componentes curriculares; e duas escolas realizaram em apenas em um componente curricular cada uma.

Frente a essas observações, julgou-se conveniente averiguar a prática da Recuperação Paralela e identificar as dificuldades dos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Em princípio, procurou-se compreender qual a concepção de Recuperação Paralela que os atores escolares tinham (supervisor pedagógico, gestor escolar, pedagogo, professores, pais e alunos), assim como, de que forma os professores

realizavam tal ação pedagógica em sala de aula. Desse modo, considerou-se importante saber de que maneira é realizado o suporte oferecido pela CAP EF II/ CDE 3.

Conforme os achados desta pesquisa, constatou-se que há necessidade de se promover maior participação dos pais nas ações da escola, bem como em acompanhar o desempenho dos alunos, haja vista que a maioria dos pais só comparece à escola quando é chamado, ou em reuniões para entrega de notas. Verificou-se também que o pedagogo das escolas precisa ter um entrosamento maior com os professores e direcionar as ações e dificuldades encontradas por eles em sala de aula.

Quanto ao gestor, verificou-se que ele tem um vasto conhecimento acerca do que é e como deveria ser realizada a Recuperação Paralela. No entanto, por falta de tempo do professor regente em realizar a recuperação logo após as primeiras percepções que consegue ter, essa recuperação só é realizada após a nota da primeira avaliação (AV1). Portanto, nesse momento, já não consegue rever os conteúdos não compreendidos pelo aluno, apenas se aplica outra avaliação na esperança de que o aluno consiga alcançar uma nota superior àquela obtida anteriormente.

A pesquisa de campo mostrou que a concepção de Recuperação Paralela não é a mesma entre os atores escolares, havendo, portanto, pensamentos divergentes a respeito. Os supervisores escolares mostraram ter conhecimento e segurança sobre a prática da Recuperação Paralela, mas não recebem formação específica que lhes possibilite levar ao professor novas metodologias e os incentive a realizar com efetividade a ação pedagógica.

Os gestores entrevistados mostraram compreender o objetivo da Recuperação Paralela para o rendimento dos alunos, mas não cobram a ação dos professores por acreditarem que falta tempo para que essa seja posta em prática. Não se detectou segurança por parte dos pedagogos entrevistados em relação à concepção e acompanhamento da prática da Recuperação Paralela realizada pelos professores, e estes por sua vez, compreendem que o aluno precisa ser oportunizado com outras aulas que possibilitem a construção do conhecimento. Ficam ainda amarrados pelo cumprimento do currículo e a cobrança por parte dos gestores pelo desempenho da escola.

Os pais demonstraram preocupação com a aprendizagem dos filhos, porém não compreendem como se dá a prática da Recuperação Paralela em sala de aula, assim como informaram não receber informações da escola a esse respeito. Já os alunos, mais de 40% não apresentaram uma definição acerca da Recuperação Paralela, muito embora se apoiem nessa ação para aprovação em todos os bimestres. Quase metade do total dos alunos participantes da pesquisa entende a Recuperação Paralela como uma prova que os permite uma chance de melhorar a nota. Preocupam-se mais com as notas do que com a aprendizagem.

Em relação à prática da Recuperação Paralela em sala de aula, constatou-se que é aplicada uma prova aos alunos que estão com nota inferior ao mínimo para o bimestre em curso, considerando-se ao final a maior nota alcançada pelo aluno. Vale ressaltar que a pesquisa de campo não encontrou evidências de que os professores realizem a recuperação de conteúdos não assimilados pelos alunos.

É importante esclarecer que se entende a correlação existente entre a aprendizagem, a avaliação, a recuperação e a aferição de notas, tendo em vista que é por meio da nota que o aluno vai galgando os anos escolares subsequentes. O que se considera, primeiramente, é que ao mesmo tempo em que o aluno toma posse de determinado conhecimento, ele tem maiores chances de alcançar notas satisfatórias. Uma vez apoderado de saberes, esse aluno terá menos dificuldades quando for avaliado. Ao contrário, o aluno que não compreendeu o conteúdo apresentado em sala de aula e não teve uma nova chance de aprendizagem, esse aluno terá maiores probabilidades de não alcançar a média mínima para aprovação no bimestre.

Sobre a ferramenta *web*, o Diário Digital, idealizada para facilitar a rotina docente, constatou-se que existindo a possibilidade de substituição de nota, pelo professor, no campo específico para o lançamento da nota de Recuperação Paralela, tal ação não permite que se visualize a realização da recuperação, indicando que não houve essa ação pedagógica.

Quanto ao acompanhamento do trabalho do docente acerca da Recuperação Paralela, constatou-se que há fragilidade por parte da gestão escolar e do pedagogo, haja vista que nenhuma escola possui um instrumento de acompanhamento específico. Fato corroborado pelos supervisores pedagógicos, que afirmaram não existir também

na CAP EF II da CDE3 nenhuma forma sistematizada de monitoramento das ações de Recuperação Paralela.

Outro aspecto percebido foram as divergências nas orientações pedagógicas oferecidas pela CAP EF II da CDE3 às escolas, principalmente no que se refere à prática da Recuperação Paralela. Considerando que as orientações e o repasse de informações devem ser comuns a todas as escolas. Verificou-se que a ação não ocorreu dessa forma. Esse fato caracteriza falha no suporte oferecido às escolas.

Por meio das entrevistas com os pedagogos e gestores, foi possível constatar que os supervisores pedagógicos não levam às escolas informações sistematizadas acerca da Recuperação Paralela, ficando essa questão tratada de modo diferente por cada supervisor.

A pesquisa de campo mostrou também a inexistência de formação continuada acerca da Recuperação Paralela para supervisores, gestores, pedagogos e professores, tanto por parte da SEDUC/AM, como também da CAP EF II/ CDE3.

Com relação à participação dos pais nas ações da escola e acompanhamento da vida escolar de seus filhos, percebeu-se que há fragilidade nesse quesito, no entanto, entende-se que tal fragilidade pode ser minimizada com reuniões de sensibilização e ações que atraiam os pais à escola.

Outro aspecto que chamou atenção foi o fato dos pais desconhecerem a Recuperação Paralela, tanto sua concepção, quanto na sua prática. Os pais precisam compreender como se dá o processo de ensino e aprendizagem, principalmente o que é a Recuperação Paralela e de que forma a escola trabalha com os alunos. Somente assim poderão colaborar com as ações da escola e ajudar os filhos a melhorarem seu desempenho escolar.

Quanto às aulas de reforço, a pesquisa evidenciou que o Projeto Criando Oportunidade/ Reforço Escolar, que foi descontinuado no ano de 2015, apresenta fragilidades no que se refere ao monitoramento e acompanhamento pelo setor competente da SEDUC, haja vista que os acadêmicos/estagiários contratados para ministrarem aulas de reforço, muitas vezes são aproveitados na escola para substituir os professores ausentes, descaracterizando o que foi estabelecido para o projeto.

Tendo como escopo enfrentar as dificuldades encontradas na pesquisa decampo e aqui resumidas, apresenta-se no Capítulo 3, um PAE com três focos

específicos: a SEDUC/AM, a CAP EF II/ CDE e as três escolas selecionadas para a pesquisa. Ressalta-se que o PAE tem a finalidade de propor melhorias para a efetividade da prática da Recuperação Paralelas nas escolas de EF II da CDE 3.

3. AÇÕES PARA A MELHORIA DA PRÁTICA DA RECUPERAÇÃO PARALELA NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II DA CDE 3

Com o propósito de melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem nas escolas de Ensino Fundamental II da CDE 3, considera-se imprescindível que a prática da Recuperação Paralela seja efetiva, ressaltando que a recuperação de conteúdos deve anteceder a recuperação de notas.

Nesta direção, o Capítulo 1 referiu-se à legalidade da Recuperação Paralela; ao contexto do estado do Amazonas destacando o sistema de avaliação interna e externa; ao reforço escolar; ao Diário Digital; à CDE 3; e à contextualização das escolas selecionadas para este estudo.

No Capítulo 2 foi relatado o percurso metodológico da pesquisa, ressaltado que se trata de uma abordagem qualitativa de pesquisa e baseada em um estudo de caso com o propósito de investigar a prática da Recuperação Paralela nas escolas selecionadas.

O Capítulo 3 tem como objetivo apresentar o Plano de Ação Educacional – PAE, desenvolvido a partir das análises dos dados coletados nesta pesquisa e que traz sugestões de melhorias para a prática da Recuperação Paralela nas escolas.

Ressalta-se que a pesquisa foi realizada em quatro escolas da rede pública estadual do Amazonas, especificamente escolas de Ensino Fundamental II da Coordenadoria Distrital de Educação 3/ SEDUC. A questão norteadora deste estudo foi: Quais ações a Coordenadoria Adjunta Pedagógica da Coordenadoria Distrital de Educação³ vem realizando para dar suporte à equipe gestora das escolas que estão sob sua responsabilidade para a realização da Recuperação Paralela? Como eixos de análises optou-se focalizar na prática da Recuperação Paralela em sala de aula e no suporte oferecido pela CAP EF II/CDE 3 para as escolas.

Conforme visto no Capítulo 1, a Recuperação Paralela possui embasamento legal, portanto, pretende-se, com este plano, apresentar uma proposta de melhoria que venha minimizar os problemas encontrados e retratados nos capítulos 1 e 2 sobre a prática da Recuperação Paralela e o suporte oferecido pela CAP EF II/CDE 3.

As propostas feitas neste plano estão direcionadas à SEDUC/AM, à equipe da CAP EF II da CDE 3 e às escolas. Seu período de aplicabilidade deve transcorrer

durante todo o ano escolar. O plano é flexível e deve ser constantemente avaliado e adaptado conforme a necessidade e de acordo com os resultados do rendimento dos alunos.

3.1 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Fundamentado nos achados da pesquisa de campo, e respeitando o dispositivo especificado na carta magna do país que garante ao aluno com dificuldade de aprendizagem a recuperação de estudos, identificaram-se divergências que prejudicam a realização da prática de Recuperação Paralela nas escolas. Desse modo, o PAE foi elaborado com o objetivo de disponibilizar estratégias viáveis para minimizar as fragilidades encontradas por meio desta pesquisa. Assim, almeja-se aguçar o confronto com os desafios para a realização correta da Recuperação Paralela e, portanto, promover a melhoria na aprendizagem dos alunos e também no desempenho escolar.

Nesse caminho, serão apresentadas propostas de ações a serem desenvolvidas no âmbito da SEDUC/AM, da Coordenadoria Adjunta Pedagógica da CDE 3 e das escolas. Pensou-se dessa forma por se entender que a mudança e quebra de paradigmas em torno da prática da Recuperação Paralela devem acontecer em todos os setores, partindo do macro até a escola, que é seu campo de ação.

Para apresentação do PAE, optou-se por fazer uso da ferramenta 5W2H, a qual dispõe das questões: What (o que será feito?); Why (Por que será feito?); Where (Onde será feito?); When (Quando será feito?); Who (Por quem será feito?); How (Como será feito?) e Howmuch (quanto custará fazer?). A ferramenta 5W2H, de acordo com Luck (2001) é um método básico que antecede e monitora as ações da gestão.

Vale ressaltar que, embora as propostas de ações desenvolvidas neste plano sejam destinadas às escolas pesquisadas, conjectura-se que elas possam ser desenvolvidas também em outras unidades de ensino, pois se entende que frente à amplitude do tema e a necessidade de se promover a aquisição dos saberes nos estudantes, é importante que se crie oportunidade para os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Ressalta-se ainda que as ações, se adequadas, podem ser aplicadas nos três seguimentos de ensino e em qualquer escola da rede.

3.1.1 Propostas a serem realizadas pela SEDUC/AM

As primeiras ações pensadas foram sugestões à SEDUC/AM, haja vista que as propostas citadas requerem aporte do macro sistema para sua realização. É relevante enfatizar que o PCO foi criado para beneficiar os alunos da rede pública estadual, sendo, portanto, uma política de Estado. Todavia, ele é aplicado nas escolas sob o gerenciamento do gestor escolar e pedagogo, sendo eles responsáveis pelo acompanhamento de todo o processo, monitoramento das ações e avaliação. Nessa perspectiva, preconiza-se que a SEDUC/AM viabilize a reativação do projeto, e quanto a isso, consta no quadro 7, estratégias exequíveis de serem postas em prática.

A SEDUC/AM conta em sua estrutura administrativa com o Centro Padre Anchieta (CEPAN) que é responsável, dentre outras coisas, pelas formações em serviço aos servidores. Nesta ótica, recomenda-se que sejam realizadas formações sobre o tema “Recuperação Paralela”.

3.1.1.1 Reativação do Projeto Criando Oportunidade/ Reforço Escolar

O Projeto Criando Oportunidade/ Reforço Escolar, idealizado pela SEDUC/AM e desenvolvido nas escolas, surgiu como uma alternativa para melhorar o desempenho dos alunos, ou seja, para agrega possibilidades de melhorias no processo de ensino e aprendizagem. Assim, entende-se que as aulas de reforço podem estimular o interesse pela formação do saber naquele aluno que encontra dificuldades em acompanhar as aulas.

Conforme visto no Capítulo 1, o projeto foi pensado para atender a todas as escolas da rede, no entanto, ele contemplou apenas algumas escolas que apresentavam altos índices de reprovação nas avaliações internas nos anos de 2014 e 2015. Ressalta-se que em 2016 os alunos não receberam atendimento do PCO/ Reforço Escolar em nenhuma escola da rede.

Por meio do monitoramento das escolas, realizado pelos supervisores pedagógicos, foi possível verificar durante as visitas que é preciso melhor acompanhamento do gestor, pedagogo, como também da equipe da CAP EF II/CDE 3.

Não obstante, acredita-se na possibilidade de resultados positivos no desempenho dos alunos por meio da reativação do projeto nas escolas, pois as aulas de reforço aos alunos com dificuldade de aprendizagem oportunizam a esses estudantes reforçar o conteúdo que não foi bem compreendido durante a aula e que deixou lacunas na aprendizagem.

Acerca de Reforço Escolar, temos que:

[...] reforço escolar diz respeito a uma situação em que, não estando o conhecimento ainda totalmente apreendido pelo aluno, o professor o reforça, o revigora, o torna mais forte, suplementando-o para ser assimilado (YACOVENCO, 2011, p. 57).

A partir da ideia de Yacovenco (2011) de que por meio do reforço escolar o professor deve tornar o conhecimento mais forte, ressalta-se a necessidade de que o projeto em pauta seja reativado. E, para tal, será necessário que a SEDUC/AM, por meio GERVS e do DEPPE, empenhem-se em resgatar o projeto, viabilizando a execução do mesmo no sentido da contratação de acadêmicos/ estagiários de Língua Portuguesa e Matemática para atendimento aos alunos nas escolas. O investimento necessário para essa ação será calculado com base na hora/aula paga para estagiário, conforme contrato de trabalho, especificado pela GERVS – SEDUC/AM.

A reativação do PCO/ Reforço Escolar se dará por meio de lotação de acadêmico/ estagiário de Língua Portuguesa e Matemática para atender a alunos que apresentam dificuldades em acompanhar as aulas ministradas pelo regente da turma, portanto, com dificuldades de aprendizagem.

A lotação desses profissionais contratados especificamente para aulas de reforço escolar, deve ser realizada, prioritariamente, nas escolas que apresentaram os maiores índices de reprovação nas avaliações internas no ano de 2016. A *posteriori*, nas demais escolas, sempre considerando o número de alunos com mais dificuldades de aprendizagem.

O acompanhamento e monitoramento da execução do projeto devem ser realizados pela Gerência de Ensino Fundamental II, que faz parte do Departamento de Políticas e Programas da SEDUC/AM (DEPP). É esse departamento que deverá demandar todas as ações do projeto para a CAP EF II/ CDE 3, que pela

Coordenadoria, fará o trabalho de acompanhamento e monitoramento do projeto junto às escolas.

3.1.1.2 Formação Continuada sobre Recuperação Paralela para supervisores pedagógicos e gestores escolares

A partir da compreensão da necessidade de uma formação específica voltada para a compreensão da Recuperação Paralela, incluindo sua legalidade e aplicabilidade, ou seja, formação técnica e roda de debates, propõe-se que a SEDUC/AM ofereça aos supervisores pedagógicos e gestores escolares essa formação. Entende-se que a partir dessa formação, esses profissionais possam multiplicar nas escolas todo o aprendizado adquirido nas formações. Ainda de maneira segura, acompanhar, monitorar, avaliar e adequar o trabalho docente nas escolas.

Entende-se que o gestor escolar deve ser o sujeito que vai direcionar, mediar e avaliar do o trabalho dentro da escola. Pode não ser ele a pessoa que vai trabalhar diretamente com os professores nas ações pedagógicas que passam pelo processo de ensino e aprendizagem, no entanto, ele deve conhecer todas as minúcias que emanam do processo. Dessa forma ele poderá tomar as decisões adequadas, tendo sempre em mente a melhoria da qualidade da educação e o desempenho do aluno. Vale ressaltar que para auxiliar o gestor é:

[...] preciso fornecer os instrumentos administrativos, a formação adequada para o cargo e uma maior área de manobra. Bem sabemos, a real autonomia das escolas é um dos fatores mais proximamente associados a bons resultados acadêmicos. Não se trata de deixar o diretor fazer o que lhe der na telha, mas especificar de modo centralizado aonde se quer chegar (CASTRO, 2011, p 1).

Castro (2011) diz ainda que “a escola tem a cara do diretor”. Acredita-se que sobre o gestor está a maior responsabilidade sobre a escola, mas é fundamental que a ele seja oferecido suporte, por meio de formação, para que ele possa realizar um trabalho harmônico com as necessidades e anseios da comunidade escolar, estabelecendo sua forma própria de trabalhar.

Nesse sentido, faz-se necessária uma mudança de paradigma dos gestores escolares, e para tal se propõe que o gestor passe anualmente por formação continuada em serviço para que possa estar sempre em contato com novas práticas.

Para que possa renovar anualmente suas metas e ações acerca do acompanhamento e monitoramento da prática da Recuperação Paralela. O objetivo é amenizar a defasagem de aprendizagem existente nos alunos por meio da realização de uma Recuperação Paralela de qualidade.

Propõe-se que a formação oferecida pela SEDUC/AM seja realizada todo início de ano letivo, na primeira quinzena do mês de março, com carga horária de oito horas. O público-alvo deve ser os supervisores pedagógicos dos três segmentos de ensino e os gestores das escolas de EF II da CDE 3, o que resulta em torno de 30 pessoas. Ressalta-se que tal proposta também pode ser ampliada para as demais CDEs, ficando a critério do CEPAN.

O conteúdo que será trabalhado na formação é referente à prática da Recuperação Paralela, especificamente sua legalidade, aplicabilidade, procedimentos metodológicos e instrumentos de avaliação que possam contribuir para a aprendizagem dos alunos.

O CEPAN/SEDUC, em parceria com a Gerência do Ensino Fundamental II (GENF II), fornecerá os profissionais para a formação, pois a SEDUC/AM dispõe de pessoal capacitado para esse tipo de ação. O local para realização da formação deve ser indicado pela CDE 3, que na oportunidade, elegerá uma escola com auditório disponível para atender ao público participante.

Tendo em vista que não se pode, por meio deste plano de ação, interferir no planejamento do uso dos recursos financeiros do CEPAN, propõe-se que os gestores disponibilizem parte do material a ser utilizado na formação, o que pode ser adquirido com recurso do PDDE que destina recursos para aquisição de material pedagógico.

As ações sugeridas à SEDUC/AM encontram-se detalhadas no quadro 8 – plano de ação Educacional da SEDUC/AM.

Quadro 8 - Plano de Ação Educacional da SEDUC/AM

O quê?	Por quê?	Onde?	Quando?	Quem?	Como?	Quanto?
Reativação do PCO/ Reforço Escolar	Aulas de reforço escolar exercem influência na aprendizagem dos alunos e causam impacto no desempenho escolar.	O projeto será reativado burocraticamente pela SEDUC/AM, e executado nas escolas.	Fevereiro	GERVS e DEPPE / SEDUC/AM	A SEDUC/AM por meio das GERS e em parceria com o DEPPE elaborará o edital para contratação de acadêmicos/ estagiários de Língua Portuguesa e Matemática, e posteriormente fará a contratação dos mesmos.	Hora aula paga para estagiário conforme contrato firmado com a empresa contratada.
Formação Continuada sobre Recuperação Paralela para supervisores pedagógicos e gestores escolares. Conteúdo programático: ECA, Artigo 53, incisos I, II e III; lei nº 8.069 de 13/07/90, LDB nº 9.394/96; diagnóstico das dificuldades dos alunos; intervenções pedagógicas; elaboração de atividades e avaliações diversificadas; o processo de ensino e aprendizagem.	Para que estes profissionais conheçam a legalidade e aplicabilidade da Recuperação Paralela.	Auditório de uma escola, indicado pela CDE 3.	1º quinzena de março.	Formadores do CEPAN/ SEDUC.	Com carga horária de 12h, sendo 4h por dia, em 3 dias, nos turnos matutino e vespertino, cada profissional no seu horário de trabalho. A formação será realizada pela equipe de formadores do CEPAN/ SEDUC, em parceria com a Gerência do Ensino Fundamental II (GENF II).	O material necessário para formação deve ser disponibilizado por cada escola participante por meio do PDDE. Serão: 30 pastas; 30 canetas; 6 pincéis para quadro branco; 5 jogos de pincel atômico grosso; papéis diversos para confecção de material e apresentação; e computadores que já disponíveis na escola. Material Humano: Formadores do CEPAN/SEDUC e GENF II

Fonte: Elaboração própria.

3.1.2 Propostas de Ações de Suporte Técnico-Pedagógico da CAP EF II às Escolas de Ensino Fundamental II da CDE 3

Conforme visto e analisado após a pesquisa de campo, evidenciou-se que os professores se apropriam da legislação que garante a Recuperação Paralela aos alunos com dificuldades de aprendizagem, assim como foi constatado que a CAP EF II/CDE 3 não possui um instrumento específico para acompanhamento e monitoramento dessa ação pedagógica.

Foi percebido ainda que é imprescindível que a CAP EF II/ CDE 3 acompanhe e monitore detalhadamente a execução do PCO, garantindo assim que os alunos com dificuldades de aprendizagem tenham a oportunidade de rever os conteúdos e minimizar os obstáculos que os impediram de acompanhar a dinâmica ministrada em sala de aula.

Nesse sentido, elaborou-se ações de responsabilidade da CAP EF II/ CDE 3 e que devem ser implementadas no sentido de aprimorar o suporte oferecido às escolas no que concerne à Recuperação Paralela. A proposta inclui um Workshop de práticas exitosas de Recuperação Paralela com o objetivo de compartilhar as práticas realizadas pelos professores.

3.1.2.1 Apresentação do resultado da pesquisa aos sujeitos investigados

Com o objetivo de levar a comunidade envolvida na pesquisa a conhecer os dados encontrados, propõe-se que sejam realizados encontros, por categorias (profissionais da escola, pais), para que essas informações sejam repassadas.

A pesquisadora deverá entrar em contato com o gestor de cada uma das quatro escolas pesquisadas para prévio agendamento e informações acerca da dinâmica de apresentação. Para cada categoria de sujeitos participantes da pesquisa serão apresentados os dados sintetizados encontrados por meio dos instrumentos de pesquisa. Esses dados serão apresentados em quadros e tabelas com a utilização de equipamento de projeção.

Gestor, pedagogo e professores de Língua Portuguesa e Matemática devem ser os primeiros a tomar conhecimento dos dados encontrados. Esse encontro desse ser realizado na semana pedagógica, que acontece no início do ano letivo, antes dos alunos iniciarem os estudos. Deverá ser incluída na pauta das quatro escolas pesquisadas, a participação da pesquisadora para que apresentem os dados encontrados, assim como, as propostas de melhoria que podem ser realizadas no âmbito escolar.

Aos pais a apresentação deverá ser realizada na primeira reunião de pais e mestres que acontece geralmente no primeiro mês do calendário escolar. Nessa ocasião os pais dos alunos que fizeram o 7º ano em 2016, e, portanto, participaram da pesquisa, serão informados dos dados encontrados, bem como das propostas sugeridas à escola para melhoria do desempenho dos alunos que encontram dificuldades de aprendizagem.

Aos alunos a informação deverá ser transmitida em sala de aula, por turma participante da pesquisa, em data pré-agendada contando com a presença do gestor e do pedagogo da escola.

Informa-se que essa ação não trará custos extras, pois a pesquisadora utilizará note book pessoal e as escolas possuem data show pra projeção do material.

3.1.2.2 Formação continuada em serviço para professores sobre a Recuperação Paralela

Inicialmente, propõe-se à CAP EF II a realização de formação continuada em serviço aos professores sobre o processo de Recuperação Paralela com o propósito de melhorar as práticas pedagógicas realizadas por eles em sala de aula. Nesse momento serão vistos a parte legal, estudo de casos, novas metodologias e apresentação de casos de sucesso.

A formação será realizada na segunda quinzena do mês de março, início do ano escolar, pelos supervisores pedagógicos da CAP EF II/ CDE 3. Esses já deverão ter recebido formação específica realizada pelo CEPAN – SEDUC/AM. A carga horária da formação será de 12h, sendo 4h por dia, em 3 dias, nos turnos matutino e vespertino.

Cada professor deverá participar no mesmo horário em que trabalha na escola. O professor de 40h deverá ir para a escola no período contrário à formação. Ressalta-se que todos os participantes receberão certificado expedido pela CDE 3.

Os supervisores pedagógicos deverão informar aos gestores escolares da realização da formação, além disso, solicitar que seja encaminhada para a CDE 3 a relação nominal dos professores participantes por componente curricular e turno de trabalho, acrescido de e-mail e telefone para contato. O gestor deve ser orientado sobre a necessidade de informar ao professor de sua participação, bem como liberação desse profissional para o evento.

Posteriormente, o supervisor deverá preparar antecipadamente toda a formação, devendo: confeccionar convite para os professores, podendo ser único e fixado na sala dos professores e enviado por e-mail, deve constar da data, do horário e local de início e término; preparar a relação nominal única dos participantes com o nome da escola e turno que trabalha, ainda o componente curricular que ministra, e-mail e telefone para contato; elaborar a apresentação da temática em *slides*; confeccionar crachás e *kit* para pastas dos participantes; imprimir frequência nominal dos participantes; comprar material para lanche para o dia do evento; confeccionar folder; e realizar a Formação.

Os temas trabalhados na formação deverão ser fomentados pelo gestor e pedagogo das escolas na última reunião pedagógica do ano letivo anterior ao da formação. Considerando que a temática principal é a Recuperação Paralela, nessa reunião poderão ser lançadas propostas de temas derivados da principal e os professores poderão escolher os temas que presumem serem os mais pertinentes diante das dificuldades que encontram em suas práticas pedagógicas.

Informa-se ainda que o custo total da formação está orçado em R\$751,00, podendo ser ajustado conforme a necessidade, bem como a disponibilização de recursos.

3.1.2.3 Elaboração de instrumentos de acompanhamento e monitoramento da Recuperação Paralela

Conforme verificado por meio da pesquisa de campo, e apresentado no capítulo 2, a CAP EF II/ CDE 3 não possui um instrumento específico para o acompanhamento e monitoramento da Recuperação Paralela junto às escolas.

Acreditando-se ser esse um potencial recurso de mapeamento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, pretende-se sugerir que esse instrumento seja elaborado. O instrumento deve ser preenchido pelo professor, por turma, e necessariamente conter o nome dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Também o conteúdo programático que o aluno não está acompanhando e de que forma o professor pretende trabalhar as dificuldades. Ainda conter as datas e metodologia a ser utilizada. Deverá ser elaborado também um instrumento de acompanhamento e monitoramento da CAP EF II/ CDE 3 às escolas. O instrumento da CAP EF II deverá ser preenchido pelo supervisor pedagógico na visita de assessoramento, nele devem constar as ações realizadas pelos professores, por componente curricular, os resultados encontrados e as propostas de redirecionamento, caso haja necessidade. Entende-se que essa seja uma forma de se ter um retrato da situação durante todo o ano escolar.

Ressalta-se que essa ação não acarretará custos extras à CDE 3, tendo em vista que será realizada pela equipe da CAP EF II/ CDE 3 e todo o material utilizado está disponível no próprio setor, como computadores, papel e impressão.

3.1.2.4 Acompanhar e monitorar a reativação do PCO/ Reforço Escolar

Os supervisores pedagógicos realizarão o acompanhamento e monitoramento do projeto durante o assessoramento pedagógico realizado semanalmente nas escolas. Em conversas com o gestor, pedagogo e professores, e de posse do instrumento elaborado para esse fim, será possível conhecer quais ações estão sendo realizadas; quantos alunos por turma estão com dificuldade de aprendizagem; e quantos estudantes estão sendo contemplados com o reforço escolar.

Por meio desse acompanhamento e monitoramento direto, o supervisor poderá avaliar, diagnosticar as fragilidades e os acertos, replanejar as ações quando necessário e buscar ajuda junto à GENF para as situações que fogem ao seu poder de decisão.

Ressalta-se que essa ação será realizada durante todo o ano letivo e não acarretará custo extra à SEDUC/AM, bem como à CDE 3, pois será incluída como um dos procedimentos na visita semanal que tais profissionais já realizam na escola.

3.1.2.5 Workshop de práticas exitosas na Recuperação Paralela

A oficina de práticas exitosas é uma ação pedagógica utilizada para socialização de experiências realizadas pelos professores em sala de aula. O objetivo é informar e colaborar com os demais professores e assim possibilitar que muitos possam realizar a Recuperação Paralela de forma a possibilitar ao aluno a construção do conhecimento. Busca-se promover a recuperação do conteúdo não assimilado pelo aluno para posterior avaliação e recuperação de nota.

Os supervisores pedagógicos farão a seleção das quatro melhores práticas conhecidas por eles por meio dos assessoramentos nas escolas. Os professores serão comunicados da escolha e de sua participação na oficina. Eles serão orientados quanto à forma que deverão apresentar sua prática aos demais colegas e será solicitada ao professor a relação de material necessário para sua apresentação.

De posse dessas informações, os supervisores providenciarão o material solicitado pelos professores, juntamente com o Coordenador Adjunto Pedagógico e Coordenador Distrital, e será dado início ao processo de preparação para a oficina. Nessa fase, será adquirido o material necessário e providenciado a parte burocrática e logística para que a oficina aconteça a contento.

Sobre a logística necessária, destaca-se: convite aos gestores e professores de Língua Portuguesa e Matemática, convite ao representante da GENF – SEDUC/AM, que poderá ser feito via e-mail institucional; frequência para controle dos participantes; escolha de lanche e aquisição de mantimentos para o mesmo.

Informa-se que o custo desta ação está mensurado em R\$260,00 podendo sofrer alteração conforme a necessidade apresentada na ocasião do evento. Ressalta-se que as ações destinadas à CAP EF II/ CDE 3 estão elencadas no quadro 9 – Plano de Ação Educacional da CAP EFII/CDE 3.

Quadro 9 -Plano de Ação Educacional da CAP EF II/ CDE 3

O quê?	Por quê?	Onde?	Quando?	Quem?	Como?	Quanto?
Apresentação do resultado da pesquisa a todos os sujeitos investigados (Feedback).	Para que todos os sujeitos envolvidos na pesquisa tenham conhecimento dos dados encontrados.	Nas quatro escolas pesquisadas.	Mês de março.	Pesquisadora.	Gestores, pedagógicos e professores de Língua Portuguesa e Matemática: na semana pedagógica. Pais: na 1ª reunião do ano letivo. Alunos: em sala de aula.	Notebook: próprio Data show: equipamento da escola. Material humano: custo zero.
Formação continuada em serviço para professores sobre a Recuperação Paralela. A formação terá carga horária de 12h, sendo 4h por dia, em 3 dias, nos turnos matutino e vespertino, cada professor no seu horário de trabalho.	Para que os professores conheçam a legalidade e aplicabilidade da Recuperação Paralela. Para propiciar o aperfeiçoamento da prática da Recuperação Paralela do professor, com o intuito de que ele potencialize as intervenções e assim, impulsione o progresso dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.	Auditório da ETI Sen. Petrônio Portella	2ª quinzena de março.	Supervisores Pedagógicos.	A formação será realizada pelos supervisores pedagógicos da CAÇP EF II/ CDE 3, que também serão responsáveis pela elaboração do material utilizado. Os temas trabalhados na formação serão os que foram sugeridos pelos professores em reunião nas escolas.	120 pastas: R\$240,00 120 canetas: R\$120,00 4 pincéis para quadro branco: R\$16,00 5 jogos de pincel atômico grosso: R\$25,00 Papéis diversos para confecção de material e certificado: R\$200,00 Computador e data show: custo zero (da escola) Impressão de certificados: impressora da CDE 3. Lanche para 120 pessoas: R\$150,00 Formadores: supervisores da CDE 3 -: custo zero. TOTAL: R\$751,00

O quê?	Por quê?	Onde?	Quando?	Quem?	Como?	Quanto?
Elaboração de instrumentos de acompanhamento da Recuperação Paralela: Para a escola acompanhar o trabalho do professor; Para a CAP/ EF II acompanhar as escolas	Para sistematizar o acompanhamento da prática da Recuperação Paralela nas escolas de EF II da CDE 3.	CAP EF II/ CDE 3	Março	Supervisores Pedagógicos e Coordenador Adjunto Pedagógico	Deverão ser elaborados dois instrumentos, sendo uma para ser utilizado pelas escolas e outro para ser utilizado pelo supervisor pedagógico.	Computador Papel Ofício para impressão Obs.: Esse material tem disponível na CDE 3. Custo zero.
Acompanhar e monitorar a reativação do PCO/ Reforço Escolar	Para garantir a aplicabilidade do projeto, colaborando nas possíveis dúvidas e realizando o link com o DEPPE.	Escolas	Fevereiro a novembro	Supervisores Pedagógicos.	Durante o assessoramento pedagógico realizado semanalmente.	Material humano. Custo zero.
Workshop de práticas exitosas na Recuperação Paralela em língua portuguesa e matemática.	Para socializar as experiências exitosas dos professores acerca da Recuperação Paralela com o intuito de colaborar com outros professores.	Auditório da ETI Sen. Petrônio Portella	Julho	Supervisores Pedagógicos, Coordenador Adjunto Pedagógico e professores.	Os supervisores farão a seleção das quatro melhores práticas pedagógicas e os professores serão orientados de como participarão da oficina.	Cartolina/ Papel ofício/ Pincel atômico/ Lápis/ Canetas. R\$ 60,00. Lanche para 130 pessoas. R\$200,00 Computador e data show: Custo zero TOTAL: R\$260,00

Fonte: Elaboração própria.

3.1.3 Propostas a serem realizadas pelas escolas

Ao entender que a escola é um local de construção de saberes, valorizando o potencial do educando e buscando incentivá-lo a ser melhor a cada dia, ainda coadunando relações de educação e cidadania, portanto, com direitos e deveres a serem cumpridos, levou-se em consideração a realidade encontrada nas escolas para o traçado de ações técnicas e pedagógicas aqui descritas. Essas ações devem ser realizadas em parceria com os atores escolares (gestor, pedagogo e professor), bem como promover a corresponsabilidade dos pais e/ou responsáveis com a escola na educação de seus filhos.

3.1.3.1 Realização de teste diagnóstico no início do ano letivo

Os testes diagnósticos de Língua Portuguesa e de Matemática, que deverão ser realizados no início do ano letivo, têm como objetivo conhecer as dificuldades dos alunos e iniciar um processo de nivelamento para facilitar o acompanhamento desses aos conteúdos apresentados.

Os professores de Língua Portuguesa e de Matemática deverão elaborar o teste no mês de fevereiro e a aplicação deve ser realizada em seguida. Após aplicação do teste diagnóstico, o professor terá o retrato de sua turma podendo identificar os alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, que na maioria das vezes chegam no 7º ano com lacunas de aprendizagem dos conteúdos dos anos escolares anteriores. Esses alunos serão encaminhados para aulas de reforço escolar.

De posse do resultado dos testes diagnósticos, o professor saberá as dificuldades dos alunos e poderá encaminhá-los para as aulas de reforço escolar com o objetivo de ampliar o tempo de investimento na aprendizagem dos conteúdos apresentados.

Após conhecer os alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, e percebendo durante as aulas que os alunos não conseguem acompanhar o processo de ensino, o professor deve retomar o conteúdo ministrado e não assimilado e rever a metodologia utilizada.

Destaca-se que essa ação não gerará custos extras, tendo em vista que será elaborado pelo professor da disciplina e impresso na própria escola. A escola possui cota de impressão para as provas dos alunos.

3.1.3.2 Reunião pedagógica para apropriação, planejamento, discussão e análise de novas metodologias acerca da Recuperação Paralela

A pesquisa de campo retratou a necessidade de que o gestor, o pedagogo e os professores compreendam a prática da Recuperação Paralela, ainda como essa deve ser trabalhada com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

O pedagogo é a pessoa que deverá dirigir a reunião, no entanto, é importante que todos contribuam e participem, buscando sempre a melhoria da prática da Recuperação Paralela. As reuniões serão realizadas na sala dos professores ou na biblioteca, ou seja, no melhor espaço para que todos fiquem à vontade para trabalhar.

O material a ser utilizado deve ser o que a escola já possui, o que não gerará custos adicionais.

3.1.3.3 Sensibilização dos pais quanto à participação nas ações e atividades da escola

Cabe ao gestor escolar fomentar a participação dos pais nas ações da escola, nas reuniões de pais e mestres e também sensibilizá-los quanto à importância de saber quando o filho precisa participar da Recuperação Paralela. Assim, os pais poderão colaborar no sentido de manter o aluno frequentando as aulas. Igualmente, é importante que os pais se responsabilizem pela assiduidade dos alunos participantes das aulas de reforço escolar.

Propõe-se a realização de reuniões, de caráter informativo e de sensibilização, com gestor, pedagogo, pais e corpo docente, sendo a primeira reunião do ano letivo destinada à apresentação do plano de gestão para o ano letivo; as metas da escola e as principais ações a serem realizadas; assim como os projetos e ações específicas da Recuperação Paralela. Será ressaltada a importância da participação dos pais e/ou

responsáveis nas atividades da escola, colaborando assim com o processo de aprendizagem dos alunos.

A escola enviará convite aos pais com data e horário da reunião. A reunião deverá ser dirigida pelo gestor, com a colaboração do pedagogo e professores. Todos com responsabilidades específicas, ou seja, o gestor realizará a abertura e os informes administrativos da ação; ao pedagogo é atribuída a sensibilização com os pais; e os professores explicarão a parte metodológica da Recuperação Paralela. Os pais terão oportunidade para expor suas dúvidas e sugestões.

A proposta é que a escola realize três reuniões durante o ano. Reuniões essas específicas para tratar de assuntos pertinentes à Recuperação Paralela, pois tendo em vista a complexidade da temática, entende-se que deve ser tratada separadamente de outros assuntos da escola, principalmente porque a pesquisa de campo mostrou que há falta de entendimento da concepção e acompanhamento dessa recuperação por parte dos pais, o que colabora para as muitas dificuldades encontradas na aprendizagem dos alunos.

A escola dispõe de todo material e equipamentos necessários, portanto, essa ação não acarretará custos extras.

3.1.3.4 Acompanhamento e monitoramento da prática da Recuperação Paralela

A Recuperação Paralela deve deixar de ser apenas uma prova para recuperar a nota do aluno e efetivar-se como direito e momento de construção de saberes. Propõe-se, portanto, que o pedagogo da escola, de posse do instrumento elaborado pela CAP EF II/ CDE 3 e disponibilizado às escolas, faça o acompanhamento e monitoramento da Recuperação Paralela, por turma e componente curricular.

Os alunos com dificuldades de aprendizagem serão sinalizados pelo professor, no instrumento de acompanhamento. O pedagogo poderá monitorar o avanço do aluno, bem como os maiores obstáculos encontrados por ele. Sendo assim, o pedagogo também deverá conduzir o planejamento das aulas e avaliações da Recuperação Paralela. Dessa forma, poderá colaborar com o professor com novas metodologias e diagnósticos no processo de ensino e aprendizagem.

O planejamento da Recuperação Paralela poderá ser realizado no horário de trabalho pedagógico (HTP) do professor, assim como, a elaboração de atividades e avaliações específicas para esse momento. O pedagogo deverá acompanhar esse trabalho e repassar ao gestor como está acontecendo o processo, quais os avanços e as dificuldades encontradas.

O professor poderá utilizar materiais disponíveis na escola, como papel, livro didático do aluno, computador para pesquisa e impressão. Caso haja necessidade de utilização de outros materiais não disponíveis, esses devem ser relacionados e solicitados, sendo acordado com o gestor a melhor forma para aquisição. Portanto, considera-se que essa ação não deve onerar gastos para a escola.

3.1.3.5 Acompanhamento, monitoramento e avaliação do PCO/ Reforço Escolar

Ao receber o acadêmico/ estagiário na escola, o gestor deve reunir-se com ele, com o pedagogo e com os professores de Língua Portuguesa e Matemática para traçar um plano de trabalho que deve ser executado pelo profissional destinado para aulas de reforço escolar. Esse plano deve ser monitorado e avaliado pelo pedagogo juntamente com os professores. Ressalta-se que as prováveis adequações no planejamento deverão ser realizadas de imediato, haja vista trata-se de um plano flexível e que deve ser avaliado frequentemente. O motivo dessa avaliação frequente são as peculiaridades dos alunos na forma de concretizar o conhecimento.

Essa ação tem como objetivo garantir que as aulas de reforço escolar sejam realizadas de maneira a atender às necessidades dos alunos. O aluno detectado com dificuldades de aprendizagem, e encaminhado para aulas de reforço, deve receber acompanhamento e o processo de aprendizagem deve ser monitorado para que esse aluno possa compreender os demais assuntos ministrados em sala de aula.

Orienta-se que o pedagogo compareça à sala de aulas de reforço e que faça observações acerca da metodologia utilizada pelo acadêmico, bem como a receptividade dos alunos e repasse as informações aos professores. É importante que esse trabalho seja registrado no instrumento de acompanhamento da Recuperação Paralela. Entende-se que dessa forma a escola possa ter um controle permanente da

aprendizagem do aluno. Destaca-se que a proposta destina-se especificamente aos alunos de 7º ano do EF II, contemplando as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, foco deste estudo. Ressalta-se que essa ação não emana custos à escola.

As ações sugeridas encontram-se no Quadro 10 - Plano de Ação Educacional das Escolas.

Quadro 10 - Plano de Ação Educacional das Escolas

O quê?	Por quê?	Onde?	Quando?	Quem?	Como?	Quanto?
Realização de teste diagnóstico no início do ano letivo	Para identificação dos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem.	Sala de aula	Fevereiro	Professor	Elaboração e aplicação de testes diagnósticos de Língua Portuguesa e de Matemática; identificação dos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem e encaminhamento para aulas de reforço escolar.	Impressão do teste : material disponível na escola. Custo zero.
Reunião pedagógica com o corpo docente para apropriação, planejamento, discussão e análise de novas metodologias acerca da Recuperação Paralela.	Para que todos compreendam a prática da Recuperação Paralela e como deve ser trabalhada com o aluno, em sala de aula.	Sala dos professores ou biblioteca.	Fevereiro	Gestor, Pedagogo e corpo docente	Reunião direcionada pelo pedagogo e contará com a participação de todos.	Nootebook e data show da escola. Custo zero.
Reunião com os pais e/ou responsáveis para informações acerca da Recuperação Paralela e sua aplicabilidade na escola.	Para informar e sensibilizar os pais da importância Recuperação Paralela na vida escolar dos alunos.	Sala de aula, auditório ou quadra da escola.	Março Junho Setembro	Gestor Pedagogo Professores	Convite aos pais; Realização das reuniões com a participação do gestor, pedagogo e professores.	Papel, computador, impressor, caixa de som, data show e microfone. Custo zero.
Acompanhamento, monitoramento e avaliação do PCO/Reforço Escolar.	Para garantir que as aulas de reforço escolar atendam necessidades dos alunos.	Sala das aulas de reforço.	Toda semana	Pedagogo Professor	Em visitas à sala de aula, o pedagogo fará observações e avaliações do trabalho do acadêmico e colaborará repassando informações aos professores regentes	Custo zero.

Fonte: Elaboração própria.

As ações propostas para os três âmbitos considerados, SEDUC/AM, escola e CDE 3, apresentadas neste capítulo, têm como objetivo auxiliar a equipe da CAP EF II da CDE 3, gestores e pedagogos das escolas nos desafios revelados por meio da pesquisa de campo. O que se pretende é a efetividade prática da Recuperação Paralela nas escolas, garantindo ao aluno o direito em adquirir saberes, e não somente recuperar notas. Conseqüentemente, espera-se contribuir para a promoção de uma educação de qualidade.

3.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado teve como objetivo analisar a prática da Recuperação Paralela nas escolas de Ensino Fundamental II da CDE 3, tendo-se optado por esse segmento de ensino pois a pesquisadora, enquanto de Coordenadora Adjunta Pedagógica do Ensino fundamental II, observou os dilemas que envolvem a prática da Recuperação Paralela. Por meio da pesquisa exploratória foi possível detectar que os alunos do 7º ano apresentavam um índice preocupante de reprovação nas avaliações internas, especificamente nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, gerado principalmente pelas dificuldades de aprendizagem.

Atrelado a esse objetivo, procurou-se também investigar o suporte oferecido pela CAP EF II/ CDE 3 às escolas acerca da Recuperação Paralela, pois entende-se que faz parte de suas atribuições auxiliar gestores, pedagogos e professores a partir de informações relevantes que possam contribuir para a melhoria da qualidade da educação.

A pesquisa de campo iniciou investigando a concepção dos supervisores pedagógicos, gestores, pedagogos e professores sobre o conceito de Recuperação Paralela, e de que forma essa é realizada em sala de aula.

O propósito foi, após se identificar os fatores que contribuem para a não realização da Recuperação Paralela no sentido de recuperar o conteúdo não compreendido pelo aluno, e não somente como uma recuperação de nota, propor ações de intervenção voltadas para a efetividade dessa recuperação.

Dessa forma, buscou-se apresentar propostas de intervenção a serem realizadas pela SEDUC/AM, assim como pela CAP EF II/ CDE 3 e pelas escolas, ressaltando que

todas as proposições são direcionadas para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

As informações coletadas identificaram divergências na concepção de Recuperação Paralela por partes dos sujeitos escolares, o que prejudica sobremaneira a realização da mesma nas escolas. Percebeu-se também que há uma preocupação muito grande com a recuperação de notas, desconsiderando a aprendizagem dos alunos.

Constatou-se ainda que os pais também não compreendem a Recuperação Paralela como um direito do aluno construir o conhecimento, e portanto, não conseguem acompanhar adequadamente o processo de ensino e aprendizagem que envolve a Recuperação Paralela.

As informações coletadas indicaram ainda que existe a necessidade de realização de formação em serviço com a temática Recuperação Paralela aos supervisores pedagógicos, gestores escolares, pedagogos e professores, haja vista que as formações existentes não tratam especificamente desse assunto. Esses profissionais apresentam muitas dúvidas quanto à aplicabilidade dessa ação pedagógica.

As evidências indicaram que a CAP EF II/ CDE 3 não realiza um acompanhamento e monitoramento sistematizado da Recuperação Paralela, ficando a cargo de cada escola verificar como os professores realizam essa recuperação com os alunos que encontram dificuldades de aprendizagem.

Diante de tantas constatações, entende-se que muitos são os fatores que colaboram para que a prática da Recuperação Paralela não se efetive como deveria. É necessário que mudanças ocorram, partindo do macro sistema para o cotidiano escolar. É imprescindível também que haja uma quebra de paradigmas entre os agentes educativos responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem, nesse caso, especificamente, os supervisores pedagógicos, gestores, pedagogos e professores, sujeitos investigados nesta pesquisa.

Nessa perspectiva, ressalta-se a importância do envolvimento e comprometimento de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, no sentido de planejar, executar e avaliar ações que promovam a efetividade da prática da Recuperação Paralela. Sempre com o objetivo de levar o aluno a construir o conhecimento, e não somente recuperar notas.

Destaca-se que cabe ao gestor escolar conduzir o processo de envolvimento da equipe, incentivar e promover um ambiente favorável, fomentando a colaboração e participação de todos. É necessário que ele articule a comunidade escolar, sempre com um viés da gestão participativa, e promova ações que conduzam os alunos a serem contemplados com a Recuperação Paralela e possam construir saberes, aprender e, conseqüentemente, alcançar a promoção para o ano escolar seguinte.

Foi com o intuito de lançar propostas viáveis de serem executadas que o PAE apresentado no capítulo 3 trouxe sugestões relevantes que podem colaborar com a melhoria do ensino e aprendizagem nas escolas de Ensino Fundamental II da CDE 3. Destaca-se que as propostas explanadas podem ser levadas também para outras escolas e segmentos, tendo em vista que a Recuperação Paralela deve ser trabalhada em todos os segmentos escolares.

Desse modo, considera-se que o PAE é uma etapa relevante para a pesquisadora, uma vez que é o momento de dar uma resposta à sociedade e também às instituições de ensino participantes da pesquisa.

Ressalta-se que as ações propostas no PAE têm como objetivo a efetivação da prática da Recuperação Paralela e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da educação. Todavia, é importante destacar que esse processo não se esgota com a execução desse plano, mas acredita-se que é o primeiro passo para que os alunos, de fato, sejam oportunizados com a aquisição de saberes, e não somente aprovados com lacunas de aprendizagem.

É importante que a CAP EF II/ CDE 3 esteja sempre atenta às dificuldades apresentadas na escola e que interferem diretamente no rendimento do aluno. Dessa forma, a CAP EF II poderá cumprir o seu papel de oferecer o suporte necessário para que a escola possa realizar a prática da Recuperação Paralela em sala de aula.

Ao pesquisar os dilemas e nuances da prática da Recuperação Paralela nas escolas de Ensino Fundamental I, a pesquisadora teve a oportunidade de constatar as fragilidades que permeiam o campo educacional visando o alcance da melhoria da qualidade da educação.

Finaliza-se as considerações destacando que o estudo contribuiu sobremaneira para a formação profissional da pesquisadora, pois uma pedagoga precisa estar sempre atenta às melhorias do processo de ensino e aprendizagem, haja vista que o

sucesso do aluno depende muito da maneira como esse processo é efetivado na escola.

É no campo educacional, no chão da escola que o processo de ensino e aprendizagem acontece, e entende-se que é necessário garantir condições que possibilitem a efetivação da Recuperação Paralela. Além disso, é preciso que essa recuperação seja expressiva, abrangente e atenda à pluralidade de alunos nas escolas. É imprescindível que a escola conduza o aluno à construção de saberes e não somente à aquisição de nota. Ao pedagogo é dada essa atribuição, sempre lado a lado com o gestor escolar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Z. M. M. B., SILVA, M. G. F. D. Análise Qualitativa de Dados de Entrevista: uma proposta. **Paidéia**. Ribeirão Preto, SP. n. 2, Fev/Jul, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1992000200007> Acesso em: 15 de dez de 2015.

AMAZONAS (Estado). **Instrução Normativa nº 03 de 15 de dezembro de 2015**. [2015a]Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, AM. 16 de dez de 2015. Publicações diversas, p. 15.

_____. **Lei Delegada nº 1.596 de 05/01/1946**. Estabelece a criação da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC). Manaus, 1946.

_____. **Portaria do Gabinete do Secretario (GSE) nº 2636/2008**. Diário Oficial do Estado do Amazonas, 26 de setembro de 2008. Seção: poder executivo, p. 23.

_____. **Proposta Curricular do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano do Estado do Amazonas**. Departamento de Políticas e Programas Educacionais. SEDUC/AM. Departamento de Políticas e Programas Educacionais - DEPPE - Gerência do Ensino Fundamental – GENF. Manaus, AM. 2009a. Disponível em: <<http://cetijsbraga.com.br/resources/Proposta%20Curricular%20EF%206%C2%BAo%209%C2%BA%20Ano%20-%20COMPLETA.pdf>>. Acesso em: 15 de dez de 2015.

_____. **Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas**. SEDUC/AM. Departamento de Políticas e Programas Educacionais – DEPPE – Conselho Estadual de Educação – CEE - 2009b. Disponível em: <[http://www.cetijsbraga.com.br/resources/Regimento%20Geral%20das%20Escolas%20Estaduais%20\(atualizado%20pela%20SEDUC%20em%20jan2014\).pdf](http://www.cetijsbraga.com.br/resources/Regimento%20Geral%20das%20Escolas%20Estaduais%20(atualizado%20pela%20SEDUC%20em%20jan2014).pdf)> Acesso em: 15 de ago de 2015.

_____. **CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 048/2015**. SEDUC/AM (2015b).

_____. **Diário Digital (s/d) SEDUC/AM**. Disponível em: <<http://diariodigital.seduc.am.gov.br/>>. Acesso em: 17 de set de 2015.

_____.Portal do Governo do Estado do Amazonas. SEDUC/AM. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/institucional/a_secretaria/>. Acesso em: 17 de set de 2015.

_____.Projeto Criando Oportunidades. SEDUC/AM. Amazonas, 2014.

_____.SIGEAM Rendimento WEB. SEDUC/AM. Disponível em: <https://servicos.sigeam.am.gov.br/rendimento/anal_escola_ensino.asp>. Acesso em: 06 de set de 2015.

_____. **Sistema de Avaliação do Desempenho educacional do Amazonas**_ Disponível em: <<http://www.sadeam.caedufjf.net/>>. Acesso em: 15 de ago 2015;

BENTO, A. Efeitos das transições de ciclo e mudanças de escola: Perspectivas dos alunos do 5º ano (2º ciclo). In: J. Sousa & C. Fino (Org.). **A escola sob suspeita**. Porto: Edições Asa,2007.P.375-384. Disponível em: <<http://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/54/1/BentoTransi%C3%A7%C3%B5es.pdf>> Acesso em: 15 de dez de 2015.

BELTHER, J. M.**Os programas de Recuperação Paralela e a qualidade do ensino paulista**.2006 Tese(Doutorado) Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104783>>. Acesso em: 11 de set de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Dispõe sobre as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 27 de mar de 2015.

_____.Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) _ **Lei Nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Art. 53** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10611702/artigo-53-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>>. Acesso em: 27de março de2015.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB)**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 de junho de 2016.

CASTRO, C. M. Escola tem a cara do diretor (Editorial). **Revista Veja** - edição 223 - nº 42 - 19 de outubro de 2011.

CASTRO, M. R. FERREIRA, G. GONZALEZ, W. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: Marsupial, 2013.

CERQUEIRA, E. **Formas de Avaliação**. Recanto das Letras, 2008. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/1121766>>. Acesso em: 10 de mar de 2016.

DEPRESBITERIS, L. **O desafio da avaliação da aprendizagem**: dos fundamentos a uma proposta inovadora. São Paulo: EPU, p. 161-172. 1989. Disponível em: <http://lct-ead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/ideias_avaliacao_LeaD.pdf>. Acesso em: 20 de out de 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2001. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 15 de dez de 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FURTADO, Q. V. F. **Jovens na Educação de Jovens e Adultos**: produção do fracasso no processo de escolarização. Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2006.

GRISPINO, I. S. **Prática Pedagógica**: estruturando pedagogicamente a escola. Compacta, 2004

JACOMINI, M. A. Por que a maioria de pais e alunos defende a reprovação? **Cadernos de Pesquisa** v. 40 n. 141, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a12.pdf>>. Acesso em: 28 de nov de 2015.

LOPES, R. S. P. TREMMELL, M. M. C. Recuperação Paralela: do lampião à luz solar. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCARE – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. PUCPR (2009). Disponível em:

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2271_1354.pdf>. Acesso em: 15 de set de 2016.

LUCKESI, C. C. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? In: **Pátio**. Porto alegre: ARTMED. Ano 3, n. 12 fev./abr. 2000. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2511.pdf>>. Acesso em: 25 de Nov de 2015.

LÜCK, H. **Avaliação e monitoramento do trabalho educacional**. Vozes. Petrópolis/RJ, 2013.

LÜCK, H. *et al.* **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACHADO, M. C. S. MIRANDA, J. B. Autonomia e responsabilização: um desafio para a gestão escolar. **Pesquisa e Debate em Educação**. v. 2, n. 2. (2012) Disponível em: <<http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/download/20/18>>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29^o ed. Vozes. Petrópolis/RJ, 2010.

MINAYO, M. C. S. GOMES, S. F. D. R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25^o ed. Vozes. Petrópolis/RJ, 2011.

NÓVOA, A. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo**. SINPRO SP, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf>. Acesso em: 01 de nov de 2016.

PARO, V. H. **Reprovação escolar: renúncia à educação**. Xamã. São Paulo, 2001.

PIMENTA, S. G. **O pedagogo na escola pública**. Loyola. São Paulo, 1991.

Portal INEP _ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

Portal MEC _ Ministério da Educação. Dispõe sobre a prova Brasil. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

QUAGLIATO, M. A recuperação do ensino básico: Mecanismo de aprendizagem ou discriminação? **Pro-Posições**. Vol 11, n. 3 (33), p. 26-33. Novembro, 2000. Disponível em: <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/33-artigos-quagliatomft.pdf>>. Acesso: 20 de agosto de 2015.

RIBEIRO, S. C. A pedagogia da repetência. **Estudos Avançados** nº 12 (5)1991. Disponível em: <<http://www.sergiocostaribeiro.ifcs.ufrj.br/artigos/1991%20Pedagogia%20da%20repetencia.pdf>> Acesso em: 26 de novembro de 2015.

ROCHA, B. SOARES, F. P. SANABIO, M. T. A importância da cultura, gestão de pessoas e qualidade na gestão escolar: uma discussão teórica. **IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação**. Porto, Portugal, 2014. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT1/GT1_Comunicacao/BarbaraStellaOliveiraRocha_GT1_integral.pdf>. Acesso em: 15 de set de 2016;

ROLDÃO, M. C. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 94-103, jan./abr. 2007.

SANTOS, M. G. S. **A gestão democrática como princípio articulador da coordenação pedagógica no cotidiano escolar**. Monografia (Especialização em Coordenação Pedagógica) Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8766/1/2013_MariaDaGloriaSousaSantos.pdf>. Acesso em: 20 de ago de 2016.

SILVA, A. L. SILVA, P. M. Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo. (Resenha) **Revista Temática**. Ano IX n. 03 – Março/2013. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2013/janeiro/resenha_praticasavaliativas_areasdocurriculo.pdf> Acesso em: 20 de ago de 2016.

SILVA, E. M. A. ARAÚJO, C. M. Reflexão em Paulo Freire: uma contribuição para a formação continuada de professores. **V Colóquio Internacional Paulo Freire**. Recife, setembro 2005. Disponível em:

<http://189.28.128.100/nutricao/docs/Enpacs/pesquisaArtigos/reflexao_em_paulo_freire_2005.pdf>. Acesso em: 26 de nov de 2016.

SOARES, J.F. O efeito escola no desempenho cognitivo de seus alunos. **Revista Eletrônica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio em Educacion**. Madri, v. 2, n.2, 23p. 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120207>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

VIDO, M. H. C. **Recuperação de alunos**: uma questão problemática. 2001. 112 f. Dissertação (Políticas de Administração e Sistemas Educativos) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000219698>>. Acesso em: 19 de ago de 2016.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. Ática: São Paulo, 2011;

YACOVENCO, M. A. S. **Recuperação escolar: um trabalho com alunos com defasagem de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação Escolas da Faculdade de Ciências e Letras) Universidade Estadual de São Paulo. Araraquara, São Paulo, 2011.

YIN, R.t K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 5º ed. São Paulo: Bookman, 2015.

ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M.P.; VILELA, R.A.T. (org.). **Itinerários de Pesquisa**: pesquisas qualitativas em sociologia da educação. Lamparina, Rio de Janeiro, 2003.

APÊNDICE A

Perfil dos gestores, pedagogos/ apoios pedagógicos, professores de língua portuguesa e de matemática e supervisores pedagógicos

Perfil		Gestor(a)	Pedagogo/ Apoio Pedagógico	Profº Língua Portuguesa	Profº Matemática	Supervisor Pedagógico
Gênero	Masculino	2	-	-	3	4
	Feminino	2	3	4	1	-
Faixa Etária	De 30 a 40 anos	1	-	3	1	1
	De 41 a 50 anos	1	3	1	2	1
	Acima de 50 anos	2	-	-	1	2
Tempo de Experiência	Até 4 anos	2	1	1	-	4
	De 5 a 10 anos	2	-	-	1	-
	De 11 a 15 anos	-	-	3	1	-
	Acima de 15 anos	-	2	-	2	-
Escolaridade	Superior Completo	2	1	3	4	-
	Pós-Graduado	2	2	1	-	3
	Mestrado	-	-	-	-	1

Fonte: Entrevistas. Elaboração própria.

APÊNDICE B

RESPOSTAS DOS PAIS ACERCA DA PRÁTICA DA RECUPERAÇÃO PARALELA E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES ESCOLARES DOS SEUS FILHOS

PERGUNTAS	RESPOSTAS	%
Frequencia com que os filhos levam tarefas para casa	Diariamente	38
	Semanalmente	10
	Às vezes	44
	Nunca	8
Ajudam os filhos nas tarefas para casa	Sempre	24
	Algumas vezes	33
	Apenas quando o filho pede	27
	Não ajudam	16
Têm conhecimento de que os professores cobram e corrigem as tarefas que os alunos realizam em casa	Sim, todos os professores	53
	Apenas alguns professores	17
	Alguns professores cobram, mas não corrigem as tarefas	10
	Não sabem	20
Frequência com que são chamados pela escola para tratar de assuntos relacionados à tarefa para casa	Sempre	3
	Às vezes	32
	Nunca	65
Frequência com que são chamados pela escola para tratar de assuntos relacionados ao comportamento do filho	Sempre	10
	Às vezes	28
	Nunca	62
Sabem quando os filhos tiram nota baixa nas avaliações	A escola sempre comunica	49
	A escola comunica algumas vezes	28
	A escola nunca comunica	23
São informados se o filho precisa de Recuperação Paralela	Sim, é informado pela escola	36
	Sim, o filho comunica	14
	Não é informado pela escola e pensa que a escola deveria informa-lo	35
	Não é informado pela escola e pensa que não precisa saber	11
	não respondeu	4
Se concordam que os filhos tenham aulas de reforço no contra turno de estudo	Concordam	82
	Não concordam	18
Maior preocupação dos pais com relação à vida acadêmica do filho	OBS: Do total que não concorda 95% justificou que não teriam condições de pagar transporte para o filho ir à escola no contra turno e 5% informou que o filho tem outras atividades acadêmicas e/ou esportivas.	
	Com a aprendizagem	18,7
	Com a aprovação	11,6
	Com a aprendizagem e a aprovação	68
Não respondeu	1,7	

**RESPOSTAS DOS PAIS ACERCA DA PRÁTICA DA RECUPERAÇÃO PARALELA E
ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES ESCOLARES DOS SEUS FILHOS**

PERGUNTAS	PERGUNTAS
<p>Sobre o que pensam da Recuperação Paralela, as principais respostas foram:</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Serve pra ajudar o aluno no conhecimento dos assuntos, - É uma forma de o aluno recuperar a matéria que ele teve dificuldade em aprender, dando lhe uma nova oportunidade. - Uma oportunidade para o aluno que tirou nota baixa na média, - Muito boa para ajudar os alunos que tem dificuldades.

Fonte: Elaboração própria. Com base nos questionários respondidos

APÊNDICE C

Perfil dos alunos das escolas A, B, C e D	
NÚMERO DE ALUNOS POR IDADE	
Gênero	Número de alunos nas Escolas A, B, C e D
Masculino	58
Feminino	62
NÚMERO E FAIXA ETÁRIA DOS ALUNOS NO 7º ANO	
Faixa Etária (Idade)	Número de alunos nas Escolas A, B, C e D
11 anos	1
12 anos	28
13 anos	29
14 anos	29
15 anos	19
16 anos	10
17 anos	4
COM QUEM MORAM OS ALUNOS EM NÚMERO	
Residem com	Número de alunos nas Escolas A, B, C e D
Pais	48
Pai	7
Mãe	37
Avós	17
Outras Pessoas da Família	7
Outras Pessoas que não são da Família	4
NÚMERO DE ALUNOS QUE TRABALHAM NAS ESCOLAS	
Trabalham	Número de alunos nas Escolas A, B, C e D
Sim	13
Não	107
PROXIMIDADE DA RESIDÊNCIA DOS ALUNOS DA ESCOLA	
Residência e proximidade da escola	Número de alunos nas Escolas A, B, C e D
Mesmo Bairro	35
Bairro Próximo	59
Bairro Distante	26
MEIO DE TRANSPORTE QUE OS ALUNOS CHEGAM À ESCOLA	
Chegam à escola (meio de transporte)	Número de alunos nas Escolas A, B, C e D
Caminhando	64
Ônibus	33
Carro da Família	19
Carona	4

Fonte: Questionários respondidos pelos alunos. Elaboração própria.

APÊNDICE D

Respostas dos alunos – Bloco de questões de 8 a 13	
8. Resposta dos alunos sobre ocasiões em que costumam faltar às aulas	
	Número de alunos na Escola A, B, C e D
Quando chove	32
Quando está doente	50
Sem motivo específico	4
Não costuma faltar	34
9. Resposta dos alunos sobre a frequência que levam tarefas para casa	
	Número de alunos na Escola A, B, C e D
Diariamente	69
Semanalmente	31
Uma vez ao mês	3
Poucas vezes no bimestre	17
10. Resposta dos alunos sobre o acompanhamento dos pais nas tarefas para casa	
	Número de alunos na Escola A, B, C e D
Sim, sempre	29
Algumas vezes	68
Não acompanham	23
Por que não acompanham	Falta de tempo, não sabem ajudar os filhos, não tem paciência.
11. Respostas dos alunos se os professores realizam avaliação diagnóstica no início do ano	
	Número de alunos na Escola A, B, C e D
Sim	75
Não	25
Não sabem responder	20
12. Resposta dos alunos sobre pedirem nova explicação ao professor quando não entendem a matéria	
	Número de alunos na Escola A, B, C e D
Todas as vezes	57
Algumas vezes	50
Nunca	13
Por quê?	Vergonha dos colegas, medo do professor brigar, não pedem porque não querem.
13. Resposta dos alunos sobre a forma como o professor explica, quando a matéria não foi bem entendida, se é diferente da primeira explicação.	
	Número de alunos na Escola A, B, C e D
Todas às vezes	31
Algumas vezes	71
Nunca	18

Fonte: Questionários respondidos pelos alunos. Elaboração própria.

APÊNDICE E

Respostas dos alunos – Bloco de questões de 14 a 19	
14. Resposta dos alunos sobre o pedagogo ir às salas de aula conversar com eles	
Respostas	Número de alunos na Escola A, B, C e D
Sim, Semanalmente.	22
Algumas vezes, somente para dar avisos.	60
Nunca.	8
15. Opinião dos alunos sobre o que é mais importante para o seu futuro enquanto estudante	
Respostas	Número de alunos na Escola A, B, C e D
Aprender a matéria que o professor ensina em sala de aula	78
Conseguir a nota para passar	39
Não está preocupado com isso	3
16. Respostas dos alunos se sabem o que é Recuperação Paralela	
Respostas	Número de alunos na Escola A, B, C e D
Não	52
Sim	66
Ouviu falar fora da escola. Onde?	2 (colega/ primo)
17. Respostas dos alunos sobre se os professores fazem Recuperação Paralela	
Respostas	Número de alunos na Escola A, B, C e D
Sim, todos	73
Sim, alguns	45
Não fazem	2
Disciplinas que fazem	Português, Matemática, Geografia, Ciências.
18. Respostas dos alunos se eles sabem quando precisam fazer Recuperação Paralela	
Respostas	Número de alunos na Escola A, B, C e D
Sim, o prof. fala	75
Sim, o pedagogo fala	3
Sim, faz as contas	22
Não sabe	20
19. Respostas dos alunos se eles sabem quanto precisam tirar na Recuperação Paralela	
	Número de alunos na Escola A, B, C e D
Sim, o professor fala	93
Sim, o pedagogo fala	4
Sim, faz as contas	13
Não sabe	10

Fonte: Questionários respondidos pelos alunos (Elaboração própria)

APÊNDICE F

Respostas dos alunos – Bloco de questões de 20 a 23	
20. Resposta dos alunos sobre seus pais saberem quando precisam fazer Recuperação Paralela	
Respostas	Número de alunos na Escola A, B, C e D
Sim, o aluno fala	70
Sim, a escola comunica	23
Não, não falo pra eles	16
Não, a escola não comunica	11
21. Resposta dos alunos sobre como é a prova de Recuperação Paralela	
Respostas	Número de alunos na Escola A, B, C e D
Trabalhos	24
Exercícios	19
Provas	34
As três opções	43
22. Respostas dos alunos sobre tipos de avaliações são mais interessantes	
Respostas	Número de alunos na Escola A, B, C e D
Trabalhos	43
Exercícios	33
Provas	44
23. Respostas dos alunos sobre o que é cobrado na avaliação da Recuperação Paralela	
Respostas	Número de alunos na Escola A, B, C e D
Mesmo assunto da prova que tirou nota baixa	41
Assuntos do bimestre	50
Assunto escolhido pelo professor	29
Outros. O quê?	

Fonte: Questionários respondidos pelos alunos. Elaboração própria.

APÊNDICE G

PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo iniciou-se de maneira exploratória em agosto de 2015 quando a pesquisadora coletou informações por meio de relatos dos supervisores pedagógicos da CAP EF II/CDE 3. Foram realizados levantamentos de dados relacionados aos rendimentos dos alunos por meio do SIGEAM com o propósito conhecer as escolas de ensino fundamental II da CDE 3 que apresentaram maiores índices de reprovação nas avaliações internas. Vale ressaltar que a escolha do 7º ano se deu porque durante a coleta de dados no SIGEAM, identificou-se que no referido ano escolar os alunos apresentavam maiores índices de reprovação, principalmente nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Tal análise foi fundamental para a proposta das etapas seguintes.

As entrevistas com os atores escolares foram agendadas com antecedência, seguindo um cronograma com data e horário para cada sujeito. Devido a fatores internos e externos, algumas entrevistas não foram realizadas na primeira data combinada, no entanto elas foram reagendadas e foi possível realizá-las em outra data. Devido ao fato das escolas selecionadas para realização da pesquisa fazerem parte da CDE3, onde a pesquisadora encontra-se na função de Coordenadora Adjunta Pedagógica do ensino Fundamental II, foi possível perceber resistência por parte de alguns professores em participar da pesquisa. Procurou-se, portanto, antes de iniciar a entrevista, esclarecer que estava ali como pesquisadora e não como coordenadora, para que ficasse claro que o entrevistado poderia ter tranquilidade para responder com fidedignidade as perguntas, com a garantia de que o resultado da pesquisa não iria prejudicá-los.

Como os demais atores investigados eram os alunos (menores), e que necessitavam da autorização prévia dos pais para participação no estudo, foi agendado também com o gestor uma data para conversa com os alunos e entrega dos termos de consentimento. Esse foi um momento de extrema importância, pois foi possível socializar com os alunos a importância do trabalho de pesquisa e o resultado positivo que o trabalho poderia levar para as escolas futuramente.

Nesse encontro, os alunos foram informados sobre o motivo da pesquisa, a necessidade da autorização dos pais, bem como foram passadas algumas orientações sobre como deveriam responder às questões relacionadas à prática da Recuperação Paralela. Eles levaram os termos de Consentimento Livre e Esclarecido para seus pais autorizarem a aplicação dos questionários com ambos (pais e filhos) e foi marcado dia para coleta desse material. Vale ressaltar que durante a conversa com os alunos, foi percebido que muitos não tinham um olhar positivo acerca da Recuperação Paralela, pois não a entendiam como oportunidade de construção do conhecimento, mas apenas como a última chance de ser aprovado.

A tabela 10 mostra o resultado do início da pesquisa de campo por escola, ressaltando que devido às dificuldades encontradas, houve necessidade de se refazer o cronograma e a forma de se chegar aos sujeitos selecionados para a pesquisa com o objetivo de se alcançar o número planejado de respondentes.

Tabela 9 - Número de questionários para pais (entregues e respondidos) e TCLE para alunos (Entregues e Assinados)

ESCOLA	PAIS		ALUNOS	
	Questionários Entregues	Questionários Respondidos	TCLE Entregues	TCLE Assinados
Escola A	37	30	37	30
Escola B	40	23	40	30
Escola C	50	30	50	30
Escola D	37	17	37	26
TOTAL	164	100	164	116

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa de campo.

Na data combinada para recolhimento dos termos assinados pelos pais e dos questionários respondidos por esses, a meta estipulada para número de pais respondentes foi alcançada nas escolas A e C, o que não aconteceu nas escolas B e D. Com relação aos TCLEs entregues aos pais para autorização dos filhos participarem da pesquisa, apenas a escola D não alcançou o número estabelecido de respondentes (alunos).

Assim, redesenhou-se a estratégia para chegar até aos pais. Como havia no calendário das escolas uma data para reunião de pais para entrega de boletim escolar de seus filhos, a pesquisadora compareceu em duas escolas no dia agendado para a reunião do bimestre.

Na escola A foi possível realizar a pesquisa de campo mais facilmente, pois o professor de matemática além de participar da pesquisa por meio da entrevista, se mostrou muito interessado com o resultado que poderia levar para a escola e colaborou no sentido de conversar com os pais e alunos. Nessa escola também se alcançou a meta de 30 respondentes pais e 30 respondentes alunos.

Já na escola B, a receptividade não foi tão positiva, pois a maioria dos pais estava apressada, não querendo nem mesmo ouvir as informações dos professores a respeito das ações da escola; queria apenas pegar o boletim de seus filhos e ir embora. Após a fala dos professores, a pesquisadora foi apresentada ao grupo de pais presentes e explicou acerca do objetivo da pesquisa. Poucos pais quiseram participar. Uma mãe chegou a falar que se fosse apenas para ajudar a pesquisadora, não faria. Explicou-se a importância da pesquisa para a melhoria do trabalho da escola futuramente, assim a mãe aceitou participar. Com a intervenção da professora que estava dirigindo a reunião na turma, foi possível chegar ao número de 23 pais participantes da pesquisa. No entanto, 30 pais autorizaram os filhos a responderem o questionário, que ficou agendado para o dia seguinte.

A escola C foi a escola com maiores dificuldades para coleta de informações com alunos e pais. A escola tem uma clientela com diversos problemas sociais, indisciplina e um histórico de não participação dos pais em suas reuniões. Durante a primeira visita para conversa com a pedagoga para agendamento, a mesma era interpelada diversas vezes para atendimento a alunos e professores, o que nos leva a refletir sobre o papel do pedagogo na escola. Esse ainda faz vários papéis, deixando a parte pedagógica muito a desejar. Apesar das inúmeras dificuldades de contato com os pais e alunos, foi possível alcançar a meta de 30 respondentes de cada classe, com a ajuda do gestor da escola.

Na escola D, justamente na qual se obteve apenas 57% de adesão à pesquisa, a conversa com os pais foi satisfatória, pois a maioria ouviu e tirou dúvidas a respeito da pesquisa. Nesse momento, foi possível aplicar o questionário e colher as assinaturas nos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Como os alunos estavam presentes na escola, foi agendada aplicação do questionário para o dia seguinte. Portanto, foi possível alcançar a meta de 30 pais e 30 estudantes para aplicação dos

questionários, pois mais quatro pais autorizaram seus filhos a responderem o questionário.

Considerando o cenário encontrado durante a pesquisa de campo, é possível se fazer uma relação com o pensamento de Minayo (2010), quando diz que o conjunto de fenômenos humanos é interpretado como peça da realidade social, na qual o ser humano se diferencia não apenas por agir, mas também por pensar acerca do que faz e interpretar suas ações diante da sua realidade e compartilhar com seus semelhantes. Assim, para a autora, a pesquisa é um trabalho de artesanato, sem escusar a criatividade do pesquisador e é quando entra sua experiência, capacidade pessoal e sensibilidade, que é intrínseca do ser humano. O que ocorre basicamente por uma linguagem fundamentada em conceitos, hipóteses, métodos e técnicas. Sendo assim, entende-se que a metodologia transcende a técnica, pois ela abrange o conhecimento teórico da abordagem, associando-se com a teoria, com a experiência e com as reflexões acerca da realidade. Paralelamente, é importante frisar que o pesquisador deve considerar seu contato com a realidade pesquisada e aliar às hipóteses teóricas que dão suporte ao seu trabalho, como bem salientam Alves e Silva (1992). Portanto, o pesquisador não é indivíduo ermo que se baseia apenas na sua percepção.

Na coleta de dados, foram realizadas entrevistas com quatro Supervisores Pedagógicos da CAP EF II/CDE 3, nos dias 23 e 34 de maio de 2016, sendo dois em cada dia. Ressaltando que as entrevistas foram agendadas com bastante antecedência, no entanto, devido à demanda de trabalho na CDE 3, houve necessidade de reagendar por três vezes. Dentre as atribuições dos supervisores, acompanhar as ações da Recuperação Paralela é uma delas. Esse acompanhamento é realizado pelo através do Diário Digital e durante as visitas de assessoramento, quando também é possível verificar apontamentos feitos por alguns professores, uma forma encontrada por eles para acompanhar todos os alunos individualmente, tendo em vista o grande número de alunos por turma.

As entrevistas transcorreram dentro da normalidade, os supervisores estavam à vontade, disponíveis com relação ao tempo e atentando-se para atender às arguições feitas.

APÊNDICE H

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA GESTORES COLAR

Entrevistadora: Sueanne Oliveira Evangelista

Estudo: A RECUPERAÇÃO PARALELA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: OS DESAFIOS DA COORDENADORIA ADJUNTA PEDAGÓGICA DA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 3/SEDUC AM

Prezado(a) Gestor(a),

Esta entrevista tem o objetivo de investigar o que os gestores pensam sobre a prática da Recuperação Paralela existente nas escolas da rede estadual de Manaus, mais especificamente na escola em que os senhores atuam, e se ela atende realmente à finalidade a que se propõe.

Na oportunidade informo que respeitando os critérios éticos da metodologia da pesquisa, não é necessário se identificar. Não se trata de um teste. Suas informações serão utilizadas para se conhecer o cenário real em torno da efetividade da Recuperação Paralela e seus efeitos no processo de ensino e aprendizagem. Solicito que respondam com sinceridade as questões e que fiquem tranquilos que todas as informações dadas serão de extremo sigilo. Para segurança e fidedignidade das respostas, esta entrevista será gravada.

Agradeço sua atenção e colaboração para realização de minha pesquisa.

Sueanne Evangelista

(92) 98114-6508

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Gênero: () Masculino () Feminino

Faixa Etária: () De 30 a 40 anos () De 41 a 50 anos () Acima de 50 anos

Experiência Profissional como Gestor (a):

() Até 4 anos () De 5 a 10 anos

() De 10 a 15 () Mais de 15 anos

Qual seu nível de escolaridade?

1. Qual a sua visão sobre a Recuperação Paralela?
2. Como a escola em que atua realiza a Recuperação Paralela?
3. Quais as dificuldades encontradas para a realização da Recuperação Paralela na escola?
4. Como você pensa que a Recuperação Paralela deveria ser trabalhada?
5. Como a equipe gestora acompanha e avalia o trabalho do professor acerca da Recuperação Paralela? Como é feito o registro desse acompanhamento do trabalho do professor?
6. De que forma a Coordenadoria Adjunta Pedagógica do Ensino Fundamental II da CDE 3 colabora no sentido de dar suporte para a realização da Recuperação Paralela na sua escola?
7. Os supervisores pedagógicos trazem sugestões aos professores, acerca da Recuperação Paralela? Fale um pouco sobre isso.
8. Há formação para os Pedagogos e para os professores acerca da ?
9. Dê 3 sugestões para a CAP EF II da CDE3 para colaboração da realização da Recuperação Paralela na escola.

APÊNDICE I

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PEDAGOGO

Entrevistadora: Sueanne Oliveira Evangelista

Estudo: A RECUPERAÇÃO PARALELA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: OS DESAFIOS DA COORDENADORIA ADJUNTA PEDAGÓGICA DA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 3/SEDUC-AM

Prezado(a) Pedagogo(a),

Esta entrevista tem o objetivo de investigar o que os pedagogos pensam sobre a prática da Recuperação Paralela existente nas escolas da rede estadual de Manaus, mais especificamente na escola em que os senhores atuam, e se ela atende realmente à finalidade a que se propõe.

Na oportunidade informo que respeitando os critérios éticos da metodologia da pesquisa, não é necessário se identificar. Não se trata de um teste. Suas informações serão utilizadas para se conhecer o cenário real em torno da efetividade da Recuperação Paralela e seus efeitos no processo de ensino e aprendizagem. Solicito que respondam com sinceridade as questões e que fiquem tranquilos que todas as informações dadas serão de extremo sigilo. Para segurança e fidedignidade das respostas, esta entrevista será gravada.

Agradeço sua atenção e colaboração para realização de minha pesquisa.

Sueanne Evangelista
(92) 98114-6508

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Gênero: () Masculino () Feminino

Faixa Etária: () De 30 a 40 anos () De 41 a 50 anos () Acima de 50 anos

Experiência Profissional como Pedagogo (a):

() Até 4 anos

() De 5 a 10 anos

() De 10 a 15

() Mais de 15 anos

Qual seu nível de escolaridade?

1. Qual a sua visão sobre a Recuperação Paralela? Fale um pouco sobre isso.
2. Nesta escola qual a função da Recuperação Paralela
3. Qual a dinâmica que a escola usa para a realização da Recuperação Paralela?
4. Como acontece o acompanhamento, monitoramento e avaliação do trabalho do professor acerca da Recuperação Paralela em sala de aula?
5. Quais as dificuldades encontradas para a realização da Recuperação Paralela na escola?
6. Com que frequência você assiste às atividades de Recuperação Paralela dos professores de sua escola?
7. A escola adota uma metodologia diferenciada para as aulas de Recuperação Paralela durante o bimestre?
8. Como os alunos são avaliados na Recuperação Paralela? A equipe pedagógica acompanha a elaboração dessas avaliações? Como isso ocorre?
9. A frequência de visitas técnicas da equipe CDE 3 (Supervisores Pedagógicos) na escola é suficiente para um bom acompanhamento do trabalho pedagógico dentro da escola? Fale um pouco sobre isso.
10. Durante as visitas técnicas do Supervisor Pedagógico, a Recuperação Paralela é abordada? São trazidas sugestões de trabalho e metodologias? Como essas sugestões são recebidas pela equipe pedagógica? Essas sugestões são levadas ao docente?

APÊNDICE J

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PROFESSOR

Entrevistadora: Sueanne Oliveira Evangelista

Estudo: A RECUPERAÇÃO PARALELA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: OS DESAFIOS DA COORDENADORIA ADJUNTA PEDAGÓGICA DA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 3/SEDUC AM

Prezado (a) Professor (a),

Esta entrevista tem o objetivo de investigar o que os professores pensam sobre a prática da Recuperação Paralela realizada nas escolas da rede estadual de Manaus, mais especificamente na escola em que os senhores atuam, e se ela atende realmente à finalidade a que se propõe.

Na oportunidade informo que respeitando os critérios éticos da metodologia da pesquisa, não é necessário se identificar. Não se trata de um teste. Suas informações serão utilizadas para se conhecer o cenário real em torno da efetividade da Recuperação Paralela e seus efeitos no processo de ensino e aprendizagem. Solicito que respondam com sinceridade as questões e que fiquem tranquilos que todas as informações dadas serão de extremo sigilo. Para segurança e fidedignidade das respostas, esta entrevista será gravada.

Agradeço sua atenção e colaboração para realização de minha pesquisa.

Sueanne Evangelista
(92) 98114-6508

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Gênero: () Masculino () Feminino

Faixa Etária:

() De 20 a 30 anos () De 41 a 50 anos

() De 30 a 40 anos () Acima de 50 anos

Experiência Profissional na docência:

() Menos de 3 anos (Estágio Probatório) () De 4 a 10 anos () De 11 a 15 anos

() De 16 a 20 () Mais de 20 anos

Qual seu nível de escolaridade?

1. O que é a Recuperação Paralela? Explique.
2. Como você trabalha a Recuperação Paralela com seus alunos que não alcançaram a média nas avaliações?
3. De que forma você acompanha e registra as dificuldades, as intervenções e os avanços dos alunos que passam pela Recuperação Paralela?
4. O que vem a ser para você “Recuperação de Conteúdos”? O que podemos dizer sobre isso?
5. No Diário Digital há espaço para lançamento das notas de Recuperação Paralela após as avaliações, você faz uso desse espaço? Se sim, como? Se não, por quê?
6. Como é realizada a avaliação da Recuperação Paralela?
7. A Recuperação Paralela está incluída na pauta de reuniões pedagógicas realizadas na escola? De que forma isso é tratado?
8. A equipe pedagógica e professores traçam metas de melhoria a serem trabalhadas com os alunos que precisam da Recuperação Paralela?
9. A equipe pedagógica assiste às aulas de Recuperação Paralela dos alunos? Conhece a metodologia e os instrumentos que você utiliza em sala de aula? Fale um pouco sobre isso.
10. Qual o suporte oferecido pela CDE3 para a realização da Recuperação Paralela na escola?

APÊNDICE K

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA SUPERVISOR PEDAGÓGICO

Entrevistadora: Sueanne Oliveira Evangelista

Estudo: A RECUPERAÇÃO PARALELA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: OS DESAFIOS DA COORDENADORIA ADJUNTA PEDAGÓGICA DA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 3/SEDUC AM.

Prezado (a) Supervisor Pedagógico (a),

Esta entrevista tem o objetivo de investigar o que os supervisores pedagógicos pensam sobre a prática da Recuperação Paralela existente nas escolas da rede estadual de Manaus, mais especificamente na escola que os senhores dão suporte, e se ela atende realmente à finalidade a que se propõe.

Na oportunidade informo que respeitando os critérios éticos da metodologia da pesquisa, não é necessário se identificar. Não se trata de um teste. Suas informações serão utilizadas para se conhecer o cenário real em torno da efetividade da Recuperação Paralela e seus efeitos no processo de ensino e aprendizagem. Solicito que respondam com sinceridade as questões e que fiquem tranquilos que todas as informações dadas serão de extremo sigilo. Para segurança e fidedignidade das respostas, esta entrevista será gravada.

Agradeço sua atenção e colaboração para realização de minha pesquisa.

Sueanne Evangelista
(92) 98114-6508

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Gênero: () Masculino () Feminino

Faixa Etária: () De 30 a 40 anos () De 41 a 50 anos () Acima de 50 anos

Experiência Profissional como Supervisor Pedagógico:

() Até 2 anos() De 3 a 5 anos() Mais de 5 anos

Qual seu nível de escolaridade?

1. Você passou por algum processo de seleção para atuar como Supervisor Pedagógico? Como é feita a escolha para este cargo?
2. É realizada formação continuada para os supervisores pedagógicos atuarem nas Coordenadorias Distritais? Você passou por alguma? Fale um pouco sobre isso.
3. Qual a sua visão sobre a Recuperação Paralela?
4. A Recuperação Paralela é ponto de pauta nas formações?
5. Como as escolas que você acompanha e dá suporte, realiza a Recuperação Paralela?
6. Como a equipe gestora e pedagógica das escolas, orientam, monitoram e avaliam o trabalho do professor acerca da Recuperação Paralela? E como é feito o registro desse trabalho?
7. Como é realizado o suporte às escolas que você acompanha? Dentre as ações está incluída a Recuperação Paralela?
8. Em suas visitas técnicas nas escolas, é destinado um tempo para orientação aos professores sobre o trabalho de Recuperação Paralela realizado na escola? Como isso acontece?
9. Você enquanto supervisor pedagógico leva sugestões aos professores seja em novas metodologias ou assuntos do cotidiano pedagógico, como, por exemplo, a Recuperação Paralela? Fale um pouco sobre isso.
10. A CAP EF II/ CDE3 oferece formação continuada aos professores e pedagogos com orientações pedagógicas como, por exemplo: Plano de Intervenção Pedagógica, Apropriação de Resultados de avaliações internas e externas, Recuperação Paralela, Acompanhamento do Rendimento e desempenho dos alunos, dentre outros? Fale um pouco sobre isso, ressaltando a Recuperação Paralela, foco desta pesquisa.

APÊNDICE L

QUESTIONÁRIO PARA PAIS DE ALUNOS

TEMA: A RECUPERAÇÃO PARALELA

Prezado(a) Pai/ Mãe,

Este questionário tem o objetivo de investigar o que você sobre a prática da Recuperação Paralela. A Recuperação Paralela é uma oportunidade que o aluno tem de rever os assuntos que o professor ensina em sala de aula e que ele não consegue entender direito e, por isso, não alcança a nota desejada para ser aprovado naquele período, que chamamos bimestre.

Durante as aulas, o professor aplica testes, provas, exercícios com o objetivo de verificar o grau de entendimento dos alunos. Essas avaliações valem uma nota que fará parte da média final do bimestre. Nesse período o professor verifica quais alunos estão com nota abaixo da média exigida para aprovação e ele deve trabalhar com esses alunos no sentido de ajudá-los a entender melhor o assunto que foi motivo de sua nota baixa, ou seja, o conteúdo que o aluno não aprendeu suficiente. Por isso, chamamos de Recuperação Paralela, por ela acontecer durante o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, paralelamente, ou seja, ao mesmo tempo em que o aluno aprende novos assuntos, o professor oferece aos alunos com dificuldades em compreender determinados assuntos, possibilidades a esses alunos de aprenderem o que não ficou bem entendido.

A Recuperação Paralela é um direito de todo estudante da Educação Básica e está assegurado em lei.

Na oportunidade, informo que respeitando os critérios éticos da metodologia da pesquisa, não é necessário se identificar. Não se trata de um teste. Suas informações serão utilizadas para se conhecer o cenário real em torno da efetividade da Recuperação Paralela e seus efeitos no processo de ensino e aprendizagem. Solicito que respondam com sinceridade as questões inserindo as respostas logo abaixo das perguntas.

Agradeço sua atenção e colaboração para realização de minha pesquisa.

Sueanne Evangelista

(92) 98114-6508

QUESTIONÁRIO PARA OS PAIS
TEMA: A RECUPERAÇÃO PARALELA

Senhores pais, o assunto que iremos tratar é a Recuperação Paralela.

1. Qual sua escolaridade?

- a) Não estudou
- b) Ensino Fundamental I - 1ª à 4ª série COMPLETO INCOMPLETO
- c) Ensino Fundamental I I- 5ª à 8ª série COMPLETO INCOMPLETO
- d) Ensino Médio COMPLETO INCOMPLETO
- e) Ensino Superior COMPLETO INCOMPLETO

Qual? _____

2. Qual a sua profissão? _____

3. Você trabalha?

- a) Sim, Qual seu horário de trabalho?
- b) Não.

4. Quantos filhos você têm?

- a) 1 a 3.
- b) 4 a 6.
- c) 7 a 10.
- d) Mais de 10.

5. Seu filho costuma levar atividades (tarefas) para fazer em casa?

- a) Diariamente.
- b) Semanalmente
- c) Às vezes
- d) Nunca leva

6. O senhor (a) costuma ajudá-lo(a) nas atividades?

- a) Sempre
- b) Algumas vezes
- c) Ajudo quando ele(a) pede
- d) Não ajudo

7. Você tem conhecimento se os professores cobram e corrigem as tarefas realizadas em casa?

- a) Sim
- b) Sei que alguns professores cobram e corrigem e outros não
- c) Sei que os professores cobram, mas não corrigem
- d) Não

8. Com que frequência o(a) senhor (a) é chamado (a) pela escola para tratar de assuntos referentes às tarefas para casa?

- a) Sempre
- b) Às vezes
- c) Nunca

9. Com relação ao comportamento do (a) seu (sua) filho (a) em sala de aula, o (a) senhor (a) é chamado na escola para tratar desse assunto?

- a) Sempre
- b) Às vezes
- c) Nunca

10. Quando seu (sua) filho (a) tira uma nota abaixo da média, o (a) senhor(a) é informado pela escola ?

- a) Sim
- b) Algumas vezes.
- c) Nunca fui comunicado (a) sobre as notas

11. O que pensa sobre a Recuperação Paralela?

12. O (a) senhor (a) é informado se seu (sua) filho (a) precisa de Recuperação Paralela? Como é feita essa comunicação?

- a) Sim, sou informado pela equipe gestora da escola.
- b) Sim, meu filho me diz, mas acho que deveria ser informado pela escola
- c) Não recebo nenhuma informação a esse respeito, mas acho que a escola deveria informar
- d) Não recebo nenhuma informação a esse respeito e penso que isso é de responsabilidade da escola, não preciso saber.
- e) Outros:

13. Se seu (sua) filho (a) precisar de aulas de reforço, o (a) senhor (a) concorda que ele (a) vá à escola no turno contrário ao que estuda para ter essas aulas?

- a) Sim, concordo
- b) Não concordo. Por quê?

14. Qual sua maior preocupação, que (sua) filho (a):

- a) Que ele(a) aprenda os assuntos passados em sala de aula
- b) Que ele seja aprovado independente de ter aprendido ou não
- c) Que ele aprenda o que é passado em sala de aula e seja aprovado

APÊNDICE M**QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS
TEMA: A RECUPERAÇÃO PARALELA**

Caro (a) Aluno (a),

Este questionário tem o objetivo de saber como acontece a Recuperação Paralela. Informo que não é necessário se identificar e não se trata de um teste. Suas respostas serão utilizadas para se conhecer como a Recuperação Paralela é feita e quais seus efeitos no processo de ensino e aprendizagem. Solicito que respondam com sinceridade as questões e que fiquem tranquilos que todas as informações dadas serão de extremo sigilo.

Agradeço sua atenção e colaboração para realização de minha pesquisa.

Sueanne Evangelista

(92) 98114-6508

1. Gênero:

a) () Masculino b) () Feminino

2. Idade: _____

3. Turno de estudo: _____ (M para Matutino e V para Vespertino)

4. Com quem você mora?

- a) () Com os pais (pai e mãe)
- b) () Com o pai
- c) () Com a mãe
- d) () Com os avós
- e) () Com outras pessoas da família
- f) () Com pessoas que não são da família

5. Você faz algum trabalho remunerado (recebe salário)?

- a) () Não
- b) () Sim
- c) Qual tipo de trabalho? _____
Qual o horário? _____

6. Você mora.

- a) No mesmo bairro da escola
- b) Bairro próximo à escola
- c) Bairro longe da escola.

Qual bairro? _____

7. Qual transporte você usa para vir para a escola?

- a) Vem caminhando
- b) Venho de ônibus
- c) Venho de carro da família
- d) Venho de carona. Com quem? _____

8. Você falta aula em que ocasião?

- a) Quando chove
- b) Quando estou doente
- c) Quando estou com vontade (Sem motivo)
- d) Para trabalhar
- e) Dificilmente faltado às aulas

9. Com que frequência você leva tarefas para casa?

- a) Diariamente
- b) Semanalmente
- c) Quinzenalmente
- d) Uma vez ao mês
- e) Poucas vezes no bimestre

10. Seus pais acompanham suas atividades escolares? (Tarefa para casa, projetos, trabalhos, etc.).

- a) Sim, sempre.
- b) Sim, algumas vezes
- c) Não.. Por quê?

11. Os professores realizam algum exercício ou prova no início do ano letivo para saber o que vocês aprenderam no ano anterior?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sei responder

12. Durante as aulas, quando você não entende o que é passado pelo professor, você costuma pedir para ele explicar de novo?
- a) Todas as vezes
 - b) Algumas vezes. Por quê? _____
 - c) Nunca. Por quê? _____
13. Quando você pede ao professor que explique novamente, ele costuma explicar de forma diferente de como explicou antes?
- a) Todas as vezes
 - b) Algumas vezes.
 - c) Nunca.
14. O(a) pedagogo(a) da escola costuma ir nas salas de aula para conversar como os alunos?
- a) Sim, semanalmente. Sobre o que conversa?

 - b) Algumas vezes, somente para dar avisos
 - c) Nunca
15. O que você pensa que é mais importante para o seu futuro enquanto estudante?
- a) Aprender a matéria que o professor ensina em sala de aula
 - b) Conseguir a nota para passar
 - c) Não estou preocupado com isso
 - d) Outros. O quê? _____
16. Você sabe o que é Recuperação Paralela?
- a) Não
 - b) Sim. Quem dá essa explicação na escola?

 - c) Ouviu falar fora da escola. Onde?

17. Os professores fazem Recuperação Paralela?
- a) Sim, todos.
 - b) Sim, alguns. Quais disciplinas?

 - c) Não fazem.

18. Você sabe quando precisa fazer Recuperação Paralela?

- Sim, o professor fala.
- Sim, o (a) pedagogo (a) comunica.
- Sim, faço as contas das notas das avaliações.
- Não sei.

19. Você sabe quanto precisa tirar na prova de Recuperação Paralela?

- a) Sim, o professor fala.
- b) Sim, o (a) pedagogo (a) comunica
- c) Sim, faço as contas das notas das avaliações.
- d) Não se.

20. Seus pais sabem quando você precisa fazer Recuperação Paralela?

- a) Sim, eu falo pra eles.
- b) Sim, a escola comunica.
- c) Não, não falo pra eles.
- d) Não, a escola não comunica.
- e) Outros. _____

21. Como é a atividade de Recuperação Paralela? Você pode marcar mais de uma opção.

- a) Trabalhos.
- b) Exercícios.
- c) Provas.
- d) Outros. O quê? _____

22. Qual tipo de avaliação é mais interessante para você?

- a) Trabalhos
- b) Exercícios
- c) Provas
- d) Outros. O quê? _____

23. O que é cobrado na avaliação de Recuperação Paralela?

- a) O mesmo assunto da avaliação em que os alunos tiraram nota baixa?
- b) Assuntos do bimestre
- c) O professor escolhe alguns assuntos
- d) Outros. O quê? _____

24. Diga em poucas palavras o que representa para você, a existência da Recuperação Paralela na escola e o que você espera dela.
